



Escola Superior de Educação João de Deus
Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade de
Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor.

**A Inclusão do Aluno com Paralisia Cerebral: o Papel da
Escola, Desafios e Construções.**

Cleoneide Vieira de Souza Mendes

Lisboa, julho de 2021.

Escola Superior de Educação João de Deus
Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade de Educação Especial:
Domínio Cognitivo e Motor.

**A Inclusão do Aluno com Paralisia Cerebral: o Papel da
Escola, Desafios e Construções.**

Cleoneide Vieira de Souza Mendes

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação João de Deus com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação na Especialidade de Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor sob a orientação sob a orientação da Professora Doutora Maria Isabel Palmeira Mota Ferreira Camalhão.

Lisboa, julho de 2021.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar o tema da PC. Procurou-se conhecer como é efetuado o processo de inclusão escolar de alunos com esta deficiência/NEE no ensino regular, a partir da percepção da gestão, coordenação, professores do ensino regular, de educação especial e pais. Nas últimas décadas a sociedade vem aprendendo a conviver com a diversidade e a diferença, presentes em todos os ambientes. A escola como instituição, tem um papel fundamental no ultrapassar barreiras, como por exemplo, a exclusão social. Quando existem alunos com PC na escola, não basta saber apenas o seu o grau de dificuldades, mas é também de extrema importância saber o que a escola vai fazer, para promover a inclusão destes alunos. A questão de partida foi: como é que se incluem os alunos com PC no Ensino Regular na Escola Paulo Freire no ano letivo 2020/2021, num quadro de poucas acessibilidades, escassez de recursos materiais e humanos? Para responder essa pergunta, elaborou-se os seguintes objetivos: identificar se existem dificuldades para a inclusão do aluno com PC na escola regular; verificar se a instituição e o corpo docente estão preparados para o processo de inclusão do aluno com PC; reconhecer se as práticas utilizadas para estimular o aluno com PC favorecem ao processo de aprendizagem. Definiu-se como hipótese principal que, quanto mais a escola for inclusiva, melhor o aluno com PC será incluído. Para o estudo de caso único integrado, utilizou-se o método qualitativo, com o uso de inquérito por entrevista. A amostra escolhida representou o universo, sendo esta intencional, escolheu-se todos os que trabalhavam com os alunos com PC e que tinham informações relevantes sobre os mesmos. Nos resultados os participantes demonstram desconhecer as características da PC, apresentam dificuldades no planeamento, falta de formação de todos os professores para trabalhar com aluno com PC, escassez de recursos humanos e materiais, e de acessibilidade em alguns ambientes da escola. A escola inclusiva, é aquela que garante o aprendizado, convivência com todos, o direito de ir e vir, onde ninguém seja deixado para trás.

Palavras-chave: Deficiência, Escola Inclusiva- Exclusão- Inclusão Escolar, Necessidades Educativas Especiais, Paralisia Cerebral.

Abstract

The objective of this paper is to present the topic of cerebral palsy. It researched the effectuation of the process of school inclusion of students with this disability in regular classes, based on the perception of headmasters, coordinators, teachers of regular and special classes and parents. During the last decades, society has been learning to live with diversity and differences, which are present in all environments. The school, as an institution, has a fundamental role in overcoming barriers such as social exclusion. When there are students with cerebral palsy in a school, it is not enough to know the degree of their difficulties, but it's also of extreme importance knowing what the school will do to promote the inclusion of those students. The initial question was: how to include the students with cerebral palsy in the regular classes of School Paulo Freire in the school year of 2020/2021, in an environment of little accessibility and lack of material and human resources? To answer this question, the following objectives were elaborated: identify if there are difficulties for the inclusion of the students with cerebral palsy in regular classes; verify if the institution and the faculty members are prepared for the process of inclusion of students with cerebral palsy; recognize if the practices utilized to stimulate the students with cerebral palsy favor the learning process. It was defined as the main hypothesis that, the more inclusive the school is, better will be the inclusion of students with cerebral palsy. For the study of unique integrated cases, the qualitative method was utilized, with the use of an interview survey. The chosen sample represented the universal reality, being that intentional, all those who worked with students with cerebral palsy and that had relevant informations about them were chosen. In the results, the participants demonstrated ignorance about the main characteristics of cerebral palsy, presented difficulties in planning, and all teachers had insufficient formation to work with students with cerebral palsy, also, the lack of material and human resources, as well as of accessibility in some school environments were noticed. The inclusive school is the one that guarantees learning, coexistence with everyone, the right to come and go, where no one is left behind.

Key-words: Disability, Inclusive School, Exclusion, School Inclusion, Special Educational Needs, Cerebral Palsy.

Dedicatória

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por permitir alcançar mais essa vitória, e a Nossa Senhora Aparecida, senhora e rainha do Brasil.

Àquele que muito amo, meu marido Clecio Mendes, pelo companheirismo, amizade e compreensão neste e em todos os meus projetos.

À minha querida filha Clarinha, motivo de inspiração na minha vida em todos os momentos, minha alegria e força para viver.

À minha família, minha base, meu porto seguro em todas os momentos da minha vida.

Aos meus alunos, por ensinarem todos os dias coisas novas, ajudando-me a ser uma profissional cada vez melhor.

Aos meus bons amigos por sempre estarem comigo neste momento tão importante, minha.

A vitória desta conquista dedico com todo meu amor a vocês! Obrigada!

Agradecimentos

Este trabalho de Mestrado, tem um significado muito especial para mim. Atravessar o oceano atlântico, para realizar esse sonho é sem dúvida um dos maiores desafios que já enfrentei na minha vida. Por isso, não posso deixar de agradecer a todos aqueles que, de certa forma, me acompanharam ao longo deste percurso. A realização desta dissertação de mestrado contou com importantes apoios e incentivos sem os quais não se teria tornado uma realidade e aos quais serei eternamente grata.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me guiar em cada decisão em cada passo da minha vida.

Agradeço a Escola Superior de Educação João de Deus, aos queridos diretores Professor Doutor Antônio Ponces e a Professora Doutora Filomena, por todo o apoio e acolhida durante todo o percurso formativo.

Um agradecimento muito especial ao Professor Doutor Horácio Saraiva, coordenador deste curso pela atenção, ajuda e orientação ao longo de toda esta caminhada. Obrigada!

À Professora Doutora Isabel Camalhão, por ter acreditado na importância e relevância da temática. Pelo acompanhamento em todas as etapas do estudo, pela contribuição perante o trabalho escrito. Pelo espaço de partilha, disponibilidade, aprendizagem e pelas observações relevantes.

Agradeço a todos os professores doutores deste curso: Cristina Saraiva, Mariana Cortez, José Almeida, Nicolas-Fischer, Jorge Siqueira, Joana Costa, Nuno Mateus, Jorge Castro e aos mestres Jaime Santos e Serrano

Aos entrevistados por mostrarem-se disponíveis para o estudo, permitindo a realização deste trabalho, o meu muito obrigada.

Por fim, agradeço a minha família, minha mãe, por me apoiar em os momentos da minha vida, me incentivando todos os dias nunca desistir dos meus sonhos, ao meu pai (in memoriam), que se estivesse entre nós estaria muito orgulhoso por essa conquista. E aos meus irmãos, por estarem sempre ao meu lado, me apoiando no for necessário. Obrigada a todos (as)!

Abreviaturas

- ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ABPC - Associação Brasileira de Paralisia Cerebral.
- AEE- Atendimento Educacional Especializado
- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- AVD's- Atividades da Vida Diária
- BPC - Benefício de Prestação Continuada.
- CAA -Comunicação Aumentativa e Alternativa
- CAT-Comitê de Ajudas Técnicas
- CID -Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
- EI -Educação Especial Inclusiva
- EJA -Educação de Jovens e Adultos
- LBI- Lei Brasileira de Inclusão
- LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- MEC -Ministério da Educação e Cultura
- NEE- Necessidades Educativas Especiais
- OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OMS- Organização Mundial da Saúde.
- ONU- Organização das Nações Unidas
- PC- Paralisia Cerebral
- PPP-Projeto Político Pedagógico
- QI- Quociente de Inteligência
- SEESP-Secretaria de Educação Especial
- SRM -Sala de Recursos Multifuncionais
- SSE -Secretaria de Educação Especial.
- SUS- Sistema Único de Saúde
- TA - Tecnologia Assistiva
- TEA - Transtorno do Espectro Autista
- TIC- Tecnologias da Informação e da Comunicação
- UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Índice Geral

	Pág.
Resumo.....	IV
Abstract.....	V
Dedicatória.....	VI
Agradecimentos.....	VII
Abreviaturas.....	VIII
Introdução.....	13
Capítulo I- Inclusão.....	17
1.1 Conceito de Inclusão.....	18
1.2 Educação Inclusiva.....	21
1.3 Desafio da Escola Inclusiva.....	24
1.4 Inclusão e Equidade na Educação.....	25
Capítulo II- Paralisia Cerebral	31
2.1 Conceito.....	32
2.2 Etiologia.....	33
2.3 Classificação da Paralisia Cerebral.....	35
2.3.1 Classificação Nosológica.....	35
2.3.2 Classificação Topológica	36
2.4 Perturbações associadas à Paralisia Cerebral.....	37
2.4.1 Perturbação no Desenvolvimento Intelectual.....	37
2.4.2 Perturbação da Linguagem.....	38
2.4.3 Problemas Auditivos.....	38
2.4.4 Problemas Visuais.....	39
2.4.5 Problemas Comportamentais e Emocionais.....	39
2.4.6 Outras Condições Associadas.....	40
2.5 Tratamento e Reabilitação de pessoas com Paralisia Cerebral.....	41
2.6 O Brasil e a Paralisia Cerebral.....	41
2.7 O impacto da Paralisia Cerebral na Família.....	42
2.7.1 Enfrentando dificuldades e o preconceito.....	43
2.7.2 Os Apoios Sociais.....	43
2.7.3 As Perspectivas/Expectativas.....	45
Capítulo III- Inclusão do Aluno com Paralisia Cerebral.....	46
3.1 Educação Inclusiva/Aluno com Paralisia Cerebral.....	47
3.2 Tecnologias de Apoio/Acessibilidade ao Aluno com Paralisia Cerebral.....	48
3.3 A Formação do Professor no Processo de Inclusão/Paralisia Cerebral.....	50
3.3.1 Avaliação do Aluno com Paralisia Cerebral.....	53
3.3.2 O Atendimento Educacional Especializado –AEE.....	54
3.4 A participação do Aluno com Paralisia Cerebral na Turma.....	56
3.5 A importância do papel da Escola e Família no percurso educativo.....	57
Capítulo IV- Estudo Empírico.....	60
Introdução.....	61
4.1 Definições do problema.....	61

4.2	Objetivos do estudo.....	62
4.3	Metodologia / um estudo qualitativo.....	64
4.4	População e amostra.....	65
4.5	Instrumento/descrição/técnicas utilizadas no estudo.....	67
4.6	Ética na investigação.....	67
Capítulo V- Apresentação/Análise dos dados.....		69
5.1	Caracterização do campo estudado.....	71
5.2	Gestão.....	73
5.2.1	Características sociodemográficas.....	73
5.2.2	Problemas na escola.....	74
5.2.3	Relação com família.....	75
5.2.4	Organização da escola.....	75
5.2.5	Alunos NEE/PC-Como são incluídos na escola.....	75
5.3	Professores do Ensino Regular.....	77
5.3.1	Características sociodemográficas.....	77
5.3.2	Função docente.....	78
5.3.3	Dificuldades dos professores para trabalhar com aluno com PC.....	78
5.3.4	Caracterização das turmas.....	80
5.3.5	Características do aluno PC: limitações e potencialidades.....	81
5.3.6	Atitudes dos colegas perante o aluno com PC.....	84
5.3.7	Alunos no AEE.....	84
5.3.8	Alunos com PC.....	85
5.3.9	O aluno com PC e a acessibilidade.....	86
5.3.10	Relação família /escola.....	88
5.4	Professores de Educação Especial.....	91
5.4.1	Características sociodemográficas.....	91
5.4.2	Caracterização das turmas /apoio do professor de AEE.....	92
5.4.3	Conceito de inclusão segundo os professores entrevistados.....	93
5.4.4	O AEE/A sala de aula regular e a inclusão do aluno com PC.....	93
5.4.5	Acessibilidade /Tecnologia assistiva.....	94
5.4.6	Relação família/escola	95
5.4.7	Expectativas em relação ao aluno com PC.....	96
5.5	Família/Pais.....	97
5.5.1	Características sociodemográficas.....	97
5.5.2	Caracterização dos alunos com PC.....	97
5.5.3	Apoios recebidos.....	99
5.5.4	Como a escola inclui o aluno com PC.....	100
5.5.5	Dificuldades da família em acompanhar o aluno.....	102
5.5.6	Expectativas em relação ao aluno com PC segundo as suas mães.....	103
Capítulo VI- Discussão dos dados.....		104
6.1	Gestão da escola.....	105
6.2	Professores do Ensino Regular.....	106
6.3	Professores de Educação Especial.....	108
6.4	Família/Pais.....	109
Conclusões.....		111

Referências.....	115
Webgrafia.....	124
Anexos.....	125

Índice de Quadros

Quadro 1- Fatores de riscos para lesões cerebrais.....	35
Quadro 2- Distribuição da topográfica da PC.....	37
Quadro 3- Estudante público-alvo do Atendimento Educacional Especializado.....	55
Quadro 4- Atribuições do professor de AEE.....	56
Quadro 5- Síntese das características sociodemográficas da Gestão.....	73
Quadro 6- Síntese das características sociodemográficas/Professores do Ensino Regular	77
Quadro 7- Antiguidade na profissão dos professores do Ensino Regular.....	77
Quadro 8- Características das turmas lecionadas pelos professores do ensino regular.....	80
Quadro 9- Síntese das características dos alunos com PC.....	81
Quadro 10- Tipos de alunos com deficiência atendidos na sala de AEE.....	84
Quadro 11- Impacto do aluno com PC na sala de aula.....	85
Quadro 12- Análise do papel da escola em relação à família do aluno com PC.....	88
Quadro 13- Expectativas em relação ao aluno com PC/ prof. do Ensino Regular.....	90
Quadro 14- Síntese das características sociodemográficas/Prof. Educação Especial.....	91
Quadro 15- Características das turmas com alunos com PC/Apoio do Prof.Educ. Especial.	92
Quadro 16- Síntese das características sociodemográficas/mães.....	97
Quadro 17- Características do aluno com PC incluído no Programa Travessia.....	98
Quadro 18- Características do aluno com PC incluído no Ensino Fundamental II.....	99
Quadro 19- Dificuldades da família em acompanhar o aluno nas atividades escolares.....	102

Índice de Figuras

Figura 1- Modelo de análise	63
Figura 2- Funções docentes exercidas pelos professores do Ensino Regular.....	78
Figura 3- Principais dificuldades dos professores para trabalhar com aluno com PC.....	79
Figura 4- Limitações dos com PC apresentadas pelos professores do Ensino Regular.....	81
Figura 5- Potencialidades dos alunos com PC apresentadas / prof. do Ensino Regular.....	82
Figura 6- Fatores que dificultam a acessibilidade do aluno com PC.....	86
Figura 7- A importância da presença da família do aluno com PC/ prof. do Ensino Regular	89
Figura 8- Conceito de inclusão/Professores de Educação Especial.....	93
Figura 9- Presença de recursos tecnológicos na sala de AEE.....	95
Figura 10- Opiniões sobre o apoio da escola à família do aluno com PC.....	96
Figura 11- Dificuldades de inclusão da escola/opinião da família.....	101

Índice de Anexos

Anexo A- Pedido de autorização à gestão da escola

Anexo B- Consentimento informado membros da Gestão, Coordenação e Professores

Anexo C- Guião de entrevista a Gestão/Coordenação

Anexo D- Guião de entrevista aos professores do Ensino Regular.

Anexo E- Guião de entrevista aos professores de Educação Especial.

Anexo F- Guião de entrevista aos pais.

Anexo G- Projeto de inclusão escolar da unidade pesquisada.

Anexo H- Projeto político pedagógico (alguns destaques).

Anexo I- Instrução normativa do Programa Travessia- Anos Finais.

Introdução

Quando me propus a fazer este Mestrado já tinha em mente fazer uma investigação relacionada com a inclusão /Paralisia Cerebral (PC). Uma vez que, sendo professora de Educação Especial Inclusiva (EEI), e a minha atividade de docente se desenvolver numa escola pública no interior da região nordeste do Brasil, com crianças com NEE/PC, considero necessário continuar a fazer formação neste campo para que possa desempenhar ainda melhor a minha função docente. Mas o principal motivo para fazer este curso, é porque sou mãe de uma criança que tem deficiência, sei o quanto é difícil para quem tem deficiência, conviver numa sociedade tão excludente como a nossa, cuja atenção estar voltada apenas para as limitações e não para as potencialidades da pessoa que tem deficiência. Outro motivo para escolher esse tema diz respeito a escolha da orientadora para a pesquisa, sendo que desde que soube que na minha turma do curso de mestrado, iria ter aulas com uma professora, que tem PC, fiquei feliz, pois como professora de EEI, desejo que as pessoas que tem deficiências, sejam valorizadas pela sua capacidade profissional. Tudo isso foi somado, a visita que fiz ao o Centro de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian em Lisboa- Portugal, o que me incentivou aprofundar mais ainda o conhecimento nessa área de estudo.

Atualmente o tema inclusão é alvo de debates e está cada vez mais frequente no nosso dia a dia, no entanto, o que a escola tem feito para construir uma sociedade igualitária, com equidade, para que pessoas com deficiências/NEE tenham autonomia e consigam a desejada independência dentro de seus limites? A literatura vem nos mostrar que no final dos anos 70 e começo da década de 80, muitas pessoas com deficiência começaram a ser colocadas em classes regulares por meio turno. “Iniciaram-se os serviços educacionais nas escolas regulares de suas comunidades” (Stainback & Stainback, 1999). Seriam esses os primeiros passos para construção de uma nova realidade, voltada para a inclusão escolar?

O termo Educação Inclusiva começou a ser discutida através de uma conferência realizada na Espanha em 1994, com a ajuda da UNESCO, em que reuniram pessoas ligadas a educação, administradores políticos, representantes das Nações Unidas, organizações governamentais internacionais, organizações não governamentais e financiadores, foi a partir deste documento internacional nomeado como Declaração de Salamanca, que a inclusão de deficientes ganhou espaço nas escolas regulares. Sendo considerado o documento mais importante na área de educação especial.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) traz um novo conceito: “as deficiências resultam da interação entre as pessoas e as barreiras atitudinais e ambientais, que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais”. Na medida em que a sociedade remova as barreiras culturais, tecnológicas, físicas e atitudinais, as pessoas com deficiência terão sua inclusão e cidadania asseguradas.

A PC é causada por alguma alteração na estrutura do cérebro, geralmente resultado de alguma má formação ou lesão cerebral. Essa alteração ocorre no período pré-natal, perinatal ou pós-natal, e pode ter as mais diversas causas dependendo de quando ocorre. (Gerais,2007, p.23). A PC, vai além dos problemas físicos e cognitivos, a criança que tem PC, ao crescer enfrenta dificuldades diárias para interagir com os colegas e frequentar escolas de educação regular, já que muitas não estão preparadas para recebê-las de uma forma inclusiva. A PC exige que os familiares da criança passem a colocar as suas próprias necessidades e desejos em segundo plano, vivenciando mudanças no próprio estilo de vida. Num quadro de poucas acessibilidades, com escassez de recursos materiais e humanos, os desafios para uma família cuidar de uma criança com PC, serão ainda maiores. A PC é uma das formas de deficiência motora mais frequente entre a população em idade escolar no Brasil, estima-se que ocorre a ocorrência de 30 a 40 mil casos novos de PC por ano. (Brasil,2013).

O papel da escola é encontrar alternativa para responder às NEE dos alunos, encontrando meios para tal e tendo como objetivo promover à igualdade de direitos e de oportunidades. Para que este objetivo seja atingido, o professor tem que trabalhar eficazmente, adaptando o ensino e a escola no sentido de permitir que estes alunos adquiram as competências pretendidas, enfrentando as dificuldades que estejam ao alcance das suas capacidades. Para Mantoan (2015), “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais”. Esta dissertação apresenta a seguinte pergunta de partida para investigação: como é que se incluem os alunos com PC no Ensino Regular na Escola Paulo Freire no ano letivo 2020/2021, num quadro de poucas acessibilidades, escassez de recursos materiais e humanos?

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Considerando que pergunta de partida, que está associada ao problema da investigação, procurou-se responder a essa questão a partir dos objetivos propostos, que tem como eixo principal identificar as dificuldades da escola para inclusão do aluno com PC, verificar se corpo docente está preparado e se reconhecem práticas inclusivas, que favorecem ao processo de inclusão e aprendizagem destes alunos, conhecer as dificuldades que famílias destes alunos tem para acompanhá-los. A escola como tem como função social, proporcionar o acesso e a permanência de todos os alunos, através do trabalho que desenvolve, por isso, existe uma necessidade de uma escola, que eduque bem a todos, independentemente de se ter uma deficiência ou não.

A revisão da literatura desse trabalho, revelou os seguintes conceitos: paralisia cerebral, inclusão escolar, necessidades educativas especiais, tecnologias assistivas/acessibilidade, escola/família. Foram consultadas as obras dos seguintes autores: Ainscow (2018), Rodrigues (2016), Stainback & Stainback (1999), Mantoan (2015), Geralis (2008), Miller & Clark (2002), Perrenoud (2001), Cunha (2019), Correia (2010), entre artigos, sites, etc. Procurou-se a partir das teorias apresentadas compreender melhor a temática estudada, como também estabelecer uma comparação entre as ideias dos autores e a pesquisa de campo.

O estudo apresentado foi realizado através de uma pesquisa qualitativa, uma vez que este tipo de investigação dá maior ênfase à descrição e à compreensão dos fenômenos sociais através da interpretação do seu sentido, na realidade onde se inserem. Optou-se pelo método estudo de caso, que na perspectiva indutiva que é o resultado de observações e experiências sobre um determinado fato, e a partir dele, a busca de compreensão sobre as causas do fenômeno. Nesta pesquisa o estudo de caso é caracterizado como “estudo de caso único integrado”. O mesmo estudo de caso único pode envolver unidades de análises em mais de um nível. “Isso ocorre quando em um único caso, a atenção também é dirigida a uma subunidade”. (Yin, 2015, p.58). Justificando que a investigação foi realizada com dois casos de PC, mas na mesma escola.

Como instrumento para coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. A amostra dessa pesquisa é propositiva, intencional, “o pesquisador seleciona membros da população mais típicos e com mais informação no campo” (Almeida & Pinto,1990). No caso escolheram-se intencionalmente todos os que trabalhavam com os alunos com PC e tinham informação relevante sobre os mesmos. A população alvo para este estudo foi constituída pela direção, coordenação, professores e pais de uma escola estadual da cidade

de Petrolina, região nordeste do Brasil. Os alunos com PC que foram objetos dessa pesquisa têm entre 13 e 34 anos, apresentam hemiplegia e tetraplegia, adquiridas durante o parto. Quanto à amostra os participantes foram: diretora, coordenadora, 8 professores do Ensino Fundamental II (Ensino Regular), 2 professores do Programa Travessia, 2 professoras de Educação Especial Inclusiva e 2 mães, totalizando 16 pessoas/entrevistas.

Os resultados foram obtidos através da análise de conteúdo e revelam que apesar de todos os esforços que a escola vem fazendo para ser inclusiva, ainda enfrenta problemas no que se refere a formação dos professores, falta de acessibilidade em alguns ambientes da escola, também a falta de recursos humanos e materiais. A escola conta sempre com o apoio dos pais, porém estes têm dificuldades em acompanhar o percurso escolar dos filhos, tendo em vista a sua pouca escolaridade.

O presente trabalho está dividido em seis capítulos, sendo o I capítulo sobre inclusão, procurou-se refletir sobre uma forma de inclusão que valoriza as diferenças, a diversidade e a participação de todos. O II capítulo aborda a tema da pesquisa a PC, sua definição, caracterização, classificação, perturbações associadas à mesma, o tratamento e a reabilitação de pessoas com PC, a situação do Brasil perante a PC e o impacto da PC na família. O III capítulo, trata da inclusão do aluno com PC, é feita uma abordagem a educação inclusiva, tecnologias de apoio e acessibilidades, a formação do professor no processo de inclusão do aluno com PC, a participação do aluno com PC na turma e a importância do papel da escola/família no percurso educativo. O IV capítulo, é constituído pelo estudo empírico, tratará das questões com base numa metodologia de investigação cujos procedimentos refletem o trabalho de campo. No capítulo V serão apresentados os resultados e no capítulo VI a discussão desses resultados, terminando com as conclusões que são consideradas mais relevantes.

Este trabalho de investigação almeja contribuir com a comunidade escolar/ profissionais da educação, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre a PC e a forma de como incluir melhor estes alunos.

CAPÍTULO I – INCLUSÃO

CAPÍTULO I- INCLUSÃO

1.1 -Conceito de Inclusão

O termo “inclusão” como ato ou efeito de incluir, o que significa pôr ou estar dentro, inserir ou fazer parte de um grupo; abranger, compreender, conter ou ainda envolver, implicar. Assim definido, “o conceito é muito genérico, mas pode receber especificações quando usado em diferentes áreas do conhecimento”. (Ferreira, 2010).

Quando se fala em educação, o termo inclusão, quase sempre está associado às pessoas com deficiência ou com necessidades educativas especiais. Segundo Ainscow (2018), “as pessoas pensam que a inclusão é algo somente destinado para grupos específicos como: estudantes pobres, famílias que falam uma linguagem diferente, pessoas com deficiência ou com NEE”, ou seja, na maioria das vezes quando se fala em inclusão escolar, subte-se que se trata de alunos com deficiência, isso é uma cultura arraigada, que precisa ser desmistificada, pois o termo inclusão é muito mais do que isso. Para o autor, “a inclusão acontece quando se aprende a valorizar as diferenças, de se lidar com a diversidade e quando a participação é vista como forma de acesso para todos os da escola”.

Nessa perspectiva, a palavra inclusão, pode ser considerada como um processo, que tem como objetivo, encontrar caminhos diferentes, responder à diversidade dos alunos, onde as diferenças são respeitadas e as barreiras são eliminadas, “a partir da participação e presença do aluno na escola, através de um olhar específico, que contemple a aqueles que mais precisam de atenção” (Ainscow & Booth,2002, p.9). Assim todos sejam respeitados nas suas especificidades e singularidades.

A inclusão nos apresenta uma nova visão de mundo, que traz benefícios para a sociedade em geral, combatendo com a discriminação e o preconceito que é visto no decorrer das gerações. A escola é o fator principal que ajudará na construção de uma nova sociedade, contudo, a maior finalidade da escola inclusiva “é que todos os alunos possam conviver compartilhando aprendizado e desafios juntos para que possam superar as dificuldades advindas do dia a dia, onde a partir das diferenças, todos são beneficiados e valorizados” (Rodrigues, 2001, p.19)

Criar ambientes inclusivos é um grande objetivo da melhoria da educação. É um processo em que se identificam e procuram eliminar barreiras à aprendizagem de forma a

conseguir a participação e o sucesso de todos os alunos. Uma escola inclusiva é um ambiente de aprendizagem em que é possível que todos os alunos aprendam uns com os outros, “em que todos aprendem a lidar com as dificuldades, compartilhar o aprendizado, favorecendo a construção de nova cultura escolar”. (Correia,2001).

De acordo com Mantoan (2015, p.62), a inclusão implica em uma mudança em modernizar e reestruturar a maioria das escolas, onde as dificuldades de alguns alunos não são apenas parte deles, mas sim consequência do modo como o ensino/ aprendizagem e avaliação que estão sendo trabalhos.

A escola precisa ressignificar sua prática pedagógica, para atender as necessidades de todos os alunos e não apenas de um grupo, pois somos todos diferentes e aprendemos de formas diferentes. Cada aluno é único, por isso, a escola precisa planejar metas individuais junto com a família. “Também trabalhar as inteligências múltiplas, procurando desenvolver as potencialidades dos alunos” (Gardner,1995). O professor precisa estimular as competências e habilidades dos alunos, através de um estilo de aprendizagem que lhe permita descobrir como aluno aprende melhor. Esses são alguns caminhos possíveis para favorecer a inclusão.

Para Rodrigues, (2016) a inclusão é um direito humano emergente e que, mais do que isso, “é um direito que contribui decisivamente para “densificar” todos os outros direitos”. Para isso precisa-se que a inclusão seja um valor transversal da escola, seja um valor educativo de primeira linha, seja, sobretudo um valor a que todos têm acesso.

Mas, não se pode falar em inclusão, sem antes fazer uma retrospectiva, para se possa conhecer como tudo aconteceu, para que hoje esse tema fosse um é dos mais importantes, no meio educacional em especial, quando se fala em Educação Especial Inclusiva-EEI. Historicamente a escola se caracterizou pela exclusão de uma grande parcela da população, passando a ser privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas educacionais reprodutoras da ordem social. (Freire,1999). Com o processo de democratização da escola evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. “Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar”. (Correia, 2001, p.127)

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

A segregação acabava gerando o preconceito com relação aos alunos que não “apresentavam padrões de normalidade”, ao eximir a responsabilidade da escola e consequentemente, o favorecimento de maiores avanços nos estudos acerca dessa população, que poderiam visualizar mudanças significativas no campo da educação. “A respeito do preconceito vivenciado, na tentativa de eliminar os preconceitos e de integrar os alunos com NEE nas escolas comuns do ensino regular, surgiu o movimento de integração escolar” (Mantoan, 2015, p.27). Esse movimento caracterizou-se, de início, pela utilização das classes especiais (integração parcial) na “preparação” do aluno para a “integração total” na classe comum. Ocorria, com frequência, o encaminhamento indevido de alunos para as classes especiais e, consequentemente, a rotulação a que eram submetidos. (Brasil, 2004 p. 323).

As escolas e classes especiais “favoreceram” fortemente para a exclusão e preconceito com relação ao aluno com deficiência, nesse sentido um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social. Até recentemente, as teorias e as práticas dominantes relativas ao atendimento às necessidades educacionais especiais de crianças, jovens e adultos, definiam a organização de escolas e de classes especiais, separando essa população dos demais alunos. Nem sempre, mas em muitos casos, a escola especial desenvolvia-se em regime residencial e, consequentemente, a criança, o adolescente e o jovem eram afastados da sociedade. Esse procedimento conduzia, invariavelmente, a um aprofundamento maior do preconceito. (Brasil, 2004, p. 323).

Para Rodrigues, (2006, p.04).

A escola integrativa separava os alunos em dois tipos: os “normais” e os “deficientes”. Para os alunos “normais” era mantida a sua lógica curricular, os mesmos valores e práticas; para os “deficientes” selecionava condições especiais de apoio ainda que os aspectos centrais do currículo continuassem inalterados. A escola Integrativa “via” a diferença só ela assumia o caráter de uma deficiência e neste aspecto encontrava-se bem longe de uma concepção inclusiva.

No final dos anos 70 e começo da década de 80, muitas pessoas com deficiência começaram a ser colocadas em classes regulares por meio turno, até mesmo os muitos alunos com deficiências importantes, que nunca tinham sido atendidos. Iniciaram-se os serviços educacionais nas escolas regulares de suas comunidades. (Stainback & Stainback, 1999). O movimento “escola para todos”, na década de 90 do século XX, fortalece a política da educação inclusiva, a qual dá o direito à especificidade, a distintos ritmos de aprendizagem e a atendimentos diferenciados. Seria uma escola, que incluíssem a todos os alunos, independentemente da sua deficiência ou necessidade educativa especial.

1.2 Educação Inclusiva

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (UNESCO,1994). A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

A educação inclusiva, enquanto conceito e proposta institucional contou com avanços significativos ao longo dos anos 90 do século XX, provocados por dois movimentos importantes, a saber: a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia, em 1990 e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, Espanha, de onde se originou o documento “Declaração de Salamanca”.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 8), “as escolas regulares, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos”. A Declaração de Salamanca é uma verdadeira “magna carta” da mudança de paradigma da escola integrativa para a educação inclusiva. Toda a declaração aponta para um novo entendimento do papel da escolar regular na educação de alunos com NEE. Rodrigues, (2001, p. 19).

Sendo assim, cabe ao professor desenvolver práticas e metodologias que favoreça a todos os alunos uma melhor compreensão dos conteúdos. Muitas vezes os objetivos não são alcançados pela falta de atividades diferenciadas que estimule a criança: pensar, agir e construir. Desta forma, o professor deverá fazer um planejamento que beneficie e atinja uma aprendizagem significativa dos discentes, pois é a metodologia que se deve enquadrar na melhor forma de aprendizado do aluno e não ele se acostumar com a forma que está sendo aplicada. Para Ainscow (2018), “normalmente, os professores que são eficientes em responder à diversidade dos estudantes utilizam uma ampla gama de abordagens didáticas, entre as quais escolhem aquelas que julgam apropriadas para uma classe específica”.

A educação inclusiva não é apenas a simples colocação de alunos em sala de aula; significa a criação de uma escola onde pessoas com e sem deficiência possam conviver e

estudar em ambientes onde os indivíduos aprendam a lidar com a diversidade e com a diferença.

O ensino inclusivo é a prática de inclusão voltada para todos, independentemente do talento, deficiência, origem social econômica ou cultural, em escolas e salas de aulas, onde se procura atender às necessidades dos alunos, educando todos juntos. Para conseguir realizar o ensino inclusivo, os professores em geral precisam ser especializados, bem como os recursos, devem aliar-se em um esforço unificado e consistente. (Stainback & Stainback, 1999).

A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos, “propõe um ensino a que atenda às necessidades dos alunos com ou sem deficiência” (Correia, 2010, p.14). Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção. Ela favorece não só o aluno com NEE, mas, também os demais alunos que passam a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças, além de juntos receberem uma metodologia de ensino diferenciada e contarem com a disposição de maiores recursos.

Para Echeita (2018), a sala de aula inclusiva deve apresentar planos e metas que valorize as diferenças, priorizando os seguintes aspectos: a diversidade de formas de organização do espaço dentro da sala de aula, respeitando o tempo e o ritmo de aprendizagem do aluno; considerar a riqueza de espaço de aprendizagem dentro e fora da escola, valorizando o conhecimento e identidade do aluno e de sua família; ofertar uma variedade de opções sobre o que como aprender, através de materiais e meios, sem ou com a intervenção das TIC, como também criar oportunidades, permitir diversas formas de demonstração do que foi aprendido; possibilitar momentos de aproximação onde os alunos possam interagir, compartilhar experiências vivenciadas, em grupos, pares ou com todos alunos da turma; contextualizar sempre a aprendizagem, por meio de experiências reais e práticas, (pesquisas, trabalho por projeto, etc.). Trabalhar as inteligências múltiplas, (Gardner, 1995), de acordo a idade dos alunos.

Diante das transformações, que acontecem no mundo e que atingem a todos, a educação inclusiva, precisa ser pensada a partir da atuação da área curricular, na área da organização acadêmica da escola, nos métodos de ensino, no desenvolvimento profissional dos técnicos, no envolvimento dos pais e na aquisição e utilização de recursos.

A escola tem por obrigação oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos, independente de classe social, credo, sexo ou cor. Todos tem o direito de aprender.

Para Hegarty (2001, p.88), “a escola do futuro só pode ser tão boa quanto os seus profissionais”. Isto é particularmente verdadeiro quando se trata de escola inclusiva. Investir na formação do professor é algo indispensável. O professor de educação especial, precisa estar constantemente se aperfeiçoando para exercer a sua profissão.

A educação inclusiva tem força transformadora, e aponta para uma nova era não somente educacional, mas para uma sociedade inclusiva. O ensino inclusivo deve respeitar as deficiências e as diferenças, para isso, é necessário reconhecer que os velhos paradigmas de educação precisam ser transformados, repensados. As mudanças estão acontecendo de forma cada vez mais rápida e educação não pode ficar para trás, principalmente a educação inclusiva. “É urgente que se faça uma redefinição de planos, metas e objetivos, onde a escola esteja voltada para cidadania global, construindo uma cultura livre de preconceito que reconheça e valorize as diferenças”. (Echieta, 2018).

Para Mantoan (2015), “a educação inclusiva, é um trabalho coletivo de toda a escola, é necessário que todos os profissionais da escola abracem essa causa e não somente o professor da Educação Especial Inclusiva, todos têm que estar envolvidos no processo” (p.53). Somente dessa forma, a escola poderá ser chamada de escola inclusiva.

Uma escola inclusiva é uma escola de sucesso, onde a partir das diferenças todos se sentem valorizados. É preciso minimizar as barreiras à aprendizagem, valorizar a participação e apoiar a diversidade. O caminho da inclusão escolar é o caminho da heterogeneidade, onde a capacidade de cada aluno é considerada como enriquecimento para toda a escola. Correia (2001), faz a seguinte reflexão sobre a educação inclusiva que o princípio da inclusão escolar, deve se nortear pelas seguintes características e necessidades: “que todos possam aprender juntos em classes regulares e recebam a mesma atenção, onde as diferenças sejam respeitadas e o lema da escola e da sala de aula seja a diversidade, permitindo o desenvolvimento global de todos, ou seja, o sucesso escolar” (p.125)

Incluir com qualidade significa incluir na sua globalidade. O importante é perceber que cada aluno é único, com suas especificidades e necessidades. Portanto, a escola deve focar em estratégias que procurem minimizar as barreiras à aprendizagem e à participação, visando melhorar a aprendizagem, garantindo o acesso e a participação de todos. Ainscow & Booth, 2002, p.18)

1.3 Desafios da Escola Inclusiva.

Para que a escola se transforme num ambiente inclusivo, é necessário que as políticas públicas de educação sejam voltadas para a inclusão. Também que todos os profissionais da escola abracem essa causa, e não somente os professores da educação inclusiva, é uma tarefa do coletivo da escola, “para que juntos com toda a comunidade escolar façam a diferença, mostrando que é possível recriar um novo modelo de Educação Especial, com ensino de qualidade, respeitando as diferenças”. (Kronberg, 2010, p.56).

A falta de planejamento, implantação de programas especiais, a pouca formação e informação de profissionais da educação, a acessibilidade, e acima de tudo o grande vilão desta história, o preconceito, ainda tem dificultado a estes cidadãos papéis e posições muito aquém de suas potencialidades.

É importante valorizar a diversidade e estimular os alunos com NEE, a “apresentar seu melhor desempenho, sem se preocupar com comparações e oportunizar formas, ritmos diversificados”. (Echieta, 2018). O principal foco não deve ser a deficiência, nem as limitações, mas sim desenvolvimento da autonomia e potencialidades do aluno. É assim, que se constrói um caminho rumo a uma inclusão escolar cada vez mais comprometida com as pessoas, considerando suas limitações e capacidades. É que a escola deve ser compreendida como um ambiente de acolhimento para todas as pessoas, independentemente de suas particularidades, onde as diferenças não sejam motivo de exclusão, mas sim de inclusão.

O grande desafio da escola inclusiva é fazer com que as seguintes dimensões trabalhem almejando os mesmos objetivos: políticas públicas, gestão escolar, estratégias pedagógicas, famílias e parcerias. A educação inclusiva demanda e envolve a ação direta de diferentes atores e esferas sociais que se relacionam de modo interdependente, numa perspectiva de rede. “Uma equipe comprometida em se aproximar de famílias e procurar parcerias e um sólido conjunto de políticas públicas voltadas à educação inclusiva fará toda a diferença processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência ou com NEE”. (Morgado, 2010).

Para Cunha (2019), “o ensino que tem sucesso é o que acompanha as mudanças da contemporaneidade e as modificações nas relações entre ensino e saber, que produz conhecimento aliado ao saber” (p.76). O trabalho colaborativo, as experiências compartilhadas, conduz ao enriquecimento do trabalho pedagógico, nas escolas que avançam em seu roteiro de inclusão, os professores ajudam uns aos outros a melhorar as suas habilidades. Isso implica compartilhar práticas e trabalhar em conjunto para encontrar os melhores caminhos para alcançar os alunos mais difíceis de ensinar.

1.4 Inclusão e Equidade na Educação

O manual para garantir inclusão e equidade na educação (UNESCO 2019, p.13), define “Inclusão como processo que ajuda a superar barreiras que limitam a presença, participação e conquistas dos estudantes”, e “Equidade como garantia que existe uma preocupação com justiça/ processos justos, de modo que a educação de todos os estudantes seja considerada como igual importância”.

O direito à educação é assegurado em inúmeros tratados internacionais e nacionais, a UNESCO (2014), onde ressalta que os países, têm a obrigação de respeitar, proteger e cumprir do direito de todos os estudantes à educação. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável têm como base os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que visam Educação para Todos, exige que os países “assegurem uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promovam oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. UNESCO (2019)

Incluir todos os alunos e garantir que cada indivíduo tenha uma oportunidade igual e diferenciada para o progresso da educação é ainda um grande desafio em quase todos os países, sendo necessários esforços adicionais, para diminuir as barreiras à aprendizagem e garantir a todos um ambiente inclusivo.

Para habilitar sistemas de educação que sirva a todos os estudantes, como foco principal naqueles que tradicionalmente são excluídos de oportunidades educacionais. São considerados aprendizes excluídos aqueles das famílias mais pobres, minorias étnicas e linguísticas, povos indígenas, e pessoas com necessidades especiais e deficiências. (UNESCO 2019, p.12)

Assegurar que cada pessoa tenha uma oportunidade igual para o progresso na educação continua sendo grandes desafios nos sistemas educacionais de todo o mundo. O objetivo é ajudar sistemas a superar obstáculos no acesso ao ensino de qualidade, participação, processos de aprendizagem e resultados. Segundo Ainscow (2018), incluir significa

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

“encontrar os melhores caminhos para responder à diversidade dos alunos, onde as diferenças são vistas como forma positiva, como estímulo que favorece a aprendizagem”.

Não se pode pensar num sistema educativo universal, sustentável e equitativo, sem que ele seja inclusivo. Pensar em equidade é pensar em grupos heterogêneos. A relação Equidade-Inclusão, são conceitos indissociáveis. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2008).

Falar em uma sociedade inclusiva é o mesmo que falar do papel da escola, enquanto espaço próprio para a diversidade, que apresenta uma resposta educativa para acolher melhor todos os alunos, quaisquer que sejam as suas características, isto significa valorizar as diferenças, reconhecendo o seu valor. “A inclusão é o maior desafio para as escolas em todo o mundo”. (Aisncow, 2018).

A diversidade é assim, valorizada, tendo como pilares sentimentos de partilha, participação e amizade. Na maioria dos casos, as escolas são lugares onde os professores trabalham sozinhos, de costas voltadas para seus colegas e demais profissionais da educação. Para Correia (2010, p.31), os alunos com deficiência, ou com alguma necessidade educativa especial, estão chegando cada vez mais cedo ao ensino regular, isso se deve a vários fatores como: mudanças de ordem demográfica, familiar e social, também as próprias leis que favorecem a Inclusão.

No Brasil, a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, (Lei Brasileira de Inclusão- LBI), no capítulo IV, artigo 27, especifica de forma clara, os direitos da pessoa com deficiência, quando se refere à educação da seguinte forma:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Tudo isso vai exigir, um trabalho voltado para a diversidade, heterogeneidade. Ensinar alunos com origens e capacidades variadas coloca novos e diferentes desafios aos professores, mas traz também benefícios ao trabalho do professor e para toda classe, pois os alunos que convivem com crianças que tem deficiência ou NEE, são mais propensos à inclusão e com certeza serão pessoas melhores. Para Rodrigues (2017), a equidade e a inclusão são o futuro bom da humanidade, “apesar de não saber se e quando eles vão triunfar. Eu certamente não verei esse triunfo, mas sei que é o lado certo para lutar, para cerrar fileiras num compromisso antes de mais de direitos humanos e de humanidade”.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

A diversidade é formada pelo um conjunto de particularidade, mas também pelas semelhanças. A diversidade humana é evidente. Mas a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico. Possibilitar essas diferentes presenças de forma harmoniosa e produtiva na escola, sempre foi um desafio, “visto que esta sempre procurou desenvolver um trabalho baseado na homogeneização e justificado na premissa de que turmas homogêneas facilitam o trabalho do professor e facilitam a aprendizagem”. (Mantoan, 2015).

Segundo Echieta (2018), é incrível que ainda hoje algumas práticas desenvolvidas em sala de aula, continuam com os mesmos aspectos tradicionais: “oferta ou tamanho único para todos”: mesmos conteúdos, mesma organização da sala, mesma atividade, mesmo material, mesmo tempo de aprendizagem, mesma sequência, mesma forma de apresentar os conteúdos e de comunicar o que foi aprendido, mesma forma de avaliar, mesma forma de apoiar ou mesma forma de tentar motivar. Tudo isso conduz a exclusão, pois não respeita a diversidade de alunos.

Sendo a escola, o espaço primeiro e fundamental da manifestação da diversidade, decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos que não são por ela alcançados. Para Marchesi (2001, p.103), a educação para diversidade tem de estar presente em todo currículo e ambiente escolar. A convivência com pessoas diferentes é uma fonte de enriquecimento mútuo, de intercâmbio de experiências, muito importante para os alunos. O contato com outros grupos com concepções e valores diferentes favorece a construção de seus conhecimentos e de sua identidade.

Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir. Então, a educação inclusiva, diferentemente da educação tradicional, na qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, chega estabelecendo um novo modelo onde à escola é que precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento. Ou seja, na educação inclusiva, uma escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Considerando que, cada aluno numa escola, apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem. O desafio da escola hoje é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino e aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter segregacionista, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos. (Morgado, 2010).

Cada aluno possui o seu próprio estilo de aprendizagem e apresenta conhecimentos prévios oriundos de situações ambientais diversas. Uma nova visão do trabalho escolar é necessária para a criação de contextos educacionais onde todos possam aprender. A aprendizagem não depende somente dos alunos, mas sim de um trabalho contínuo de análise, monitoramento e intervenções do professor durante a realização das atividades, que contribuirão para um desenvolvimento das potencialidades de cada um.

O ajuste entre o professor e o estilo de aprendizagem do aluno pode ser uma das respostas para vencer o fracasso escolar, que tem seu desencadeamento em alguns dos momentos do processo de ensino e aprendizagem. Este processo, segundo Perrenoud (2001), envolve “um grupo de atores e suas ações, ou seja, o aluno, o professor, a concepção de ensino, de sociedade e do homem, a organização do currículo, o ambiente, as metodologias, as estratégias e os recursos”.

No que se refere ao currículo, o que normalmente acontece, é um programa, que privilegia os mais preparados e aumenta a distância entre estes e os demais. O aluno, ao deparar com as dificuldades em sua aprendizagem, muitas vezes começa a apresentar desinteresse. O desinteresse gera a indisciplina e as faltas às aulas. (Moreira & Candau, 2007).

O aluno não aprende sozinho, a aprendizagem depende da interação como professor e o meio. Sendo assim, a ajuda do professor precisa ser ajustada ao nível que o aluno apresenta em cada fase de aprendizagem. Indo um pouco além, a ação do professor nesta relação poderá tornar o aluno capaz ou incapaz. Em muitos dos casos os alunos não possuem dificuldades de aprendizagem, mas os professores é que apresentam dificuldades de ensinar.

Diferente do passado, quando cabia aos alunos toda a responsabilidade pelo fracasso escolar, hoje estudos mostram que esta é uma questão complexa, vai além do aluno e do professor. O cotidiano escolar sofre as interferências de agentes como, a estrutura física da escola, os métodos de ensino utilizados, o grau de dificuldade dos conteúdos e o nível de

conhecimento prévio dos alunos. Segundo Freire (1999, p. 35), “os alunos não se evadem da escola, a escola é que os expulsa”. A cada ano, um número expressivo de alunos, deixa as salas de aula muitas vezes por presumir que a escola não foi feita para ele.

É preciso que seja construído um ambiente favorável à adaptação curricular, facilitando o domínio deste pelas crianças e jovens. Esta ação engloba desde as exigências dos conteúdos à disposição das carteiras na sala de aula, incluindo o reconhecimento das habilidades específicas que cada aluno traz para o ambiente da escola.

O que se entende em termos de pedagogia diferenciada é que o currículo não pode permanecer insensível ao diferente capital cultural de procedência familiar e social que os alunos carregam no seu dia-a-dia para a escola. Existe uma relação entre sucesso escolar e situações sociais privilegiadas, assim como, entre fracasso escolar e situações sociais desfavorecidas, e a escola por sua vez, reproduzindo a sociedade, acaba confirmando e reforçando a cultura das classes privilegiadas.

A pedagogia diferenciada, tão bem enfatizada por (Perrenoud, 2001) se apresenta como uma alternativa norteadora da construção de uma nova escola, sendo um fundamento legítimo da construção de uma escola inclusiva. “Uma escola que traga uma nova forma de encarar as diferenças e que seja capaz de educar na e para a diversidade”. O autor, ainda argumenta que diferenciação pedagógica, consiste num processo pelo qual os professores precisam estar preparados para trabalho com um currículo que atenda às necessidades de todos alunos, através da seleção de métodos de ensino e estratégias de aprendizagem, isso exige uma pedagogia estruturada e diferenciada, um trabalho colaborativo entre todos os envolvidos no processo educacional. O respeito pelas diferenças implica em oferecer a todos os alunos o acesso às oportunidades de aprendizagem, onde todos tenham o direito de aprender. Trabalhar as diferenças significa rever certas práticas antes praticadas com o objetivo de inovar.

Nesse contexto é preciso repensar ainda muita coisa, quando se fala de educação inclusiva, (Perrenoud, 2001) ressalta que “cada aluno precisar ser visto como um ser diferente de todos os outros, com suas particularidades, com as suas especificidades”. É preciso desenvolver estratégias didáticas capaz de proporcionar aos alunos condições, que ele possa encontrar os melhores caminhos para o sucesso da sua aprendizagem, por isso, a formação dos professores é algo indispensável, como algo que muito pode contribuir para a diferenciação pedagógica seja feita de forma que possa favorecer a todos os alunos.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Para que a escola possa oferecer diferentes respostas para cada aluno, ela precisa estar bem preparada, e particularmente quando se trata de escolas inclusivas, se exige mais ainda. Ensinar é provavelmente a tarefa profissional mais rigorosa que se coloca aos professores, isso requer um investimento nos diversos aspectos educacionais e profissionais. O professor é considerado o recurso principal para o ensino de alunos, com ou sem deficiência, isso presume um esforço contínuo para melhorar a sua competência profissional e desenvolver habilidades didáticas. (Correia, 2010)

Essas mudanças deverão levar em consideração o contexto socioeconômico, além de serem gradativas, planejadas e contínuas para garantir uma educação de ótima qualidade. Pensar em uma sala de aula inclusiva é quase uma utopia para algumas realidades que se encontram bem distante do que foi apresentando, mas que é possível a partir do esforço de todos que valorizam a educação como bem um precioso, que é capaz de transformar vidas.

E nesse processo onde os atores principais que são a escola e a família, se ambos cumprirem bem com seu papel, todos saíram ganhando. Segundo Cunha (2019, p.68), “a escola não educa sozinha, a família tem essencial função nesse processo quando fortalece a parceria educativa. A escola necessita estreitar seus laços com a família, a família necessita estreitar seus laços com a escola”.

Numa pedagogia inclusiva, o professor deverá estar aberto sempre ao novo, ouvindo o aluno, despertando o seu interesse e curiosidade, motivando-o a ter altas expectativas na vida, ensinando-o a estabelecer metas para o futuro. O professor inclusivo cria oportunidades para que os alunos possam aprender de forma cooperativa, valoriza a presença da família na escola, constrói redes de apoio e colaboração dentro e fora da escola, reflete constantemente sobre sua prática pedagógica, e acredita que todos são capazes de aprender, desde que se ofereça os meios e as condições necessárias. (Correia, 2010, p.36)

O movimento de inclusão traz como premissa básica, propiciar a educação com equidade para todos, uma vez que, o direito do aluno com deficiência ou com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. No entanto, a realidade desse processo inclusivo, em alguns países, ainda é bem diferente do que se propõe na legislação e requer ainda muitas discussões relativas ao tema.

CAPÍTULO II
PARALISIA CEREBRAL

CAPÍTULO II - PARALISIA CEREBRAL

2.1 - Conceito

Paralisia Cerebral (PC) é uma lesão que atinge o cérebro quando este é imaturo, e interfere no desenvolvimento motor normal da criança. É o resultado de uma lesão ou mau desenvolvimento do cérebro, de caráter não progressivo, existindo desde a infância. A deficiência motora se expressa em padrões anormais de postura e movimentos, associados com um tônus postural anormal.

A primeira descrição de paralisia cerebral foi em 1843, quando William John Little, médico ortopedista inglês, referia-se à paralisia cerebral como encefalopatia crônica da infância, caracterizada pela rigidez muscular (ausência de movimento), ocasionada por diversos fatores. Esta definição ficou conhecida como síndrome de Little. Sendo depois apresentada a expressão paralisia cerebral, por Sigmund Freud, (1893) que empregou o termo PC infantil (*Die Infantile Cerebral Lahmung*), que foi aprovado mundialmente na sua forma abreviada como Paralisia Cerebral, depois de ter tido diferentes denominações desde Little, como encefalopatia infantil e esclerose cerebral infantil (França, 2000).

A PC consiste em um distúrbio motor complexo que pode incluir aumento ou diminuição do tônus em determinado grupo musculares alterações do equilíbrio, postura, coordenação e precisão dos movimentos PC é o termo utilizado para transtornos adversos, uma alteração ou alguma perda no controle motor causada por uma lesão encefálica ocorrida no período pré-natal ou durante a primeira infância, seja qual for o nível mental da criança lesada. O termo PC engloba um conjunto amplo de sintomatologias diversas.

Nota-se que a PC é uma lesão no cérebro e não uma doença, para melhor compreender e diagnosticar é preciso que entenda o significado de tônus muscular. Na visão de Gersh (2007, p. 16) refere-se “à quantidade de tensão ou resistência ao movimento de um músculo”.

Este conceito foi evoluindo ao longo dos anos, sendo que atualmente se define como um termo abrangente para designar um grupo de condições clínicas, permanentes, mas não inalteráveis que originam uma perturbação do movimento e/ou da postura e da função motora.

Em 1964 Bax, se refere à PC, como uma “desordem do movimento e postura em consequência de um defeito ou lesão num cérebro imaturo”. Durante muito tempo, esse pensamento foi aceito na classificação da PC. Já Aicardi em (1992) definiu a PC como sendo:

"uma alteração persistente do movimento e da postura, causada por um processo patológico no cérebro imaturo".

Diament (1996), definiu a PC da seguinte forma: como um distúrbio motor complexo que pode incluir aumento ou diminuição do tônus muscular, bem como alterações de equilíbrio, postura, coordenação e precisão dos movimentos.

Para Muñoz, Blasco e Suárez (1997), o termo PC refere-se normalmente para definir um "grupo de enfermidades caracterizadas pela disfunção motora, cuja principal causa é uma lesão encefálica não progressiva, acontecida antes, durante ou depois do parto". Seria um distúrbio, com diversos sintomas e comorbidades, como: problemas de visão e de comunicação, deficiência intelectual, dificuldades de aprendizagem, etc.

Miller e Clark (2002, p.1), definem o conceito de PC numa perspectiva médica, da seguinte forma: para estes autores, PC não é doença, nem condição patológica ou etiológica e o uso desse termo não sugere causa ou gravidade, mas sim, "uma série heterogênea de síndromes clínicas caracterizadas por ações motoras e mecanismos posturais anormais". Estas síndromes são causadas por anormalidades neuropatológicas e suas manifestações podem sofrer alterações à medida que o cérebro amadurece.

A partir desta definição, duas ideias podem ser colocadas em evidência:

- PC não é uma doença, é uma síndrome que afeta a motricidade e a mobilidade, que tem origens em lesões ou aspectos anormais do cérebro.
- Como deficiência o seu principal impacto é o motor.

Considerando as definições apresentadas pelos vários autores, conclui-se que a paralisia cerebral se reveste de um caráter complexo de muitas faces, dominada pela deficiência motora à qual surgem associadas a vários distúrbios. Segundo Miller e Clark (2002), as "paralisias cerebrais", "embora caracterizadas por sua função disfunção motora, são quase sempre acompanhadas por distúrbios na função cerebral, como: anomalias cognitivas, visuais, auditivas, linguísticas, sensitivas corticais, de atenção, vigilância, comportamento e epilepsia" (p.7)

2.2 Etiologia

A PC é causada por alguma alteração na estrutura do cérebro, geralmente resultado de alguma má formação ou lesão cerebral. Essa alteração ocorre no período pré-natal, perinatal ou pós-natal, e pode ter as mais diversas causas dependendo de quando ocorre. (Miller & Clark 2002).

Estudos comprovam que quanto mais cedo se conhecer as causas que estão na origem de uma lesão cerebral, maiores serão as chances para se atuar precocemente sobre as sequelas, contribuindo assim se desenvolver certas capacidades e prevenir complicações futuras. “A lesão quando existe é irreversível, porém, se a atenção à reabilitação física e a educação da criança forem corretas, é possível obter progressos muito importantes, que aproximaria de um funcionamento mais normalizado” (Basil, 2004 p. 215)

Para Nelson (2004), “quando há diagnóstico precoce, os pais têm a oportunidade de entender mais completamente e ajudar no desenvolvimento do seu bebê”(p.272). Entretanto, esse diagnóstico precoce, pode ser acompanhado por previsões quanto ao futuro dessa criança, isso pode causar forte impressão, devido ao momento de tensão emocional em que essa família está exposta.

Segundo o Manual Merck (2003), a PC geralmente, não tem como ser diagnosticada na primeira infância. Diversos fatores podem ser observados como fraqueza, falta de coordenação, desenvolvimento insatisfatório, entre outros. Os autores Hare, Durham e Green (2000), afirmam que o exame neonatal é indispensável, principalmente se o bebê for prematuro ou tiver sido exposto a eventos que acarretam riscos. O efeito da PC nas habilidades funcionais varia muito. Algumas pessoas são capazes de caminhar, enquanto outras não são. Há pessoas que mostram função intelectual normal, ao passo que outras podem apresentar deficiência intelectual. Epilepsia, cegueira ou surdez são condições que podem estar presentes. Segundo Geralis (2007,p.21), “dois problemas podem causar paralisia cerebral: incapacidade do cérebro para se desenvolver adequadamente, seria malformação do desenvolvimento cerebral; dano neurológico ao cérebro em desenvolvimento da criança” .

As causas das malformações, geralmente são desconhecidas, porém podem envolver distúrbios genéticos, anormalidades cromossômicas com excesso ou falta de material genético, ou escasso suprimento sanguíneo para o cérebro. Já o dano neurológico é resultado de uma lesão no cérebro, que pode ocorrer antes, durante ou depois do nascimento. Essas lesões são causadas por complicações associadas com nascimentos prematuros, partos difíceis, trauma cerebral, ou seja, as causas de PC incluem danos cerebrais que podem ser provocados por falta de oxigênio ou infecções e malformações cerebrais. A maior causa de PC é anoxia perinatal por um trabalho de parto anormal ou prolongado. A segunda maior causa é a prematuridade. (Gersh, 2007).

Segundo Gersh (2007, p. 23), os principais fatores de riscos ocorrem no período pré-natal, perinatal ou pós-natal, e pode ter as mais diversas causas.

Quadro 1

Fatores de risco para lesões cerebrais

<p>Fatores de risco pré-natais (antes do parto)</p> <ul style="list-style-type: none">• Diabetes ou hipertireoidismo maternos/ Hipertensão arterial materna• Desnutrição materna• Convulsões ou deficiência mental maternos• Prematuridade• Sangramento materno, originado por placenta prévia (descolamento prematuro da placenta da parede uterina).• Fatores de risco peri-natais (momento do parto)• Parto prematuro (menos de 37 semanas de gestação)• Rompimento prolongado das membranas amnióticas, durante mais de 24 horas, ocasionando infecção fetal.• Frequência cardíaca fetal gravemente deprimida (lenta) durante o parto, indicando sofrimento fetal.
<p>Fatores de risco pós-natais (depois do parto)</p> <ul style="list-style-type: none">• Nascimento prematuro• Asfixia – oxigênio insuficiente para o cérebro, devido a problemas• Meningite – infecção na superfície do cérebro• Convulsões causadas pela atividade elétrica anormal do cérebro• Hemorragia interventricular (IVH)– sangramento para os espaços internos do cérebro ou para o tecido cerebral• Encefalomalacia periventricular (PVL) – dano ao tecido cerebral localizado em torno dos ventrículos (espaços preenchidos com fluido),devido à falta de oxigênio ou a problemas de fluxo sanguíneo.

Fonte: Adaptado Gersh, (2007, p. 23)

2.3-Classificação da Paralisia Cerebral

Considerando à complexidade da PC, existem diversas classificações, que se apresentam da seguinte forma: a classificação de acordo com a área do cérebro afetada – Classificação Nosológica; e de acordo com o membro ou membros envolvidos – Classificação Topológica.

2.3.1 Classificação Nosológica da Paralisia Cerebral

O quadro clínico da PC é complexo, devido ao fato de se tratar de lesões nervosas num cérebro ainda em desenvolvimento, o que dificulta o diagnóstico. No entanto, a paralisia cerebral pode ser classificada nosologicamente em quatro tipos de síndromes: **espástico, atetósico, atáxico e mista.**

O tipo de incapacidade e funcionalidade da paralisia cerebral demonstram o grau e o nível da lesão, que varia entre o leve, o moderado e o grave/severo (Gerais, 2008). A paralisia cerebral pode ser classificada, em vários aspectos, de acordo com os termos clínicos do tônus muscular e do tipo de movimento em quatro tipos:

- **Espástico ou piramidal** (70% a 80% dos casos): verifica-se quando há aumento ou excesso do tônus muscular, hipertonia muscular extensora e adutora dos membros inferiores, hiper-reflexia profunda, sinal de Babinski positivo e déficit de força localizado

ou generalizado). O tipo espástico é provocado por uma lesão no sistema piramidal e caracteriza-se por excesso de tonicidade muscular (hipertonia) permanente dos músculos e rigidez nos movimentos levando a um controle deficiente da postura, do equilíbrio, do movimento coordenado e habilidades motoras grossas e finas. Segundo Coll (2002), “a espasticidade produz-se como consequência de uma lesão localizada na face piramidal e consiste em um incremento acentuado do tônus muscular” (p.216).

- **Atetóide ou extrapiramidal** (10% a 15% dos casos): caracteriza-se por movimentos involuntários, irregulares, contínuos, lentos e variações na tonicidade muscular, que resultam de uma lesão dos núcleos situados no interior dos hemisférios cerebrais. “ Também são características da atetose: como caretas, língua para fora, dificuldades em controlar a salivação, e controle da cabeça. (Porretta, 1995, citado por Carvalho 2010, p. 7)

- **Atáxica ou cerebelosa** (< 5% dos casos): caracteriza-se pela diminuição do tônus muscular manifestando-se através da ausência de coordenação e desequilíbrio, alterações do equilíbrio e da coordenação motora associada à hipotonia muscular). Os movimentos ficam tremidos quando as crianças tentam alcançar um objeto (um tipo de tremor). A maioria das crianças com PC atáxica, caracterizam-se por apresentarem, hipotonia muscular, atraso no desenvolvimento das capacidades motoras e da linguagem. Basil (2004, p. 217).

- **Formas mistas:** resulta de uma combinação do tipo espástico e do atetósico, culminando em incapacidades severas em muitas crianças afetadas. (mais comum: espasticidade e atetose) (menos comum: atáxica e atetóide). No tipo misto, dois dos tipos acima se combinam mais frequentemente o **espástico** e o **atetósico**. “Cerca 10% das crianças apresentam o que é conhecido como paralisia cerebral do tipo misto, elas apresentam o tônus muscular espástico da PC piramidal, e também os movimentos involuntários da PC extrapiramidal, são lesões múltiplas na área do cérebro”. Geralis (2007, p.20).

2.3.2 Classificação Topológica da Paralisia Cerebral (membros afetados)

O quadro resumo que se segue, apresenta a distribuição topográfica da PC, ou seja, dos membros afetados.

Quadro 2- Distribuição topográfica da PC.

TIPOS	MEMBROS AFETADOS
Monoplegia ou monoparésia	Afeta somente um membro (braço ou perna), em um dos lados do corpo.
Diplegia ou disparesia	Os membros inferiores estão mais afetados que os superiores. São afetadas principalmente as pernas.
Paraplegia ou paraparésia	Estão afetados os dois membros inferiores.
Hemiplegia ou hemiparesia	É quando um dos lados do corpo é afetado pela PC. O braço geralmente é mais afetado do que a perna, o tronco ou a face. O membro afetado pode ser mais curto do que o membro (braço ou perna) do outro lado, 50% das crianças com hemiplegia tem alguma perda de sensibilidade.
Tetraplegia ou tetraparesia	Comprometem os quatro membros. Pode haver prejuízos nos músculos faciais usados na alimentação e na fala. Há dificuldades nas atividades da vida diária.
Hemiplegia Dupla	Ocorre quando os membros superiores são mais afetados do que os inferiores.

Fonte: Adaptado Gersh, (2007, p. 21)

2.4 Perturbações Associadas à Paralisia Cerebral.

Conforme já foi mencionado anteriormente, a PC é uma expressão abrangente para diversos distúrbios, que são causados por dois problemas: incapacidade do cérebro para se desenvolver adequadamente e o dano neurológico ao cérebro em desenvolvimento da criança. (Gersh, 2007, p.21)

2.4.1-Perturbação no Desenvolvimento Intelectual

A lesão cerebral só atinge a inteligência quando afeta a zona do córtex cerebral. Encontram-se casos de nível intelectual alto, médio e baixo. A cognição pode ser definida por funções mentais específicas, especialmente dependentes dos lobos frontais do cérebro, sendo mais frequentemente chamada de funções executivas. Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011).

Considerando que a PC pode constituir uma limitação enorme à vida de um ser humano, é importante referir que, de acordo com vários estudos, cerca de 25 a 35% das crianças que tem esta comorbidade, revelam uma capacidade intelectual normal ou até acima da média. Da sua totalidade, de 65 a 75% destas crianças apresentam um QI abaixo dos 90% e destes dois terços abaixo de 70%.

2.4.2- Perturbação da Linguagem

A PC tem também repercussões sobre a área da linguagem, estando afetadas formas de expressão como a mímica, o gesto e as palavras, uma vez que compreendem aspectos da motricidade fina. “As crianças com PC, frequentemente tem distúrbios de fala, pois os mesmos problemas de tônus muscular que dificultam o controle de outros movimentos do corpo também dificultam o controle dos seus movimentos motores orais”. (Gersh, 2007, p.26).

As perturbações motoras da fala, que são neurogênicas, embasam sintomas de disartria, que tem como característica principal, fala lenta e arrastada devido a alterações dos mecanismos nervosos que coordenam os órgãos responsáveis pela fonação, já a apraxia da fala é uma desordem neurológica que se caracteriza por provocar uma perda da habilidade para executar movimentos e gestos precisos. Essas alterações afetam, similarmente, a mastigação, a deglutição, o controle da saliva ou até mesmo a respiração.

O falar é um ato motor, logo a linguagem fica comprometida quando o sistema pneumofono-articulatório, apresenta dificuldades. Algumas crianças com algum tipo de paralisia cerebral podem apresentar variações na fala. São exemplos dessas variações a imprecisão nas consoantes; a ausência de distinção no stress silábico; a articulação irregular atrasada; vogais distorcidas e voz dura. É estimado que os distúrbios da comunicação possam variar de 31 a 88% (Hidecker et al., 2011).

2.4.3 Problemas auditivos

Aproximadamente 5 a 15% das crianças com PC, tem algum grau de perda auditiva sensorineural. Essa perda é devida ao dano na orelha interna, onde o som é captado. (Gersh, 2007, p.26).

As perdas auditivas associadas a esta patologia, em geral são decorrentes a vários fatores como: icterícia neonatal; virose no sistema nervoso central; sequelas de meningoencefalites e encefalopatias pós-rubéola materna. Dificilmente os problemas auditivos, numa criança com PC provocam surdez profunda, na maioria dos casos, ela é parcial e relaciona-se com a captação de sons agudos. Por esse motivo, e porque a audição afeta a forma como pronunciamos as palavras, as crianças com esta deficiência, pronunciam as palavras como as percebem, de uma forma incorreta, sendo para elas, particularmente difícil ouvir os fonemas sibilantes, nomeadamente /s/, /ch/, /z/e / x/.

Ainda no que diz respeito aos problemas auditivos, as crianças com PC, demonstram incapacidade em virar a cabeça para a fonte sonora (Bobath, 1989), isto constitui uma barreira à audição e interpretação da mensagem, portanto a existência de distúrbios na audição, pode interferir o desenvolvimento da fala e da linguagem.

2.4.4 -Problemas Visuais

A deficiência visual é um dos prejuízos mais comum associados à paralisia cerebral, sendo indispensável identificar problemas e as possibilidades de facilitar o funcionamento visual dessas crianças em diferentes situações. (Alimović, 2012., Fazzi et al., 2012).

Os problemas visuais são uma realidade em pessoas com PC. Estima-se que estes afetem cerca de 50% das pessoas que apresentam esta patologia, sendo habitualmente denominados distúrbios da acuidade visual.

Neste contexto as deficiências visuais, podem-se agrupar em distúrbios da acuidade visual, distúrbios do campo da visão, problemas de elaboração central e problemas de mobilidade.

As crianças com PC, também são mais propensas a desenvolver ambliopia, condição conhecida como “olho preguiçoso”, no qual o cérebro suprime a visão em um olho, por causa dos problemas causados por estrabismo ou catarata. (Gersh 2007, p.25).

Segundo Miller e Clark (2002), os problemas oculares e visuais “são comuns na PC e inclui estrabismo, anomalias dos movimentos sacádicos e de perseguição, erros refrativos, defeitos estruturais congênitos, nistagmo, defeitos de campo, ambliopia e deficiência visual cortical”(p.08)

2.4.5 Problemas Comportamentais e Emocionais

Alterações comportamentais e/ou emocionais em crianças e adolescentes com Paralisia Cerebral são pouco exploradas na literatura. Os problemas mais comuns relatados incluem: dificuldade de interação com colegas, dificuldades de atenção e comportamentos hiperativos, problemas emocionais, características antissociais, entre outros (Brossard-Racine et al., 2016).

Todas estas situações, acompanhadas por episódios de más experiências, vão condicionar a forma como a criança reage e comunica com o meio, o que, por sua vez, terá influência na sua autoestima e nas representações que faz de si.

As crianças com PC são muito sensíveis, observando-se que o controle emocional é menor quando há deficiência mental associada, podem ocorrer mudanças frequentes de humor, risos e choros sem explicação, etc.

Os atrasos no desenvolvimento de comportamentos sociais observados na infância tendem a se agravar durante a adolescência (Anderson et al., 1999). A intervenção precoce é indispensável à criança PC, de forma que venha contribuir um controle emocional maior evita esse tipo de transtorno emocional. “Crianças acometidas por PC tem maior probabilidade de apresentarem disfunções comportamentais e emocionais.” (Miller & Clark, 2002, p.07).

2.4.6- Outras Condições Associadas

A criança com PC pode apresentar problemas ortopédicos, necessitando de ser sujeita a avaliações ortopédicas e motoras devem ser realizadas semestralmente desde o início do primeiro ano de vida em crianças com PC. Essas avaliações tem o objetivo de prevenir deformidades ósseas e contraturas musculares que se traduzam em perda de função motora, dores musculares, restrições respiratórias, cardíacas e alimentares, particularmente nas crianças espásticas. É importante promover, desde que haja prognóstico para tal, a marcha independente de toda criança com PC. Uma pessoa com PC que deambula tem menores níveis de morbidade e melhor qualidade de vida.

A PC, pode ainda ter associados problemas de percepção os problemas perceptivos na criança com PC, geralmente são deixados em segundo plano, uma vez que não são tão evidentes como respostas motoras dadas de forma desajustada. A capacidade de perceber meio poderá ser normal ou não, mas é imprescindível perceber a relação com o meio, como forma de proporcionar o ensino para estas crianças. Os problemas sensoriais, sobretudo os auditivos e visuais e os motores vão condicionar a percepção, por isso, o que se pode considerar uma resposta desajustada da criança poderá, na verdade, ser perfeitamente aceitável para ela, devido ao seu déficit sensorial.

A falta de controle sobre os objetos, os acontecimentos e as pessoas do ambiente de que a padece a criança com PC, pode representar além de menores oportunidades para aprendizagem, uma aprendizagem ativa de falta de sincronia entre suas respostas e as consequências sobre o ambiente (Basil, 1985, 1988a e 1992b).

Uma das características evidentes da PC, é a epilepsia onde as convulsões são comuns entre as crianças com PC, visto que os danos cerebrais fornecem um foco para a ocorrência

de impulsos nervosos anormais. A ocorrência de ataques epiléticos pode indicar uma disfunção grave, que varia de acordo com a dificuldade de movimento. Cerca de 50% das crianças com paralisia cerebral, tem convulsões-episódios em que a atividade nervosa anormal perturba o funcionamento do cérebro. As pessoas com tetraplegia ou hemiplegia são mais propensas a ter convulsões. (Gersh, 2007, p.24).

Caso não sejam tratadas as convulsões, tendem a aumentarem. “E isto influencia, de maneira psicologicamente negativa, pois deixam a criança insegura e muitas vezes também envergonhada”. (Camargo,1999, p.42).

2.5- Tratamento e Reabilitação de pessoas com Paralisia Cerebral

Alguns casos de paralisia cerebral necessitam de reabilitação, esta deve ser feita por uma equipe multidisciplinar, onde os pais têm papel importante desde início. A intervenção terapêutica, para ser eficaz precisa ser feita regularmente, um acompanhamento constante. Também é indispensável à presença de diversos profissionais, que atendam aos vários problemas que foram apresentados, deve ser uma equipe multidisciplinar composta por: médicos (pediatra, neurologista, ortopedista), terapeutas, psicólogos, fisioterapeutas, assistentes sociais, nutricionistas, professores especializados, etc.

Segundo Bautista (1997), um dos serviços que contribuem para a reabilitação do aluno com paralisia cerebral é a terapia ocupacional, em que “o terapeuta ocupacional em coordenação com a equipe multidisciplinar intervirá (...)” (p.306). Os objetivos que este profissional deve estabelecer vão desde o desenvolvimento da autonomia até a formação pré-profissional do aluno. O diagnóstico e intervenção precoce são aspectos essenciais de modo aproveitar ao máximo a plasticidade cerebral.

2.6 O Brasil e a Paralisia Cerebral.

No Brasil, há 45.606.048¹ pessoas com algum tipo de deficiência, dentre as quais estão relatadas: a visual, a auditiva, a motora e a mental ou intelectual, constituindo 23,9% da população total. Considera-se que, dependendo do tipo de deficiência presente, as pessoas necessitam de ajuda para viver e se cuidar, tornando-se essencial a presença de um cuidador familiar. Sendo que 1,62% não conseguem se locomover.

Segundo as Diretrizes de Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral (2013), no Brasil há uma carência de estudos que tenham investigado especificamente a prevalência e incidência

¹ O Censo Demográfico das pessoas com deficiência no Brasil é realizado a cada dez anos, sendo que o censo do ano de 2020, ainda não está disponível.

da paralisia cerebral (PC) no cenário nacional, entretanto, com base em dados de outros países, faz-se projeção do dimensionamento da PC em países em desenvolvimento (Leite; Prado 2004). Nos países desenvolvidos, a prevalência encontrada varia de 1,5 a 5,9/1.000 nascidos vivos; estima-se que a incidência de PC nos países em desenvolvimento seja de 7 por 1.000 nascidos vivos (Zanini et al., 2009., Fonseca, 2011). No Brasil, é estimada a ocorrência de 30 a 40 mil casos novos de PC por ano (Mancini et al., 2005). Essa diferença se justifica entre estes dois grupos de países pelas más condições de cuidados pré-natais e ao atendimento incipiente que é dado às gestantes. Em todo o mundo estima-se cerca de 17 milhões de pessoas com PC. McIntyre; Morgan, et al., (2011).

2.7 O impacto da Paralisia Cerebral na Família.

O nascimento de um filho é um momento único, que pode trazer mudanças significativas na vida familiar. No momento em que a família recebe o diagnóstico de PC, todo núcleo familiar é afetado, podendo gerar conflitos, medos, inseguranças e dúvidas, visto que as expectativas criadas durante a gestação não correspondem à realidade. A partir da comunicação do diagnóstico, vêm o enfiamento e a aceitação em relação a ter um filho com paralisia cerebral, o que se dá de maneira única para cada membro.

O processo de adaptação da família às necessidades especiais advindas da PC “passa por etapas, que vão exigir da família três fatores: comunicação, informação e apoio”. (Cowan, 2007, p.101). A resignificação e resiliência tomam lugar na experiência da família, que passa vivenciar algo novo, dessa forma conseguirá superar a fase de impacto, mesmo diante do desconhecido, iniciando um processo de mudança que estará presente durante toda a sua vida. A família que tem um filho, com deficiência precisa se preparar para enfrentar vários desafios, sejam eles de ordem, familiar, escolar ou social.

Para cuidar de uma criança com PC a família abdica de muita coisa, (principalmente a mãe), tempo, energia física e emocional, bem como o custo financeiro da condição crônica onera-lhe as finanças. As mães desenvolvem uma postura de altruísmo, uma necessidade de dedicação plena e constante. A família se mobiliza para encontrar estratégias para conviver melhor com a condição quando percebe que é possível fazer adaptações, tudo isso considerando suas possibilidades e limitações.

É preciso que profissionais envolvidos no cuidado de crianças e adolescentes com PC reconheçam que o cuidador familiar também requer cuidados, uma vez que ele próprio precisa se manter saudável para poder continuar bem cuidando. Tal movimento só é possível

quando o cuidador se torna capaz de fazer escolhas e de discernir entre suas próprias necessidades e vontades e aquelas do sujeito para quem dirige o cuidado.

2.7.1- Enfrentando dificuldades e o preconceito.

A rotina de uma família, geralmente é alterada com chegada de um filho com PC. Observa-se que existe uma carência de pesquisas que investiguem a rotina de pessoas com deficiência, mas evidências empíricas revelam que as famílias vivem em condições de sobrecarga e estresse em virtude das demandas de cuidado gerado pela presença das limitações de um de seus membros. (Barbosa, Balieiro & Pettengill, 2012).

No Brasil, 95% dos cuidadores de crianças com PC são mulheres, geralmente é a mãe quem assume esse papel, observa-se na maioria das vezes deixa de trabalhar fora, para se dedicar exclusivamente aos cuidados do seu filho. (Santos, et al., 2017). As mães de crianças que tem paralisia cerebral, organizam sua rotina a partir das necessidades de seus filhos. Essa realidade é identificada, a partir da necessidade da criança que tem a PC, ou seja, de acordo com níveis de comprometimento motor e de autonomia da criança, quanto maior for o nível de comprometimento motor, menor será o nível de autonomia e maior é sobrecarga de cuidado da mãe. O cuidador familiar é uma pessoa leiga que assume funções para as quais não foi preparado. (Silva & Pontes, 2016). Pesquisas também revelam que muitas mulheres são abandonadas por seus maridos, quando estes descobrem que vão pais de crianças com deficiência.

2.7.2 Os Apoios Sociais

No geral a família tem dificuldades para encontrar apoio social. Não é fácil obter recursos de que a criança precisa, a realidade brasileira é essa: quando a família tem recursos, a criança com PC tem acesso a boas terapias e cuidados médicos. As famílias de baixa renda vivem outra realidade, onde muitas para conseguir fazer a reabilitação dos filhos vezes precisam viajar até 800 km, como é o caso das famílias que moram no interior do estado de Pernambuco, onde quase todos os centros de reabilitação ficam na capital Recife. Quando não há necessidade de sair da cidade que mora, enfrenta a dificuldade da escassez de profissionais especializados nos SUS (Sistema Único de Saúde), ou seja, poucos serviços são oferecidos pelo serviço público de saúde aqui no Brasil, ou família paga um plano de saúde particular ou fica numa lista de espera grande para conseguir uma terapia especializada.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Outra forma de exclusão para a família de baixa renda, é que ela se sente desrespeitada e aprisionada dentro de casa, por não poder participar das atividades culturais, por causa das dificuldades de acesso e de transporte. A falta de infraestrutura dos municípios brasileiros, especificamente da região nordeste, que está muito aquém do desejável, deixando a criança limitada para realizar atividades de cultura e lazer. (Andrade, Vieira & Dupas, 2011). Segundo o último censo realizado no Brasil sobre as pessoas com deficiência, essa região do Brasil, teve a maior taxa de prevalência de pessoas com deficiências com 26,3%. Esses dados comprovam a tese de que a deficiência tem forte ligação com a pobreza e que os programas sociais melhoram a vida das pessoas com deficiência. (Brasil, 2012).

No Brasil as pessoas com deficiência, que ficam impossibilitadas de trabalhar, recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), no valor de um salário mínimo, concedido pelo governo federal. Para ter direito a receber esse benefício a família deve comprovar que a renda familiar por pessoa que mora na casa é ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. (Brasil, 1993). Observa-se que o valor pago, muitas vezes é insuficiente para atender as necessidades de uma pessoa com deficiência.

No que se refere aos espaços de educação para pessoas com PC no Brasil, não há instituições específicas para receber esses alunos. A Lei Brasileira de Inclusão- LBI (2015), estabelece que a matrícula da pessoa com deficiência é obrigatória pelas escolas regulares e não limita o número de alunos nessas condições por sala de aula. Instituições de ensino, públicas e particulares, não podem recusar a matrícula do estudante com deficiência, independente de qual seja a deficiência. Dessa forma, o aluno que tem PC, é incluído na rede regular. A instituição de ensino que recebe esse aluno fica responsável, para providenciar todos os meios necessários para sua inclusão, acessibilidade e aprendizagem.

A família que tem filho com deficiência ou NEE necessitam de vários apoios como: apoio emocional, material, informativo formal ou informal. O apoio emocional é indispensável qualquer família, e quando se trata de família que tem filho com deficiência, é ainda mais necessário. Por isso, é muito importante o apoio emocional entre pais, quando se partilha os mesmos problemas, e dificuldades, criam se vínculos afetivos, onde se fortalece a confiança e a autoestima.

Quando se fala em apoio material, “subtende-se acesso aos recursos financeiros e físicos, que uma família precisa para se manter”. (McWilliam, 2012 p.22). O apoio informativo,

refere-se aos recursos relacionados à informação. A família precisa ter acesso à informação, para conhecer e compreender as suas necessidades.

2.7.3 As *Perspectivas/Expectativas*

Quando a família se mobiliza para encontrar estratégias, faz adaptações, com o objetivo de qualidade de vida de um filho que tem PC, estar lhe proporcionando a oportunidade de adquirir autonomia e independência, considerando sempre suas possibilidades e limitações.

A família tem um papel muito importante na vida de uma criança, e quando esta tem alguma deficiência, isso se torna algo imprescindível. A família representa aquela que ensina e motiva o desenvolvimento e a superação. A família deve ser a primeira a promover a inclusão na sociedade, ensinando-lhe que todas as pessoas têm suas deficiências, que é preciso aprender conviver com as diferenças. “Quando a família acredita que seu filho que tem deficiência é capaz de conquistar o seu próprio espaço, outras possibilidades se abrirão em vista de uma realização pessoal e profissional”. (Cunha, 2019, p.68)

CAPÍTULO III
INCLUSÃO DO ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL.

CAPÍTULO III- INCLUSÃO DO ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL.

3.1 Educação Inclusiva / Aluno com Paralisia Cerebral

Foi por volta do século XX, que se iniciou o debate acerca do tema inclusão. A educação inclusiva veio para garantir acesso e direitos iguais a todos os cidadãos, independentemente das diferenças de cada um. No entanto, a escola vem adotando um papel importante no processo de inclusão das pessoas com deficiência, onde procura concretizar na prática. O artigo 58 da Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, quando descreve que “todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças”, partindo da convicção de que “todos os alunos são capazes de aprender”. Alguns exigem apoio adicional, outros uma adaptação, outros ainda equipamentos específicos.

Para Sasaki (1997) apud Sant'anna, (2002) “a inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. Sendo assim, a escola é o ambiente mais apropriado para se trabalhar à inclusão, pois é de criança que devemos começar a lidar e aceitar que podemos aprender muito com elas, assim, ficará mais fácil respeitar as diferenças de cada um, uma vez que cresceu convivendo com elas. Para a escola se concretizar como educadora e exercer sua verdadeira função de socializadora do conhecimento, é preciso que se eduque não para a cidadania, mas na cidadania, respeitando o ritmo do aluno e que não seja como privilégio de poucos, mas como um direito de todos Holanda (2003), Dalagasparina (2001).

A matrícula numa escola regular não garante o processo de inclusão, é preciso que efetive a permanência da criança com deficiência na escola, adequando o Projeto Político Pedagógico-PPP e criando metodologias que facilite a aprendizagem dos alunos. Na concepção de Carvalho (2004,p.29), pensar na inclusão dos alunos com deficiências nas classes regulares “sem oferecer-lhes a ajuda e apoio e aos professores que acumularam conhecimentos e experiências específicas, é o mesmo que fazê-los constar na lista de matrícula, sendo apenas mais uma carteira na sala de aula”.

A PC inclui quadros muito diversos, por isso, é evidente que tais alunos, precisam de uma atenção diferenciada das demais crianças, visto que pode apresentar uma infinidade de necessidades educativas especiais. A inclusão do aluno com PC terá de ser sempre um

trabalho de equipe, na qual o professor atue com estreita colaboração com outros profissionais. É necessária uma maior aproximação e colaboração com os pais e outras crianças chegadas a esta criança. A necessidade de garantir a criança com deficiência motora o desenvolvimento máximo de suas capacidades para poder ter um melhor desempenho escolar, pode ser obtido da seguinte forma: aproveitamento de seu tempo de trabalho; lazer adaptado e rico; e estar o mais feliz possível. (Cardoso, 2013).

3.2 Tecnologias de Apoio/Acessibilidade ao Aluno com Paralisia Cerebral

Atualmente a tecnologia tem contribuído para facilitar a vida do ser humano em diversos setores. Em função das limitações de coordenação motora e/ou de comunicação oral, muitas vezes as pessoas com PC são muitas vezes excluídas do convívio social, por não ter acesso à tecnologia. No propósito de melhorar a qualidade de vida destas pessoas, tornando-as mais participativas na sociedade, estão sendo criadas e aperfeiçoadas as tecnologias assistivas, que se constituem como toda e qualquer ferramenta ou recurso utilizado com a finalidade de proporcionar uma maior independência e autonomia, qualidade de vida e inclusão social à pessoa com deficiência. (Galvão, 2016).

O Comitê de Ajudas Técnicas-CAT, da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República/Brasil, define a tecnologia assistiva como uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que reúne produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços com a finalidade de promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida (Galvão et al., 2009, p. 26).

Os documentos nacionais que regem a educação no Brasil, também enfatizam que na proposta da educação especial a tecnologia assistiva tem a função de atender às especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e os habilitar funcionalmente nas atividades escolares. Em relação à educação inclusiva a tecnologia assistiva está inserida com o objetivo de conduzir à promoção da inclusão de todos os alunos na escola. Portanto, o espaço escolar deve ser estruturado como aquele que oferece os recursos, serviços e estratégias que favoreçam a aprendizagem dos alunos com deficiência (Brasil, 2007).

No Brasil o tema acessibilidade vem sendo discutido desde ano 2000 com a criação de lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Essa

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Lei define: I - acessibilidade; II – barreiras: a) barreiras arquitetônicas urbanísticas; b) barreiras arquitetônicas na edificação; c) barreiras arquitetônicas nos transportes; d) barreiras nas comunicações; III – pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; IV – elemento da urbanização; V – mobiliário urbano; VI – ajuda técnica.

Os parâmetros de acessibilidade são estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050, 2004), onde acessibilidade representa a possibilidade e condição de percepção, alcance e entendimento para utilização e autonomia de edificações, espaços, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A LBI no artigo 53 define acessibilidade como direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. (Brasil, 2015).

O acesso às tecnologias assistivas, pode ser benéfico à aprendizagem para os alunos que apresenta algum tipo de deficiência, mas muitas vezes as limitações quem trazem consigo, se torna uma barreira a inclusão. (Cândido, 2015).

A escola precisa ser esse lugar acessível, criativo, acolhedor, onde sejam desenvolvidos recursos de tecnologias assistivas, em que o preconceito seja substituído, pelas condições de equidade, onde todos tenham o direito de aprender, onde as diferenças e a diversidade sejam valorizadas como crescimento para todos. A acessibilidade é uma questão fundamental na vida das crianças com ou sem deficiência, é um direito de todas. (UNESCO, 2015)

Para Nogueira e Andrade (2007) apud Duque e Vásquez (2020), “um processo de verdadeira inclusão social implica reformas estruturais no sistema educativo, renovando o modelo educacional, que proporcione a acessibilidade a todos, onde barreiras arquitetônicas e as atitudes negativistas sejam extintas”.

A Constituição Brasileira (1988) garante as pessoas com deficiência física o direito de ir, vir e estar. Porém, a falta de acessibilidade é uma dificuldade frequentemente relatada pelas pessoas que apresentam um familiar com necessidades especiais. Dentre os principais fatores que estão relacionados a essa falta de acessibilidade pode-se citar barreiras arquitetônicas como a ausência de pisos adequados, degraus, rampas, dimensão de portas adequadas, corrimãos, banheiros adaptados, entre outros. A vivência dessa realidade faz com que todos os envolvidos se sintam ainda mais excluídos e menosprezados diante da sociedade, agravando o isolamento social (Pereira, 2011).

A acessibilidade pode ser compreendida como possibilidade do indivíduo comunicar-se, de compreender e integrar-se em todos os espaços e também interagir com outros indivíduos. Dentre as várias barreiras a serem superadas pela sociedade, a principal é a barreira atitudinal. No caso das crianças com paralisia cerebral, “o preconceito e a discriminação se apresentam ainda de forma mais forte, em muitos casos a família sente-se desrespeitada, porque seus filhos são rotulados como diferentes”. (Andrade, et al., 2011).

3.3-A Formação do Professor no processo de Inclusão/ Paralisia Cerebral: expectativas, inclusão e diversidade.

Em pleno século XXI, a formação do professor brasileiro, ainda deixa muito a desejar. Apesar das universidades, já serem ofertadas disciplinas voltadas para a Educação Especial Inclusiva, quando o professor chega à escola na maioria das vezes, se sente incapaz, para trabalhar com o aluno que tem deficiência, visto que aprendeu muito sobre teoria, mas a parte prática ainda deixa muito a desejar. (Oliveira et al., 2011).

A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. (Lima, 2006). Alguns professores ao saber que vão receber na sua sala de aula um aluno com deficiência, até usam essa expressão: “não fui preparado para lidar com crianças com deficiência”. A situação torna-se ainda mais difícil, geralmente nas escolas públicas, as turmas são formadas por mais 40 alunos². Para Glat e Duque (2007), a presença mesmo que seja de dois, três alunos com deficiência na mesma turma, gera uma sobrecarga de trabalho para o professor, que precisa de um bom planejamento e estratégias para obter bons resultados com esses alunos. Há professores que dão aulas em até 23 turmas.

Sobre os alunos que tem deficiência, terem direito a um profissional de apoio escolar, em alguns estados do Brasil, a função desse profissional, ainda não está legalizada, mas na medida do possível procura-se cumprir o que está no artigo 3º, inciso XIII da -LBI, essa lei, assegura que quando necessário esse serviço deve ser disponibilizado pela escola.

Como público alvo que tem direito a esse profissional de apoio escolar, não está especificado na LBI os alunos com deficiência que estão sendo contemplados são: alunos com Transtorno do Espectro Autista-TEA (quando observada a necessidade de

² <http://www.siepe.educacao.pe.gov.br>

acompanhamento), alunos com PC (se tiver comprometimento motor moderado ou grave) e estudantes com patologias que tenham comprometimento severo de mobilidade e que precisam de assistência para alimentação, higiene e mobilidade. (Brasil, 2015). A presença do profissional de apoio escolar é muito importante, em muitos casos o aluno deixa de frequentar a escola, ou perde parte do ano letivo pela falta de encaminhamento desse profissional de apoio.

Segundo Marchesi (2001), “os bons professores revelam-se mais facilmente nas escolas que tem condições adequadas para apoiar o esforço de cada professor e para criar um ambiente de colaboração” (p.107). As escolas em que trabalham este tipo de professores são as que demonstram que a integração sem exclusão é um objetivo susceptível de ser alcançado.

Além das poucas condições de trabalho oferecidas pela maioria de professores do regular, não experiência para trabalhar com alunos com deficiência, para alguns existe também ainda aquele pensamento de que sala de aula será homogênea, onde todos aprendem da forma e no mesmo tempo, por isso, recorrem logo ao professor especialista em educação especial. “É mais fácil encaminhar para o professor especialista o aluno que tem dificuldades de aprendizagem e tem ou não algum tipo de deficiência, para os programas de reforço, por meio dessas válvulas de escape, continuou a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar”. (Mantoan, 2015, p. 33).

Os autores Mesquita e Rodrigues (1994) apud Morgado (2010,p.84) identificaram como necessidades de formação dos professores do ensino regular na área de NEE, aspectos como: “conceitos em educação especial, problemas de desenvolvimentos e implicações socioeducativas, adaptação curricular, metodologias de intervenção, cooperação interdisciplinar e dinâmica familiar”.

O professor do aluno com PC ou outro tipo de deficiência motora deve considerar que possui diante de si, sobre tudo, um aluno a quem deve ajudar a aproveitar o máximo suas potencialidades de desenvolvimento. As limitações desses alunos devem ser vista mais com um desafio do que como um obstáculo.

As necessidades de autoanálise das próprias práticas psicopedagógicas que impõem a educação de uma criança com PC, ajudará ao professor a tornar-se um bom professor, não apenas para esse aluno, mas para todos os demais. (Cardoso, 2013). O fato de dedicar a devida atenção e o devido respeito às minorias, quaisquer que sejam as suas necessidades

especiais, contribui para a construção de um mundo mais adaptado e benéfico para todas as pessoas que nele vive.

Para Mantoan (2015), para ensinar com qualidade e segundo a perspectiva inclusiva, é preciso garantir ao aluno de qualquer ano/nível de escolaridade uma formação que lhe assegure passar do mundo familiar para o público. “É garantir que todos aprendam, considerando sobre tudo a diversidade existente na sala de aula”. (p.79). O professor acompanhará todo o processo de desenvolvimento das atividades na sala de aula, atendendo as necessidades dos alunos, ninguém será excluído.

O desenvolvimento das capacidades e as adaptações curriculares são indispensáveis, para a construção de um novo modelo de sala de aula inclusiva. Para Morgado (2010), “as boas práticas educativas, ocorrem quando os professores operacionalizam formas de diferenciação no seu trabalho, gerindo o currículo para todos os alunos do grupo, com convicção de que todos podem realizar progresso nos percursos educativos” (p.80). Repensar o currículo é criar oportunidade de todos aprenderem juntos, medidas curriculares específicas são possíveis e necessárias, por isso, deve ter como base as atividades diárias realizadas na escola, geralmente o foco da aprendizagem não está nos produtos ou resultados, mas é necessário aprender dar valor quando se fala de pessoas com deficiências ao que é próprio e específico da condição humana, ou seja, o empenho maior deve ser ampliar a capacidade de aprender dos alunos, para que façam coisas por si mesmos. Assim justifica-se “a adequação curricular de acordo com a necessidade de cada um”. (Fierro, 2004.p.210).

Segundo Perrenoud (2001), “em parte alguma as crianças são totalmente tratadas como iguais em direitos e deveres; em parte alguma o ensino é estritamente coletivo e completamente indiferente às diferenças” (p.67), para o autor há indiferenciação total do ensino. O professor até tenta muitas vezes fazer um trabalho diferenciado, mas ausência de resultados o faz voltar às antigas práticas pedagógicas, se limitando a fazer o que está no programa, dessa forma o aluno sem deficiência não será tão prejudicado, enquanto o aluno que tem alguma limitação será desfavorecido, visto que o método de ensino tradicional, não irá contemplar as suas necessidades. A diferenciação pedagógica/curricular é, assim, entendida como um princípio fundamental da escola inclusiva. (Duque & Vásquez, 2020).

Ajudar aos professores a tornarem-se melhores profissionais no contexto da inclusão torna-os conscientes de que novos desafios finalmente vão beneficiar todos os alunos. (Stainback & Stainback, 1999). A formação continuada é indispensável a todos os

professores seja do ensino regular ou especialista, é necessária uma atualização permanente, a aquisição de novas competências de ensino, permite ao professor saber trabalhar as diferenças na sala de aula, sem deixar ninguém para trás.

3.3.1 Avaliação do Aluno com Paralisia Cerebral.

A avaliação é com certeza um dos problemas da educação, e quando se fala em aluno com deficiência, tornar-se uma preocupação maior. Avaliar um aluno com PC, dependendo do tipo da paralisia, requer estratégias específicas, que vão exigir do professor experiência, paciência e habilidade. Qualquer criança pode ser avaliada, independente do grau e tipo de seu distúrbio motor. Quanto maior a severidade do distúrbio motor da criança, tanto maiores as demandas cognitivas requeridas por ela para poder responder ao teste. Conhecer um pouco sobre as deficiências faz se necessário aos professores, “todos os professores necessitam de algum conhecimento sobre deficiências e dificuldades de aprendizagem, algumas competências para o ensino de alunos com NEE e a capacidade de contribuir para a avaliação de alunos com necessidades mais evidentes” (Hegarty,2001,p.88).

As estimativas resultantes são mais válidas e fazem justiça às crianças contribuindo para o acompanhamento psicopedagógico dos resultados de sua inclusão efetiva em sala de aula regular. “A avaliação constitui mais um desafio ao aperfeiçoamento do ensino. Recompô-la em seus fins para se alinhar a um ensino inclusivo diminuirá substancialmente o número de alunos excluídos”. (Mantoan, 2015.p.75)

Sistemas alternativos para a comunicação e as adaptações curriculares, são indispensáveis para a avaliação dos alunos com paralisia cerebral. Os transtornos motores e de fala requerem o uso de sistemas de comunicação específicos, caso contrário podem impedir a avaliação regular em consequência dos professores que tem dificuldade em ajustar seus métodos de ensino às necessidades e as potencialidades do aluno.

Segundo Bersch (2013) apud Cândido (2015), o termo Comunicação Aumentativa e Alternativa é também utilizado para definir outras formas de comunicação como o uso de gestos, língua de sinais, expressões faciais, e uso de pranchas. São exemplos de recursos de comunicação, entre outros: cartões de comunicação, pranchas de comunicação, pastas de comunicação, carteiras de comunicação e chaveiros de comunicação, mesa com prancha, colete de comunicação, agenda de comunicação, calendário e quadro de atividades, vocalizadores e o próprio computador.

Pode se destacar nesses sistemas o de comunicação alternativa, é usado para substituir a comunicação oral, escrita. Consistem em vários sistemas especialistas de multimídia para permitir a comunicação e inclusão escolar, diagnóstico e intervenção clínico reeducacionais de pacientes com distúrbios de comunicação e linguagem. Os suportes técnicos podem ser simples ou podem ser mais complexos (tecnologia e microeletrônica), para que facilite realmente a autonomia pessoal. (Cardoso 2013)

Uma avaliação que utiliza recursos de CAA pode ser feita para verificar memorização e reprodução de conteúdo recebidos pelo aluno. Ao invés de escrever ele terá alternativas de respostas em símbolos. Porém o professor deverá ficar atento, para que o aluno seja capaz de argumentar, questionar e mostrar novos conhecimentos e sua aplicação. (Sartoretto & Bersch 2010, p. 52).

3.3.2- O Atendimento Educacional Especializado-AEE.

O Atendimento Educacional Especializado-AEE, foi criado para dar um suporte para os alunos com deficiência, visando para facilitar o acesso ao currículo. De acordo com o Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008.

O AEE é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum. Ministério da Educação e Cultura (MEC, 2009). O AEE é a garantia que o aluno com deficiência tem, de frequentar uma escola regular, caso precise de um acompanhamento mais específico. É amparado pelo Decreto nº 7.611/11, que dispõe, também, sobre a educação especial.

As Salas de Recursos Multifuncionais-SRM, cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, e possuem equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impeçam a participação dos estudantes com autonomia e independência, no ambiente educacional e social. Abaixo o quadro com os estudantes público-alvo do AEE.

Quadro 3-Estudantes público-alvo do Atendimento Educacional Especializado.

Estudantes público-alvo do AEE
<ul style="list-style-type: none">• Aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.• Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.• Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Fonte: MEC (2010, p. 7)

O aluno público alvo da Educação Inclusiva deve ser matriculado na classe comum, em uma das etapas, níveis ou modalidade da educação básica, sendo o AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular, duas vezes por semana, no período de duas horas, os atendimentos são feitos individualmente ou em pares, de acordo com a necessidade do aluno.

A inclusão de alunos com deficiência na educação básica no Brasil tem aumentado nos últimos anos. O censo escolar de 2018, aponta o número de matrículas de alunos em classes regulares chegou a 1,2 milhão em 2018. O aumento é de 33,2% comparado ao ano de 2014. Tudo isso é resultado do trabalho vem sendo feito nas escolas com o apoio do AEE.

O AEE faz uma grande diferença, quando se fala inclusão, a partir da instalação das salas de recursos multifuncionais e a inclusão dos alunos com deficiência nas salas regulares, percebeu-se um novo tempo nas escolas, onde todos que trabalham na escola são responsáveis pelo processo inclusivo do aluno com deficiência, porém ainda não se tem nas escolas da rede pública uma equipe formada por psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo, terapeuta ocupacional, etc. O professor do AEE, além de dá o apoio, muitas vezes é único profissional da Educação Especial Inclusiva-EEI, presente na escola, isso impede o realização de um bom trabalho, visto que demanda é muito grande.

A educação inclusiva, por meio do AEE, em substituição ao ensino em classes especiais, contribuiu “para a implantação do processo de inclusão, onde o aluno com deficiência passou a frequentar a sala regular, favorecendo a sua socialização, através da convivência com os outros alunos que não tem deficiência”. (Mantoan, 2015, p.47).

O professor do AEE tem como atribuição realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial inclusiva.

Quadro 4- Atribuições o professor do AEE.

Atribuições o professor do AEE.
<ul style="list-style-type: none">• Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do estudante.• Definição do cronograma e das atividades do atendimento do estudante.• Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis.• Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos, informática acessível. Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular.• Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares.• Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino.• Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo estudante.

Fonte: MEC (2010, p. 08).

3.4 -A participação do aluno com Paralisia Cerebral na turma.

A inclusão do aluno com deficiência na escola regular deve ser entendida como um processo em construção, onde todos devem estar envolvidos, direção, professores, funcionários e pais, ou seja, toda a equipe escolar. (Morgado, 2010).

Considerando os acometimentos motores, cognitivos, comportamentais e sensoriais que variam amplamente na PC, é importante ressaltar o impacto que esta patologia pode gerar na criança que frequenta escola. Dependendo do tipo da paralisia, as dificuldades podem incluir várias limitações como ir ao banheiro com independência ou até mesmo alimentar-se. Isso vai exigir um trabalho colaborativo de todos da escola, principalmente dos professores e colegas da sala de aula. “Além disso, PC pode dificultar a aquisição de habilidades necessárias à interação educacional e práticas instrucionais como o manuseio de instrumentos para desenhar e escrever” (Basil, 2004, p.215).

Quando o professor é sensível à diversidade da turma e acredita no seu potencial, procura conhecer seus alunos, “oferecendo-lhe mecanismos de diferenciação pedagógica, adequando as necessidades e interesses de seus alunos”. (Perrenoud, 2000). “Os professores que são eficazes em responder à diversidade dos alunos utilizam uma ampla gama de enfoques didáticos, entre os quais escolhem os que pensam ser apropriados para uma aula específica”. (Echieta, 2018).

“O cotidiano da escola e da sala de aula exige que o professor seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diversidade de seus alunos”. (Figueiredo, 2011, p.141). A escola precisa estar preparada para receber esse aluno com deficiência. Oferecer ao professor as condições necessárias, ambiente adequado acessibilidade e conhecimento sobre a deficiência do aluno. A participação social do aluno nos principais

ambientes escolares: sala de aula, pátio de recreio/intervalo, transporte da/para a escola, banheiro/higiene, transição (deslocamento entre os diversos ambientes no interior da escola), lanche/refeição, torna-se algo indispensável para que o aluno com PC se sinta bem acolhido na escola, favorecendo a sua autoestima e independência.

Para Perrenoud (2001), “ para uma criança, a diversidade dos colegas na sala de aula pode ser ameaçadora ou, no mínimo, problemática, porque algumas delas não possuem esquemas adequados de interpretação e reação” (p.70). Isso significa que a presença de um aluno com deficiência ou com paralisia cerebral na sala de aula logo no início do ano letivo pode causar estranhamento, medo, etc. Por isso, quanto mais cedo à criança for para escola, melhor será para ela compreender o conceito de diversidade, sendo capaz de entender que somos todos diferentes.

O trabalho da escola é fundamental para construção de postura inclusiva, quando ela proporciona momentos de interação nos jogos, no recreio, em passeios, atividades externas. É possibilitar experiências como: o trabalho em pares, cooperação, solidariedade e respeito. (Correia, 2010).

Em todo esse processo o professor é considerado como peça fundamental, sendo ele o primeiro a promover a inclusão na sala de aula, “através da sua capacidade de gerenciar conflitos, pois a diversidade de um grupo favorece a trocas positivas e vitais, mas também provoca conflitos dominações e discriminações”. (Perrenoud, 2001, p.71).

A participação de todos os alunos nas atividades da sala de aula ou fora da sala de aula contribui para que seja construído um ambiente, de respeito, solidariedade, cooperação e de muita aprendizagem, principalmente quando os alunos que não possuem deficiência têm a oportunidade de conviver alunos que tem deficiência, provavelmente serão seres humanos melhores.

O poder do professor e a maneira como ele compreende a diversidade e as divergências da sala de aula, desempenha um papel predominante na regulação das trocas e de conflitos, bem como no engajamento do grupo em uma tarefa única ou em um conjunto de atividades coordenadas. (Perrenoud, 2001, p.72).

3.5 -A importância do papel da Escola e Família no percurso educativo da pessoa com Paralisia Cerebral.

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à

profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar. (Brasil, 1988). “A família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente da sua forma de configuração ou da forma como vêm se estruturando” (McWilliam, 2012, p.167). Tudo isso influencia diretamente ou indiretamente na organização da sociedade e na qualidade de vida das pessoas nos seus diversos aspectos.

As famílias que tem filhos com deficiência ou NEE necessitam de vários apoios como: apoio emocional, material, informativo, etc. O apoio emocional é indispensável qualquer família, e quando se trata da família que tem filho com deficiência, é ainda mais necessário. Por isso, é muito importante o apoio emocional entre pais, quando se partilha os mesmos problemas, e dificuldades, criam se vínculos afetivos, onde se fortalece a confiança e a autoestima.

O apoio informativo refere-se aos recursos relacionados à informação. A família precisa ter acesso à informação, para conhecer e compreender as suas necessidades. Segundo McWilliam e Scott (2001), os membros da família necessitam obter informação relativa a quatro áreas: (1), a necessidade especial da criança, (2) os serviços disponíveis, (3) o desenvolvimento geral da criança e (4) as estratégias a usar com ela. A aceitação também é outro ponto importante a ser levado em consideração.

Quando uma criança com deficiência ou alguma necessidade educativa especial é bem recebida na família, é bem integrada, tudo mais ficará mais fácil, porque a família estará disposta a trabalhar até encontrar solução. As famílias que tem filhos deficiência enfrentam diariamente situações de preconceito em seu cotidiano, a falta de sensibilidade, educação e respeito à pessoa com deficiência é uma realidade vivenciada por mães e filhos. (Almeida et al., 2015).

A escola é um dos ambientes mais importantes para uma criança que tem deficiência ou alguma necessidade educativa especial. Uma boa relação entre escola e família, contribui imensamente para um bom desenvolvimento educacional dessa criança. A presença da família na escola é garantia de que todos serão beneficiados, porque o trabalho que é feito atingirá outra dimensão. O trabalho colaborativo traz ganhos para todos, principalmente para que tem deficiência. Cada etapa vencida ou superada, cada aprendizado, cada pequena aquisição de conhecimento, contribui para a consolidação dos laços afetivos, entre a criança,

a família e a escola, além de trazer a sensação de vitória, serão capazes de alavancar um próximo passo.

É muito importante que haja uma parceria entre os familiares e escola, pois os pais têm informações preciosas que podem colaborar com planejamento das intervenções educacionais. A parceria família e escola é enfatizada na Declaração de Salamanca (1994), quando ressalta que a educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Afirma ainda que o sucesso das escolas inclusivas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários. O envolvimento entre as duas partes asseguraria uma ativa participação dos pais na tomada de decisão e na organização das atividades, comunicação clara e aberta. Para Glat e Duque (2003), a escola é um lócus privilegiado para o desenvolvimento global dos filhos.

“A inclusão escolar é um processo ainda a ser construído, visto que as práticas exercidas na maioria das escolas não contemplam um processo autêntico que visa à aprendizagem e desenvolvimento das potencialidades dos alunos” (Kronberg,2010, p.42). Os pais constituem uma força importante no sentido de se criar serviços inclusivos.

A educação familiar é à base de tudo, a escola sozinha não faz milagres, escola e família precisam caminhar de mãos dadas, tendo como objetivo a inclusão do aluno com deficiência de forma plena. “Toda pedagogia diferenciada exige a cooperação ativa dos alunos e de seus pais”. (Perrenoud, 2000.p.64).

Afinal quando a criança é incluída, a família também é. A família representa a continuidade das aprendizagens oferecidas aos alunos na escola, além de ser uma parceira indispensável no trabalho pedagógico. “Um filho com necessidades especiais representa muito para família”. (Cunha, 2019.p.36). E a escola ao receber esse aluno, deve acolhê-lo, promover a inclusão, o diálogo, o respeito à diversidade e a sua participação.

CAPÍTULO IV
ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO IV- ESTUDO EMPÍRICO

Introdução

Esta pesquisa tem como propósito fazer uma reflexão sobre a inclusão do aluno Paralisia Cerebral na escola regular, visando conhecer como a escola estar preparada para incluir esse aluno, a partir da relação com os alunos que não tem deficiência, a metodologia, recursos disponibilizados para auxiliar na sua aprendizagem, e a relação da escola com a família/família e escola.

A etapa inicial deste trabalho de investigação foi feita a partir da pergunta de partida, elaboração dos objetivos e a construção das hipóteses, que foram testadas ao longo de todo processo investigativo, com o objetivo de solucionar ou não, o problema inicial apresentado.

Recorreu-se a revisão da literatura acerca do tema em questão, como forma de corroborar através das ideias dos autores, o que já foi pensando sobre esse tema anteriormente. Em seguida iniciou-se o estudo metodológico que se realizou com base no método qualitativo.

Como instrumento para coleta de dados foi utilizado entrevistas semiestruturadas. Em razão da pandemia do ³COVID 19, as entrevistas foram realizadas na forma online, pelas plataformas “WhatsApp” e “Google Duo”, com os participantes da pesquisa: direção, coordenação, professores, exceto a família que foi presencialmente. Em seguida iniciou-se transcrição das entrevistas e sua análise. Assim foi feita a organização dos dados, sua codificação e categorização (Bardin, 2016).

Neste capítulo, é feita análise e apresentação dos dados recolhidos em relação às entrevistas aplicadas e análise documental.

Para finalizar, serão apresentadas as considerações finais, procurando verificar a veracidade das hipóteses, apontando as limitações do estudo e futuras linhas de investigação.

4.1 - Definições do problema

Atualmente o tema inclusão é alvo de debates e estar cada vez mais frequente no nosso dia a dia, no entanto, o que a comunidade tem feito para construir uma sociedade igualitária com equidade, para que pessoas com deficiência ou com necessidades educativas especiais tenham autonomia e consigam a desejada independência dentro de seus limites?

Ao receber alunos com deficiência, é necessário que todos os profissionais, juntamente com a família abracem essa causa, não somente os professores da Educação Especial

³ A pandemia de COVID-19 afetou até o momento 210 países e territórios no mundo, de acordo com dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) até 03 de maio de 2021. No Brasil já são mais 500 mil mortos.

Inclusiva, ou seja, é uma tarefa do coletivo da escola. No caso de alunos com PC, para além de saber, os comprometimentos causados pela deficiência, conhecer a família do aluno, a sua realidade escolar, é algo indispensável, sendo que os professores devem assumir a responsabilidade de proporcionar um ensino de qualidade para esses alunos, mostrando que é possível recriar um novo modelo de educação inclusiva, com ensino de qualidade, respeitando as diferenças.

O problema apresentado para investigação encontra-se dentro do tema inclusão do aluno com PC no ensino regular, cujo pergunta de partida levantou a seguinte questão: Como é que se incluem os alunos com Paralisia Cerebral no Ensino Regular na ⁴Escola Paulo Freire no ano letivo 2020/2021, num quadro de poucas acessibilidades, escassez de recursos materiais e humanos?

4.2- Objetivos do estudo

Os objetivos desse estudo dividem-se geral e específico.

Objetivo geral:

- Compreender como ocorre o processo de inclusão do aluno com Paralisia Cerebral, na escola regular, desde a sua relação com os alunos que não apresentam deficiência até as metodologias e recursos utilizados pela escola/ docentes, para auxiliar na aprendizagem desses discentes.

Objetivos específicos:

- Identificar se existem dificuldades para a inclusão do aluno com Paralisia Cerebral na escola regular;
- Verificar se a instituição e o corpo docente estão preparados para o processo de inclusão do aluno com Paralisia Cerebral.
- Reconhecer se as práticas utilizadas para estimular o aluno com Paralisia Cerebral favorecem ao processo de aprendizagem.

“Uma hipótese é uma proposição que prevê uma relação entre dois termos, que segundo os casos, podem ser conceitos ou fenômenos”. (Quivy & Campenhoudt, 2017 p.136). De acordo com a revisão da literatura, para a problemática em estudo definiu-se como hipótese principal:

- Quanto mais a escola for inclusiva, melhor o aluno com PC será incluído;

⁴ Por questões éticas e de identidade, o nome da escola apresentado é fictício.

aluno com Paralisia Cerebral, acontece de forma satisfatória. Em casos em que a família é menos favorecida, cabe à escola assumir a responsabilidade de suprir as necessidades do aluno.

Estas hipóteses foram construídas conforme o seguinte de modelo de análise (para alunos com NEE, particularmente com Paralisia Cerebral), após investigação, serão analisadas e de acordo com o resultado, apresentadas as conclusões. A figura 1, apresenta o modelo de análise definido para este trabalho.

Cada investigação é uma experiência única, que utiliza caminhos próprios, cuja escolha a numerosos critérios. “O modelo de análise prepara-se na realidade, ao longo de toda a fase exploratória da pesquisa”. (Quivy & Campenhoudt, 2017 p.120-121).

4.3- Metodologia/ Um estudo qualitativo

O estudo apresentado foi realizado através de uma pesquisa qualitativa, uma vez que este tipo de investigação dá maior ênfase à descrição e à compreensão dos fenômenos sociais através da interpretação do seu sentido, na realidade onde se inserem. Conforme Stake (2012, p.62), uma das características do estudo qualitativo é o seu caráter interpretativo. “O observador no local trabalha para manter a atenção livre, para reconhecer acontecimentos relevantes para o problema e está orientado para o fato de a investigação ser uma interação investigador-sujeito”.

Optou-se pelo método estudo de caso, na perspectiva indutiva que é o resultado de observações e experiências sobre um determinado fato, e a partir dele, a busca de compreensão sobre as causas do fenômeno, ou seja, parte do fenômeno, do individual, para posteriormente produzir generalizações, segundo Gil (2008,p.11), o método indutivo se compara ao método dedutivo, dizendo que “[...] se por meio da dedução chega-se a conclusões verdadeiras e por meio da indução chega-se a conclusões que são apenas prováveis. ”

O estudo de caso é um método qualitativo que consiste, geralmente em uma forma de aprofundar uma unidade individual, para Yin (2015, p.2), “a pesquisa de estudo de caso é uma das várias maneiras de realizar uma pesquisa nas ciências sociais”. Nesta pesquisa o estudo de caso é caracterizado como “estudo de caso único integrado”. O mesmo estudo de caso único pode envolver unidades de análises em mais de um nível. Isso ocorre quando em um único caso, a atenção também é dirigida a uma subunidade. (Yin, 2015, p.58). Justificando que a investigação foi realizada com dois casos de PC, mas na mesma escola.

Como instrumento para coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, segundo Quivy & Campenhoudt (2005, p.192), “a entrevista semiestruturada é muito utilizada no domínio da investigação em ciências humanas e sociais, por não serem inteiramente abertas nem muito direcionadas através de perguntas precisas”. A priori o investigador possa dispor previamente de um conjunto de "perguntas-guias" relativamente abertas, para se orientar na recolha de dados do entrevistado; pode não recorrer a todas as questões que elaborou nem seguir a ordem em que as redigiu. Para Yin (2015.p117), “ as entrevistas são uma fonte essencial de evidência do estudo de caso, porque a maioria delas é sobre assuntos humanos ou ações comportamentais”.

Conforme já foi mencionado, em virtude da pandemia mundial do COVID 19, as entrevistas foram realizadas na forma online com os participantes da pesquisa, com exceção da família que foi presencialmente. Ressalta-se que não houve nenhum prejuízo quanto a coleta de dados pelo fato das entrevistas terem sido feita na forma online. Para Salmons (2014), “as novas tecnologias de comunicação permitem aos pesquisadores estender os métodos usados anteriormente para criar ou reunir registros visuais de seu trabalho e imagens usadas para facilitar o diálogo”. Embora as entrevistas geralmente usem um estímulo verbal para produzir uma resposta verbal, os métodos de pesquisa visual permitem uma gama mais ampla de possibilidades. Em relação a esta pesquisa, os elementos do contexto, já eram conhecidos pelo pesquisador, assim se explica que tudo transcorreu dentro do esperado.

Foram criados guiões de perguntas diferenciados para as entrevistas tendo em conta a informação recolhida na revisão da investigação sobre o tema. Para Stake (2012, p.81), “ a entrevista é via principal para retratar as múltiplas perspectivas sobre o caso”.

4.4- População e amostra

Segundo Lejeune (2019) “a amostra designa o subconjunto de uma população, que é recolhido de acordo com critérios que permite assegurar a representação da população em estudo” (p.42). “O conceito de amostra é ser uma porção ou parcela, selecionada do universo” Lakatos; Marconi (2010). A amostra dessa pesquisa é propositiva, intencional, o pesquisador seleciona membros da população mais típicos e com mais informação no campo. No caso escolheram-se intencionalmente todos os que trabalhavam com os alunos com PC e tinham informação relevante sobre os mesmos, segundo Almeida e Pinto (1990, p.111), “o pressuposto básico da amostragem intencional é o de que, com boa intuição e uma estratégia adequada, é possível selecionar os elementos que devem ser incluídos na amostra (elementos da população como típicos)”. Esta amostra não é probabilística, segundo Mattar (1996), “a

amostragem não probabilística é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo”. Neste caso a amostra escolhida representa do universo.

A população alvo para este estudo foi constituída pela direção, coordenação, professores e pais de uma escola estadual da cidade de Petrolina, região nordeste do Brasil. Optou-se por estudar dois casos específicos de PC. Os alunos com PC que foram objetos dessa pesquisa têm entre 13 e 34 anos, apresentam hemiplegia e tetraplegia, adquiridas durante o parto, ambos ficaram com sequelas irreversíveis. Quanto à amostra os participantes foram: diretora, coordenadora, 10 professores do Ensino Fundamental II (Ensino Regular) 2 professoras de Educação Especial Inclusiva e 2 mães, totalizando 16 pessoas/entrevistas.

Foram realizadas 12 entrevistas como os professores, sendo que 8 são do ⁵Ensino Regular e 2 são do Programa Travessia, 2 com os professores de Educação Especial. Como se explica essa quantidade de professores entrevistados no ensino regular? Um aluno com PC numa escola, a partir do quinto ano de escolaridade passa a ter professores que lecionam várias disciplinas, enquanto terá associado apenas um professor de Educação Especial, como são dois casos um aluno é do Ensino Regular tem 8 professores e a outra do programa Travessia, onde são apenas 2 professores, um de exatas e outro de humanas. Ambos alunos são acompanhados pelos professores de educação especial. As entrevistas foram realizadas de agosto a novembro do ano de 2020.

As entrevistas foram gravadas em áudio, com autorização dos entrevistados, através do termo de consentimento informado. Após a realização das entrevistas iniciou se à sua transcrição, tudo foi registrado na íntegra. Em seguida começou a análise de conteúdo, conforme método apresentado por Bardin (2016) para análise de conteúdo, que se divide em três etapas: a primeira é a organização da análise, é importante organizar os dados coletados, os materiais, analisar o que ainda precisa ser coletado, depois vem a codificação, nesta etapa foi feita o recorte das unidades de registro e de contexto dos dados coletados, na terceira etapa iniciou se o processo de categorização, que consiste em fazer agrupamentos dos dados de acordo com seus critérios/ categorias. É por último, o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação, onde foram feitas inferências, a partir das respostas dos entrevistados.

⁵ O ensino básico no Brasil divide-se em Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano).

4.5- Instrumento/descrição / técnicas utilizadas no estudo

A princípio foi determinado que o tipo de instrumento que mais se ajusta ao objeto de estudo, às questões de investigação, que seria a entrevista, por ser uma pesquisa qualitativa, um estudo de casos. Conforme Morgado (2012), os estudos qualitativos tendem a ter uma atenção/personalização, isto é, "qualquer coisa que tenha importância para a educação é um tema potencial para um estudo qualitativo". A pesquisa qualitativa envolve um maior contato entre pesquisadores e pesquisados. (Maluf, 2006). Isso vai exigir mais tempo do pesquisador, visto que este tipo de estudo requer se conheça bem o campo a ser estudado. Para Minayo (2020), "a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa dentro das ciências sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes". (p.20).

Segundo Gil (2019), "na maioria dos estudos de casos, a coleta de dados é feita mediante entrevistas, observação e análise de documentos, embora muitas outras técnicas possam ser utilizadas" (p.109). Como técnica de recolha de informação, as entrevistas permitem obter material pertinente para compreender, ou mesmo justificar, não só os discursos dos sujeitos, mas também algumas atitudes e comportamentos que assumem nos seus contextos de trabalho. De acordo com Yin (2015), também ratifica essa informação afirmando que se deve construir uma base de dados durante o estudo, de modo a que haja a possibilidade de consulta por parte de outros investigadores. Essa base de dados pode ser feita com notas, documentos, registros descritivos de observações feitas, de entre outros.

4.6- Ética na investigação

A deficiência é um tema sensível, envolvendo problemas éticos e vidas, Camalhão (2018). A ética é um ramo da filosofia que se debruça sobre a questão de como deve o ser humano viver a sua vida. A ética é o uso da razão na busca da resposta à magna questão de como deve a vida ser vivida (Chappel, 2009). Como a investigação em educação envolve pessoas é fundamental promover e respeitar os direitos de cada um, as suas vontades e liberdade. Para Fortin (1999), existem determinados direitos que são fundamentais na "investigação aplicada a seres humanos" os quais foram tidos em conta neste trabalho. A regulamentação dos princípios de uma investigação foi criada em 1947, que através do código de Nuremberg, que estabelecia o princípio básico da dignidade de todo o ser humano.

Assim para se adquirir as devidas autorizações assim como a anuência dos profissionais de educação necessitou de acordos, trabalho de campo e colaboração de toda a comunidade

escolar. Essas pessoas foram fundamentais, a diretora, coordenadora, professores e pais, pois forneceram informações importantes sobre o objeto de estudo da pesquisa.

Nessa pesquisa foram preservados os princípios essenciais do código de ética: Direito à autodeterminação-qualquer pessoa é livre de aceitar ou não participar na investigação e a sua vontade terá de ser respeitada. Direito a intimidade- a investigação não pode invadir o espaço privado de cada um e o participante decide “sobre a extensão da informação a dar”. (Fortin, 1999). Direito ao anonimato e confidencialidade. O investigador terá de apresentar os resultados obtidos de forma a que não exponha características pessoais que possam ser associadas à pessoa que as proferiu, ou seja, o participante no estudo não pode “ser reconhecido nem pelo investigador, nem pelo leitor do relatório de investigação. ” (Minayo,2020). Direito à proteção contra o desconforto e o prejuízo. Direito a um tratamento justo e equitativo- todos os participantes da investigação terão de ser tratados de igual forma e com justiça.

Parece fácil perceber que a ética é uma dimensão de razoável grandeza na pesquisa, mas talvez não seja tão fácil perceber que a ética seja sempre observada ou levada em conta em termos práticos da pesquisa. Segundo Maluf (2006) inexistente uma ética universal, ou uma lei geral a submeter todos humanos e suas sociedades às mesmas regras.

CAPÍTULO V
APRESENTAÇÃO/ ANÁLISE DOS DADOS.

CAPÍTULO V- APRESENTAÇÃO/ ANÁLISE DOS DADOS.

De modo a não referir nomes, para assegurar o anonimato de cada pessoa que colaborou neste estudo, as mesmas serão identificadas da seguinte forma: entrevista com a gestão da escola, com a coordenação da escola, com os professores do ensino regular, com os professores de educação especial e com os pais.

As entrevistas formaram transcritas pela investigadora e analisadas através software de computador MAXQDA. Todo o material recolhido numa pesquisa qualitativa é geralmente sujeito a uma análise de conteúdo, mas esta não constitui, no entanto, um procedimento neutro, decorrendo o seu acionamento e a sua forma de tratamento do material do enquadramento paradigmático de referência. (Guerra, 2014 p.62)

De início foram criados os guiões para as entrevistas, considerando a revisão da literatura feita sobre o tema. Nas entrevistas qualitativas, o pesquisador conduz entrevistas face a face com os participantes (Creswell,2010 p.214), para Yin (2015, p.244), “a entrevista normalmente é de natureza conversacional e guiada pela agenda mental do pesquisador, uma vez que as questões da entrevista não seguem exatamente a mesma verbalização com cada participante entrevistado”. O seu objetivo principal é fazer com o entrevistado fale livremente, cabe ao entrevistador conduzir o percurso de modo que os objetivos sejam alcançados, mas isso deve acontecer de forma espontânea, natural. Dessa forma, o entrevistador vai administrando as questões que pretende abordar com leveza e naturalidade, considerando as peculiaridades de cada entrevistado, mas sem perder o foco principal.

As entrevistas com direção e coordenação da escola apresentam 5 categorias: a primeira trata dos dados sociodemográficos, a segunda problemas da escola, a terceira relação com a família, a quarta a organização da escola, a quinta alunos com NEE/PC, como são incluídos na escola. Já entrevistas aos professores do ensino fundamental II apresentam de 10 categorias: a primeira trata dos dados sociodemográficos, a segunda a função docente, a terceira dificuldades do professor para trabalhar com o aluno com PC, a quarta caracterização das turmas, quinta a caracterização do aluno com PC:limitações e potencialidades, a sexta atitudes dos colegas perante ao aluno com PC , a sétima alunos no AEE, oitava alunos com PC, nona o aluno com PC e a acessibilidade, décima relação família/escola. As entrevistas aos professores de educação especial, apresenta 6 categorias: a primeira trata dos dados sociodemográficos, a segunda caracterização das turmas/apoio do professor de AEE, a terceira o conceito de inclusão segundo os professores de educação

especial, a quarta o AEE/a sala de aula regular e a inclusão do aluno com PC, a quinta a relação família e escola, a sexta as expectativas em relação ao aluno com PC, segundo o professor de educação especial. Por fim, a entrevista aos pais apresenta de 6 categorias: a primeira trata dos dados sociodemográficos, a segunda caracterização do filho com PC, a terceira sobre os apoios recebidos, a quarta como a escola incluí o aluno com PC, a quinta dificuldades da família em acompanhar o aluno com PC, a sexta sobre as expectativas em relação ao futuro do filho (a) com PC.

Foi também utilizada a análise documental através da consulta dos documentos oficiais da escola. Segundo Gil (2019, p. 110), “a consulta a fontes documentais é imprescindível em qualquer estudo de caso”. Mediante a consulta a documentos, torna-se possível obter informações referentes à sua estrutura e organização, a descrição de cargos e funções etc. Em muitas pesquisas, os documentos são a única fonte de informação afirmam Lüdke e André (1986, p. 40), “a escolha dos documentos não é aleatória. Há geralmente alguns propósitos, ideias ou hipóteses guiando a sua seleção”.

Como procedimentos iniciais, foram tomadas as seguintes providências: primeiro foram entregues os consentimentos informados à escola gestão, coordenação e professores e aos pais, para autorização da pesquisa conforme se encontra em anexo acessível ao júri. Ao se conseguir as autorizações, entrou-se em contato com os professores para saber a quantidade de alunos com PC existentes na escola, para se estruturar o referencial teórico acerca do tema investigado. Também foi feita a caracterização da escola e delineado os itens das entrevistas. Após à recolha de dados, deu-se início análise e tratamento dos dados.

Com o propósito de responder à pergunta de partida e aos objetivos da investigação, os instrumentos selecionados são o questionário por entrevistas e análise documental (Projeto Político Pedagógico da escola- PPP. As entrevistas foram realizadas de forma online com os participantes, exceto os pais. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra, tudo o que dito pelos entrevistados. Depois da análise, os dados obtidos foram registrados através de figuras e quadros, elaborados a partir dos objetivos propostos, das perguntas apresentadas e das respostas obtidas pelos entrevistados, permitindo-se assim retirar as conclusões.

5.1 Caracterização do campo estudado.

A instituição estudada nesta dissertação é Escola Paulo Freire, localizada na cidade Petrolina-PE, mantida pela Secretaria Estadual do Governo de Pernambuco. Fica localizada

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

numa zona periférica da cidade, distante 10 km do centro comercial. O acesso é através de ônibus coletivo ou transporte particular (carro/moto). A maioria dos alunos reside no próprio bairro, já os profissionais da escola, a grande maioria mora em outros bairros e até mesmo na cidade vizinha Juazeiro-Bahia. A escola foi construída no ano de 1997, a partir dos anseios e reivindicação, dos moradores da comunidade, com muita luta e perseverança. Com a finalidade de atender a clientela para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª. Série, Educação Especial, além da I e II fases da EJA (Educação de Jovens e Adultos); funcionando nos turnos manhã, intermediário, vespertino e noturno. A Escola Paulo Freire, é jurisdicionada a Gerência Regional de Educação do Sertão do Médio São Francisco- Petrolina-Pernambuco. Através da portaria nº 6107 de 25 de setembro de 2007 publicada no Diário Oficial do Estado no dia 26 de setembro de 2007, foi autorizado de 6º a 9º série do Ensino Fundamental II, Educação de Adultos III e IV fase, também o Programa Travessia -Ensino Fundamental e Médio.

O Programa Travessia anos finais do Ensino Fundamental, conforme instrução normativa nº 05/2014, tem características particulares em relação as turmas da escola, dedica-se ao ensino de adultos, realiza-se à noite e tem objetivo computar o ensino que os alunos abandonaram precocemente à escola, trabalha por projeto, é estruturado a partir de módulos. Os alunos têm oportunidade de concluir o Ensino Fundamental ou Médio em dois anos.

É considerada uma escola de médio porte. Atualmente apresenta um quadro de funcionários formado por sessenta e sete profissionais, sendo distribuídos da seguinte forma: 1 gestora, 1 gestora adjunta, 1 secretária, 2 assistentes administrativos educacionais, 2 educadoras de apoio, 3 auxiliares de higiene, 3 merendeiras, 2 porteiros e 50 professores do ensino regular, 2 professores de Ensino Especial. A maioria dos professores são graduados e pós-graduados na sua área específica de formação. Há também professores que contratados, sendo a maior parte é efetivo, concursado. Hoje a escola atende a 1.200 alunos, distribuídos nos três turnos. Conforme o Projeto Político Pedagógico da escola- PPP (anexo H). A escola observada, por se encontrar localizada numa zona periférica, de um bairro, que já fora o mais violento da cidade de Petrolina, ainda hoje sofre as consequências. A quadra de esportes foi construída com o objetivo de ser um mais um espaço educativo, principalmente para a prática de esportes, mas “ pessoas da própria comunidade, que não querem o bem da escola”, começaram a destruir, virando muitas vezes um espaço para o

consumo de drogas pelos vândalos. A gestão sempre se impôs firmemente, procurando sempre o apoio da polícia, dos órgãos da justiça e principalmente da própria comunidade. Hoje a realidade está um pouco melhor, mas ainda há muito a ser feito.

Sobre a educação especial, a referida instituição, afirma no seu projeto de Inclusão Escolar, que a inclusão escolar significa a garantia do direito de todos de aprender por meio do acesso à escola, independente, de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. Assim, o princípio de inclusão parte dos direitos de todos à Educação, independentemente das diferenças individuais – inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca, (1994). No que diz respeito às finalidades e objetivos do Ensino de Educação Especial, visa garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais ao sistema educacional público; ofertar serviços de apoio especializado com Atendimento Educacional Especializado- AEE, conforme o Projeto Político Pedagógico da escola- PPP. A Escola Paulo Freire, possui uma sala ampla e climatizada, onde os professores encaminhados pela GRE- Gerência Regional de Educação, realizam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), favorecendo a inclusão escolar e contribuindo para o desenvolvimento das habilidades sócio cognitivas e afetivas, dos alunos.

Assim as salas multifuncionais complementam ou suplementam a aprendizagem dos nossos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação. Na sala de AEE, duas professoras fazem o atendimento aos alunos, uma no turno da manhã e outra no turno da tarde, visto que os alunos são atendidos no contra turno do horário que estudam na sala regular. A seguir serão apresentados os resultados da análise de conteúdo das entrevistas, destacando-se que foi relevante para o estudo.

5.2– Gestão

5.2.1 Características sociodemográficas.

As participantes desse grupo são do gênero feminino e a são de carreira base professoras, conforme o quadro 1, verifica-se que se encontram nesses cargos com idades de 53, 55 anos, sendo que a antiguidade na escola entre 3 e 6 anos. O que significa que o acesso esses cargos faz necessário uma carreira longa. E necessariamente exige mestrado ou licenciatura.

Quadro 5

Síntese das características sociodemográficas dos entrevistados com cargos de gestão.

Idade	Estado Civil	Residência	Habilitações Literárias	Antiguidade	
				Escola	Gestão
53	Casada	Dentro Município	Licenciatura	3	4
55	Divorciada	Fora do Município	Mestrado	6	6

Para ocupar as funções de gestor e coordenador da escola, deve se ter experiência. Importa nesse momento perceber as funções dessas duas participantes. “Tenho a função de gerir, de liderar, de apoiar o professor e todos os aspectos da escola.” (Entrevista nº15, p. 23). Para compreender inclusão do aluno com PC, importa perceber a diferença das funções entre o cargo de gestão e coordenação. Nas palavras da gestora escolar estas suas funções, como “tenho de gerir e liderar” e da coordenadora escola, “minha função é de apoio ao ensino, percebe-se que ambas ações de complementam como questões pedagógicas mesmo”. (Entrevista nº 16 p. 24).

A escolha dessas duas entrevistadas justifica-se pelo fato de terem conhecimento da escola um todo, como se pode observar, tendo um papel fundamental na locação de meios e recursos humanos, quer para alunos com PC, quer para alunos em geral. No seu trabalho, as entrevistadas revelam, as suas dificuldades como gestora e coordenadora. Nesse aspecto revelam, equipe gestora reduzida, com 2 coordenadoras, escola com 1.200 alunos. As suas dificuldades estão presentes nas seguintes afirmações:

Graças a Deus, conto com o apoio da gestora escola, ela me apoia e confia muito no meu trabalho, embora percebo que há alguns entraves no sentido que muitas vezes a gente quer muito o gestor dentro dessa parte do pedagógico, acompanhando o pedagógico, (...), essa ausência da equipe gestora, nesse acompanhamento e nesse estar junto, até mesmo para a gente planejar, discutir algumas necessidades, dentro do ambiente escolar, (...) nas minhas mãos, para mim isso não é muito legal (...) (Entrevista nº 16, p. 34).

Ausência da equipe gestora da escola na tomada de decisões dificulta o acompanhamento pedagógico, o planejamento e tudo que o se desenvolve na escola. Praticamente a coordenação da escola toma decisões sozinha.

5.2.2- Problemas na escola.

Na escola os problemas que se colocam na coordenação e gestão, encontram-se no meio social, onde está inserida. Para uma das entrevistadas este é o principal desafio que se coloca à escola, conforme pode-se observar na seguinte citação:

E o que é desafiador, é que a escola está inserida num contexto social bastante vulnerável, a estrutura familiar não contribui muito para a proposta pedagógica da escola, nós temos muitos pais ausentes, e isso para mim é muito preocupante, então superar os desafios da aprendizagem, as dificuldades que os alunos enfrentam, sem o apoio familiar, isso é um grande desafio, não só para mim, mas para toda escola, para mim é um grande desafio a inserção da família no contexto escolar. (Entrevista nº 16, p. 32).

Numa escola, situada num contexto social vulnerável a estrutura familiar é frágil, esta não acompanhar os filhos nas suas aprendizagens. Isto implica, que o sucesso dos jovens

depende do apoio da família, e da escola contar sempre com o apoio da família, inserindo-a em todas as suas ações.

5.2.3-Relação com a família

A equipe gestora reduzida, dificulta o contato com as famílias, estando a gestão, ocupada principalmente com trabalhos administrativos, como a própria coordenadora afirmava, “muito de estar ali tipo apagando incêndios” (Entrevista nº 16, p. 36). Não deixando, que a mesma tenha muito tempo para articular o trabalho pedagógico com família e o desenvolvimento do aluno. Conhece-se a importância da família no desenvolvimento escolar dos alunos, sendo que os pais são considerados como parceiros da escola. Nesse ponto, as entrevistadas revelaram 2 códigos: a importância da presença na escola como sinal de interesse e no campo da credibilidade no trabalho que é feito pela escola, o que se pode generalizar e cita-se:

Minha relação sempre foi muito boa com os pais, sempre procuro no meu contato, no pouco contato que tenho com eles, procuro falar da proposta pedagógica da escola, da importância de estudar, da importância do acompanhamento da família ao desenvolvimento do aluno, da importância de estudar em casa, de ter esse acompanhamento em casa, então é sempre nesse sentido, nunca tive problemas nem com familiares e nem com os pais. Eu sinto também essa credibilidade no trabalho da escola. (Entrevista nº 16, p. 36).

5.2.4-Organização da escola

Nesta afirmação que antecede, verifica-se que apesar do pouco contato com as famílias, este é importante para a coordenação da escola. Este contato, é mediado através dos professores como se pode observar na seguinte afirmação:

“(...) embora não tem muitas reuniões de pais na escola, eu percebo muito essa deficiência na escola, acho que a escola peca muito nesse sentido, são poucas reuniões com os pais, o tempo maior que se tem com os pais é na entrega de notas, cada bimestre e aí organizo um plantão pedagógico, para atender os pais dos alunos que estão com dificuldades no dia a dia. Quando os pais nos procuram ou quando a gente convoca algum familiar na escola por alguma necessidade, muitas vezes de aprendizagem ou muito mais por questões disciplinares e a gente convoca os pais, familiares ou responsáveis para virem à escola, então o meu contato até o ano passado era muito nesse sentido, de convidar pais para ouvir, para falar, ((Entrevista nº 16, p. 36).

Conclui-se que a escola só convoca os pais quando há alguma necessidade como: entrega de notas bimestralmente ou há problemas de ordem disciplinar/aprendizagem.

5.2.5-Alunos NEE/ PC. Como são incluídos na escola.

No que se refere aos alunos com PC, pode se generalizar aos restantes, independentemente de ter uma limitação, apresento 2 códigos: em primeiro lugar a importância da presença da família em eventos escolares, o segundo a falta de competência

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

técnica dos pais como se pode observar na seguinte citação: “Quando não ajudam é porque não podem, não sabem. São famílias pobres, com baixa escolaridade, e tudo isso interfere de alguma forma no rendimento escolar desses alunos” (Entrevista nº15, p. 57). Em contrapartida essa citação releva que para as entrevistadas a escola tem a missão de apoiar todos os alunos, incluindo os com PC e suas famílias. Então especificamente no campo da PC, importa afirmar que o acolhimento desses alunos não difere dos restantes considerados com NEE, também que esses alunos estão inseridos em todos os projetos pedagógicos da escola conforme citação: “em todas as atividades, tanto que eles não se sentem diferentes dos demais, eles participam de gincanas, participam de projetos, de feira do conhecimento, eles participam de tudo”. (Entrevista nº 16, p. 68).

A escola possuía a data do trabalho de campo, 3 alunos com PC, 2 cadeirantes e 1 não cadeirante, um destes não frequentava a escola por falta de apoio. Uma das limitações da gestora escolar, é conseguir uma professora auxiliar e entre outros recursos, que dependem da secretaria de educação do estado, sendo que na escola, a comunidade escolar gostaria de ofertar muitos serviços, mas não os consegue dar. A pergunta que se impõe nesse momento, é como que se inclui um aluno com PC na escola? Duas ideias surgem: a sala de AEE, que contém todos os recursos técnicos necessários ao aluno, preparando o aluno para a inclusão na sala de aula na regular, que é segunda fonte de inclusão, no caso dos alunos com PC cadeirante, tem direito a um professor auxiliar que o acompanhe.

Na inclusão do aluno com PC, releva-se que há uma grande dificuldade do professor por dois motivos: a falta de formação do professor e grande sobrecarga de trabalho deste. Neste contexto, a inclusão do aluno com PC depende da sensibilidade do professor, conforme citação:

Então as estratégias pedagógicas elas podem fazer a grande diferença em sala de aula, então uma formação nesse sentido, que possa despertar o olhar do professor, a sua sensibilidade, para ele possa compreender esse contexto e não ficar só culpando a família, culpando o aluno que não quer, que não faz, que não aprende, porque ele não tem interesse, então se o professor começar a compreender a sua responsabilidade, enquanto professor numa sala de aula e que nós estamos numa época em que essa inclusão de todos os alunos tem que acontecer e vai depender muito mais da atitude do professor do que de políticas públicas, aí sim acho que estaríamos revolucionando a sala de aula.(Entrevista nº 16, p. 46).

Nesta parte da gestão e de coordenação conclui-se que a principal fonte e inclusão do aluno com PC e todos alunos independentemente de ter uma NEE ou não, está numa abertura para diferença e sensibilidade para qualquer aluno que é especial.

5.3– Professores do Ensino Regular

5.3.1-*Características sociodemográficas*

No que se refere as características sociodemográficas dos professores do ensino regular estes são 10, e se encontram no quadro 2. Os entrevistados do ensino regular são 10, em termos de idade 5 se encontram entre 26 e 33 anos, indicando pertencer a uma faixa etária jovem, 3 se encontram entre 38 a 44 anos são indicadores que indicam pertencer a uma faixa etária que estão no meio da carreira são e 2 com 52 e 53 que estão no final carreira. Há um equilíbrio entre os gêneros masculino e feminino, onde todos possuem ensino superior, alguns com especialização e apenas 1 tem mestrado. Os dados sociodemográficos relevam também que, 9 entre os 10, residem na mesma localidade da escola.

Quadro 6

Síntese das características sociodemográficas dos entrevistados professores do ensino regular.

Idade	Gênero Feminino	Gênero Masculino	Estado Civil Casado (a)	Estado Civil Solteiro(a)	Habilitações Literárias Especialização	Habilitações Literárias Licenciatura	Habilitações Literárias Mestrado	Residência Dentro do Município	Residência Fora do Município
26	1		1			1		1	
27	1			1	1			1	
31		1		1			1		1
32		1		1	1			1	
33		1	1		1			1	
38		1	1			1		1	
39	1			1		1		1	
44	1		1			1		1	
52		1		1		1		1	
53		1	1			1		1	
Sub-Total	4	6	5	5	3	6	1	9	1
Total	10		10		10			10	

Quadro 7

Antiguidade na profissão dos professores do ensino regular entrevistados.

Antiguidade na Profissão	Freq.	Antiguidade na Escola	Freq.
3	1	1	1
4	2	2	1
6	1	3	3
7	1	5	1
8	2	6	1
10	1	7	1
12	1	8	2
27	1	Total	10
Total	10		

O quadro revela-se que existe uma grande disparidade na antiguidade da profissão. Olhando para o quadro 7 revela-se que existe uma grande disparidade na antiguidade na profissão. Até 4 anos encontramos 3 entrevistados, de 6 a 10 encontram-se de 5 entrevistados e carreira longas de entre 12 e 27 anos 2 entrevistados. Em relação a antiguidade na escola, observa-se que há uma grande diferença, mas releva que com 2 a 8 anos encontram-se 9 entrevistados, ou seja, a maior parte dos entrevistados, significando que estes conhecem bem a escola.

5.3.2-Função docente

Os entrevistados quando questionados sobre o seu trabalho, responderam com as atividades comum que são exercidas pelo professor, como: lecionar, preencher o diário de classe, planejar/preparar aulas. Observa-se que a sala de aula continua sendo um mero espaço de atividades concretas docentes, espaço de aprendizagem. Alguns professores encaram a sua profissão como uma missão, dando um sentido a esta, exemplo: desenvolvimento educacional e social. A figura 2 apresenta as funções docentes exercidas pelos docentes.

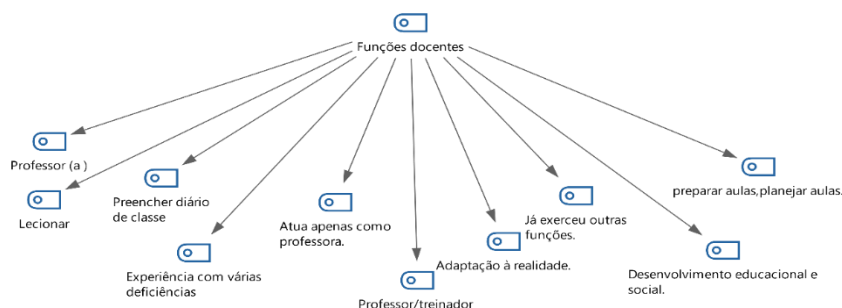


Figura 2- Funções docentes exercidas segundo os entrevistados do ensino regular

Fonte: elaborado pelo autor com o MAXQDA 2020 (VERBI Software, 2019).

A figura que antecede, não nos dá muitas informações, mas revela a complexidade, do trabalho da profissão docente.

5.3.3- Dificuldades dos professores para trabalhar com aluno com PC.

Entre as dificuldades apresentadas pelos professores do ensino regular, para a inclusão do aluno com PC, pode-se destacar os seguintes: falta de preparação da escola para receber esses alunos, como o próprio espaço sala de aula que não é proporcional ao tamanho da turma, já que em média as turmas têm mais 40 alunos, falta de preparação dos professores, de um trabalho em equipe, conforme citação: “primeiro por falta de preparação os professores, que não tem preparação nenhuma para lidar com alunos que tenham essas

especificidades, então falta preparação, falta diálogo entre professores, coordenação e gestão”. (Entrevista nº7 – Ensino Regular, p. 46).

Percebe-se que muitas são as dificuldades dos professores para incluir o aluno com PC no ensino regular, onde revela-se que a principal é a falta de formação. “A dificuldade é porque a gente é tão pega de surpresa, porque a gente não tem uma formação para trabalhar com esses alunos, que ficamos na dúvida, será que vou dar conta?” (Entrevista nº8- Ensino Regular, p. 94). Outro fator fundamental que faz que contribui para a inclusão do aluno com PC é a presença de recursos na escola, quer seja material ou humano, o uso de recursos tecnológicos na escola favorece a inclusão do aluno com PC na escola, às vezes, coisas bem simples fazem toda a diferença, conforme citação abaixo:

A falta de alguns recursos que poderiam facilitar, recursos tecnológicos na escola, coisas até mais simples que ajudariam, como por exemplo já notei, a questão do pincel do quadro com cores variadas, para que possamos destacar no quadro alguns detalhes para os esses alunos, o professor recebe um pincel para escrever no quadro numa cor única, então você tem que criar um destaque numa coisa que é única, para que possa despertar uma visualização diferenciada desse aluno, são coisas pequenas mais que se tornam grandes, quando junta de tudo (Entrevista nº10- Ensino Regular, p. 94).

Nesta síntese pode-se concluir, que existe uma multiplicidade, de elementos que dificultam a relação do professor com este aluno, formuladas as questões docentes ao ambiente, turmas grandes e sobrecarga de trabalho e falta de recursos (professor de apoio). Do outro lado fatores pessoais como: o medo do desconhecido. Fatores profissionais: falta de formação, não saber avaliar o aluno, dificuldade de comunicação com o aluno. As principais dificuldades dos professores do ensino regular entrevistados, podem ser apresentadas a partir da seguinte figura.

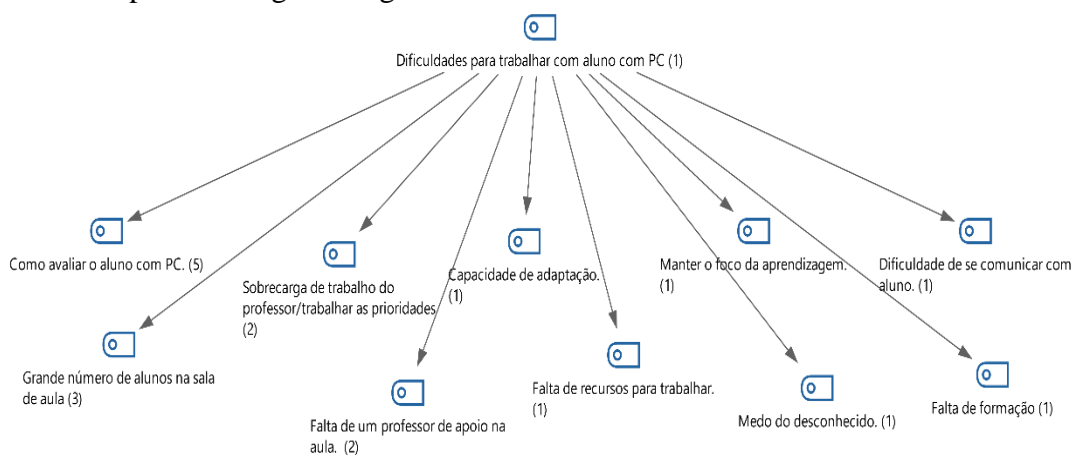


Figura 3- Principais dificuldades dos professores para trabalhar com aluno com PC.

Fonte: elaborado pelo autor com o MAXQDA 2020 (VERBI Software, 2019).

5.3.4-*Caracterização das turmas.*

Segundo o quadro 8, apresentam turmas heterogêneas. Em relação as turmas apresentadas pelos entrevistados, observa-se que são turmas bastante heterogêneas com alunos de diferentes idades. Os alunos pesquisados com PC estão incluídos nessas duas modalidades de ensino: Programa Travessia e no Ensino Fundamental II. Sobre o Programa Travessia, tem características particulares em relação as turmas da escola, dedica-se ao ensino de adultos, realiza-se à noite e tem objetivo computar o ensino que os alunos abandonaram precocemente à escola. Trabalha por projeto, sendo a regência de um único professor (são dois professores um de humanas e outro de exatas, que vão intercalando na sala de aula), o ensino é por módulo, através de teleaula. Os alunos têm a oportunidade de concluir o ensino fundamental II ou ensino médio em dois anos.

Quadro 8

Características das turmas lecionadas pelos professores entrevistados do ensino regular.

Idade/Alunos	Dimensão da turma	Anos lecionados	Nº de turmas por professor
18 a 50 anos	30 a 35 alunos	Programa Travessia	2 turmas
11 a 14 anos	42 alunos	6º ao 9º ano (Ensino Fundamental II)	13 até 23 turmas

Segundo a Instrução Normativa do Programa Travessia nº 05/2014, (Anexo nº), parágrafo único: poderão participar do Projeto- Programa Travessia- Anos Finais, estudantes do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental, com distorção de idade/ano escolar de 2 anos ou mais, a partir dos 15 anos de idade.

Sobre a inclusão do aluno com NEE/PC, nesse programa, observa-se que os professores no primeiro momento, apresentam uma visão segregada, alegando que seria melhor que esse aluno ficasse numa sala a parte, alegando não ter condições de dá a devida atenção ou que se tenha um profissional de apoio para acompanhar, conforme citação: “Não dá para você dar aula para um aluno e tá com ela, não tem como você acompanhar, são coisas diferentes, por isso, que há a necessidade de ter uma pessoa sempre do lado dessas pessoas, ou então uma sala só com esses alunos, para a abordagem ser mais calma, porque há diferença grande entre esses alunos e o aluno normal” (Entrevista nº 2 -Ensino Regular, p. 36). Essa visão de exclusão do professor, também se repete na fala do seu parceiro de sala de aula quando afirma que: “o correto na minha opinião seria ter uma sala específica para os as pessoas especiais e que o professor pudesse trabalhar com aquela determinada situação”. (Entrevista

nº 1-Ensino Regular, p. 40). A escolha dos 2 (dois) professores entrevistados, justifica-se pelo fato de ambos terem em sala de aula uma aluna com PC e também alunos com NEE.

5.3.5- Características do aluno com PC: limitações e potencialidades

Considerando a complexidade dos problemas associados à PC, e ao fato desses alunos estarem incluídos no ensino regular, torna-se importante que o professor tenha conhecimento desta problemática, a fim de conseguir delinear estratégias e caminhos de intervenção para que a inclusão aconteça na sala de aula. Esta pesquisa foi desenvolvida tendo como objeto de estudo 2 (dois) alunos com PC.

Quadro 9

Síntese das características dos alunos com PC.

Idade	Tipo de PC	Turma que está incluído
13 anos	Hemiplegia à direita	7º ano – Ensino Fundamental II
34 anos	Tetraplegia	Programa Travessia

A partir das entrevistas realizadas, observa-se que existência das limitações do aluno com PC, requer atenção e cuidados no que se refere a inclusão, para isso é necessário que escola esteja preparada e organizada para receber esse aluno em todos os aspectos quer sejam físicos ou educacionais.

A figura 4 apresenta as principais limitações apresentadas pelos alunos com PC, segundo os entrevistados.

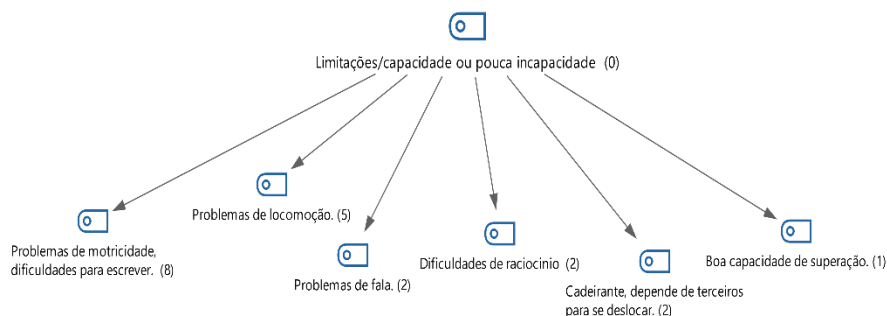


Figura 4- Limitações dos alunos com PC apresentadas pelos professores do ensino regular.

Fonte: elaborado pelo autor com o MAXQDA 2020 (VERBI Software, 2019).

Observando a figura 4 nota-se que as principais características, da PC são de natureza motora. E apenas duas respostas indicam as dificuldades de raciocínio, ou está menos associado a problemas cognitivos pelo que o problema não está associado a problemas cognitivos. Observa-se a seguinte citação: “Em relação as dificuldades que ele apresenta na sala de aula, algo que chama muita atenção é o desconforto que ele fica quando não consegue

acompanhar os colegas no sentido físico, por exemplo quando não consegue copiar o conteúdo do quadro com a mesma velocidade dos seus colegas”. (Entrevista nº 10 Ensino Regular, p. 40).

A falta de conhecimento sobre o que realmente seja a PC, faz a pessoa a associar a PC a uma questão mental geralmente as pessoas julgam apenas pela aparência, conforme citação:

Eu sempre dizia para os alunos, olhe o cérebro dele funciona normalmente, você não precisa gritar, você não precisa fazer gestos, que ele vai entender tudo, pode falar normalmente que ele entende tudo, o problema dele é que cérebro não comanda os movimentos do corpo, eu dizia até assim, o corpo não obedece ao cérebro, mas o resto está normal. Tem muito professor que vê assim, funcionário da escola, que acha que ali é só um corpo sem mente. (Entrevista nº 4-Ensino Regular, p. 48).

A PC ainda é pouco conhecida, e na maioria das vezes, percebe-se que o foco maior está nas limitações e não nas potencialidades. É preciso desmistificar essa concepção, pois em muitas situações a PC é apenas uma perturbação motora e dependendo dos comprometimentos, a pessoa poderá ter uma vida normal, claro que os apoios são imprescindíveis. Os dois casos dos alunos com PC que foram apresentados, as potencialidades sobressaem as limitações, confirmando que vale a pena investir na inclusão do aluno com PC, que mesmo num quadro de num quadro de poucas acessibilidades, escassez de recursos materiais e humanos, esses alunos demonstram suas capacidades, tanto quanto os outros. A figura 5 apresenta as potencialidades apresentadas pelos alunos com PC, segundo os entrevistados.

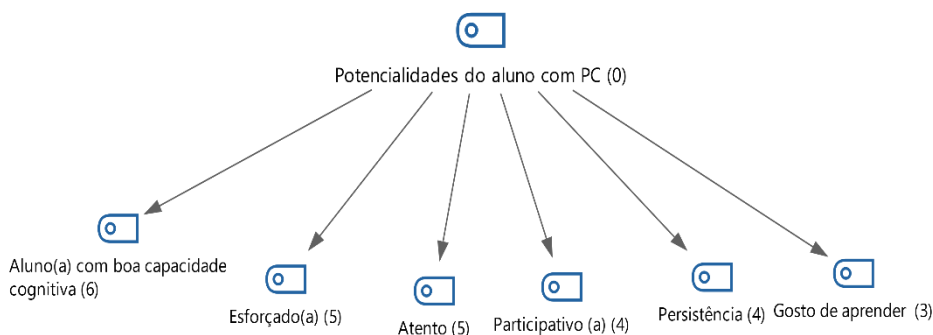


Figura 5- Potencialidades dos alunos com PC apresentadas pelos professores do ensino regular.

Fonte: elaborado pelo autor com o MAXQDA 2020 (VERBI Software, 2019).

A partir da análise apresentada na figura 5, observa-se que os alunos com PC, possuem ótimas condições que favorecem a aprendizagem, que são bons alunos na sala de aula. Diante das potencialidades apresentadas pelos alunos com PC, porque a escola encontra tantas dificuldades para incluir esses alunos? O que está faltando para que a escola saiba aproveitar

as habilidades desses alunos? Quais são as principais barreiras que a escola enfrenta trabalhar com os alunos com NEE/PC? Aprender a trabalhar com a diversidade e com diferença, são fundamentais para uma escola que se propõe trabalhar na perspectiva inclusiva. A atenção e sensibilidade do professor é fundamental no processo de inclusão. Conforme citação abaixo.

Até porque nós sempre tentamos fazer um trabalho específico para ele, fazer um trabalho que estivesse dentro das possibilidades do aluno, até para não frustrar, não criar preocupação desnecessária e aí fazer isso de forma progressiva, à medida que ele fosse alcançando determinadas metas, determinados fazeres, nós íamos acrescentando mais um pouco, a fim de não acrescentar cargas, não frustrar, não impedir o desenvolvimento dele. (Entrevista Nº 10 Ensino Regular, p. 66).

A diferenciação pedagógica, apresentada por Perrenoud (2000), faz necessária no trabalho inclusivo, pode ser assim considerada como caminho norteador nas ações da sala de aula, favorecendo principalmente o aluno que tem deficiência, na medida que se procura os meios e estratégias para se atender as necessidades desses alunos, a sua ausência causa exclusão, negação ao direito de aprender. Conforme citação:

E não fácil está sempre preparando atividade diferenciada e uma coisa que me disseram e me ensinaram, porque logo no início eu fui procurar saber como era que fazia, e me disseram que era para levar atividades da turma anterior, tipo se aluno especial estava no 7º ano, eu tinha que levar atividades do 6º ano, então me deram essa dica, eu sempre pensando que não seria justo com o aluno, se aluno está no 7º ano, fazer atividade do 6º ano. E esse aluno com P.C, percebia e não se sentia bem, o desejo dele era de fazer a mesma atividade da turma, para acompanhar a turma, eu diminuía, mas não queria trazer um atraso, não adianta, se aluno já passou pelo 6º ano não adianta, outra sugestão foi, então conta uma história e peça para ele desenhar o que entendeu da história, mas se aluno está no 7º ano, isso no início quando cheguei na escola, eu disse assim não, não era aceitável essa metodologia, para mim não sei, eu posso está errada, para levar atividade de outra turma, não era interessante e nem colocar para desenhar, tanto é que esse aluno com P.C, nunca teve nenhum problema comigo, (Entrevista nº 3 - Ensino Regular, p. 46).

Mesmo diante de uma realidade com tantos desafios, como essa que está apresentada, observa-se que alguns professores, já começam a despertar para uma inclusão mais efetiva do aluno com PC, quando procura envolvê-lo nas atividades na sala de aula.

Ninguém é igual lá, mas que em alguns momentos a aula tem que ter um acesso comum de todos, evidentemente não deixar os que estão ali de certa forma, mas propiciar a outras situações complexas, que não deixem que eles fiquem para trás, a ideia é incluir todos no mesmo patamar de aulas, respeitando as diferenças. (Entrevista nº 6- Ensino Regular, p. 32-33).

O respeito pelas diferenças implica em oferecer a todos os alunos o acesso as mesmas oportunidades de aprendizagem, onde todos tenham o direito de aprender.

5.3.6- Atitudes dos colegas perante o aluno com PC.

Alunos que convivem com crianças que tem PC são mais propensos à inclusão. A participação de todos alunos na sala de aula, contribui para a construção de um ambiente de solidariedade e cooperação. Conforme citação:

Tinha uma boa relação com os colegas, não agora não lembro quem era a pessoa, mas, tinha um colega na turma que, até escrevia para ele no caderno. Quando chegava na sala de aula, às vezes tinha um colega escrevendo para ele, mas assim ele era como a maioria dos alunos, você não via ele ficar isolado não (Entrevista nº 4 -Ensino Regular, p. 42)

A partir desse relato, conclui-se que o aluno com PC tinha uma boa relação com os colegas na sala de aula, que era bem aceito na turma. “Ele tinha vários amigos na sala de aula, eles brincavam, essas brincadeiras que acontecem na sala de aula”, (Entrevista nº 9- Ensino Regular, p. 44).

A escola inclusiva, tem como finalidade que todos os alunos possam conviver e compartilhar desafios juntos, sendo o professor, o principal fomentador da inclusão na sala de aula.

Já dentro da sala de aula, já sim ela era bastante incluída, por conta não só da situação que você via aquela ideia de ela estar feliz, sempre dava risada, sempre interagia, eu sempre fazia questão para ela interagir, mas também a aceitação dos alunos, os alunos respeitavam bastante, nunca cheguei a pegar uma situação controversa de preconceito, eu particularmente não peguei, eu assim que pelos colegas, eles tinham bastante respeito (Entrevista nº 1-Ensino Regular, p. 44).

5.3.7- Alunos no AEE.

Segundo o quadro 10, existem na escola 16 alunos com deficiência, destes alunos 2 tem PC. Estes dados constam nas respostas dos professores, são alunos que estão incluídos nas suas turmas. É usual qualquer professor ter alunos com NEE, o que inclui em deficiência em geral. O desafio da inclusão é para todos.

Quadro 10

Tipos de alunos com deficiência que são atendidos na sala de AEE.

Tipologia de alunos no AEE	Documentos
Alunos com deficiência intelectual.	5
Alunos com NEE	2
Deficiência não diagnosticada.	2
Alunos com deficiência. (+)	2
Alunos deficiência física.	2
Autistas.	1
Surdos	1
Síndrome de Down.	1

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Esta escola oferece o Atendimento Educacional Especializado- AEE, que tem como característica principal ser uma fonte de apoio de inclusão, acolhendo assim alunos com várias deficiências. Conforme citação: “a questão de ele ser mais próximo dos alunos que tinha deficiência é porque já se conheciam da sala do AEE”, (Atendimento Educacional Especializado), então já havia uma amizade, por causa disso, (Entrevista nº 4 -Ensino Regular, p. 42).

O AEE é um dos apoios mais importantes à inclusão dos alunos com deficiência que escola tem. Percebe-se que há toda uma preparação desde do professor que atende esses alunos nessa sala até a presença de materiais exclusivos para usar com o aluno, quando ele está sendo atendido. “O direito ao AEE que eles têm, também é uma coisa muito boa, enfim a cada dia as coisas estão melhorando, isso para mim é um grande avanço.” (Entrevista nº 9-Ensino Regular, p. 74).

5.3.8 Alunos com PC.

Ao longo desse trabalho, percebe-se que alunos com deficiência passam exatamente pelos mesmos processos legais para conseguirem os apoios que necessitam, assim como são todos os alunos com NEE. Questionou-se qual seria o impacto dos alunos com PC na sala de aula? A resposta está no quadro 11.

Quadro 11

Impacto do aluno com PC na sala de aula.

Menor impacto	No caso do meu aluno não casou tanto impacto não. Nos anos 90 eu tive uma aluna com Paralisia Cerebral na sala de aula, era numa turma do primário (4ªsérie), ela era tetraplégica, e eu não tinha auxiliar na sala de aula e nem tinha experiência, eu era novo na época e tinha essa turma. (Entrevista nº 4 -Ensino Regular, p. 84)
Tem impacto	Sempre causa impacto a presença de um aluno com Paralisia Cerebral, principalmente nos primeiros dias de aula e se for cadeirante mais ainda, é questão de cultura, de convivência, até para nós professores, que na maioria das vezes dizemos e agora como o que vou fazer? Como trabalhar com esse aluno? Surge aquele sentimento de medo, como vai ser agora? É isso que acho. (Entrevista nº 5- Ensino Regular, p. 86)
	Acredito que em outras situações, alguns professores, podem sentir receio, acredito que isso aconteça, como no meu exemplo, por ser algo novo desconhecido, mas na minha vivência em sala de aula, observei que isso não prejudica, não atrapalha, não dificulta a rotina de sala de aula de forma alguma, a sala de aula funciona de forma normal, (Entrevista nº 9-Ensino Regular, p. 90).

Diante das citações acima, conclui-se que a PC tem menor impacto quando o professor já está familiarizado com deficiência. “Da próxima vez que eu tiver outro aluno com PC, já não vai ser motivo de medo, de receio”. (Entrevista nº 9-Ensino Regular, p. 52). Ou seja, a PC tem pouco impacto, quando o professor tem contato com aluno, a partir da convivência na sala de aula, o professor descobre que além das limitações dos alunos com PC, estes também possuem potencialidades como os demais alunos da turma. Conforme afirmação na seguinte citação:

Depois de conhecer esses dois casos da Paralisia Cerebral, me fez abrir os olhos para outra realidade, para outro mundo até então desconhecido. A perseverança deles, a disposição em se adaptar, a disposição em superar aquilo que lhes é possível, a determinação deles, nessas características reconheci e desenvolvi grande admiração, por esses dois alunos que tive. (Entrevista nº 10 Ensino Regular, p. 50)

5.3.9- O aluno com PC e a acessibilidade

Segundo a UNESCO (2015), a acessibilidade é algo fundamental na vida das crianças com ou sem deficiência, é um direito de todas. A LBI (2015), no artigo 53, define a acessibilidade como o direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. A escola ao receber um aluno com PC, deve estar preparada em oferecer as condições necessárias, para incluir este aluno, onde o mesmo possa se integrar em todos os espaços físicos, como também exercer os seus direitos através da sua participação nas diversas atividades. A figura 6 apresenta os fatores que dificultam a acessibilidade do aluno com PC na escola.

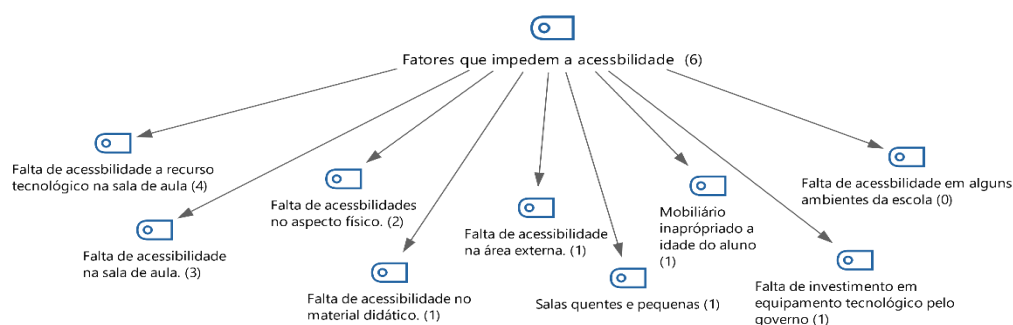


Figura 6 - Fatores que dificultam a acessibilidade do aluno com PC na escola segundo os professores do ensino regular.

Fonte: elaborado pelo autor com o MAXQDA 2020 (VERBI Software, 2019).

A partir da figura 6, observa-se que são vários os fatores que dificultam a acessibilidade do aluno com PC à escola. Sendo que a maioria das respostas, dão ênfase as dificuldades em termos físicos. Conforme a seguinte citação: “para um aluno que faça uso de cadeira de rodas

seria muito difícil ele se locomover, porque o corredor da sala de aula é muito apertado, a entrada da porta, porque tem mesas e cadeiras desde da porta, as salas de são muito cheias”. (Entrevista nº 3 - Ensino Regular, p. 74).

Ressalta-se também a falta de acessibilidade a recursos tecnológicos, sendo estes imprescindíveis a inclusão do aluno com PC. Observa-se esta citação: “Não tem. Quando tem o aluno com deficiência, a escola procura providenciar, mas dizer que existam meios técnicos disponíveis na sala de aula, não temos. Os recursos tecnológicos disponíveis na escola são pouquíssimos. (Entrevista nº 5- Ensino Regular, p. 72).

A partir dessas observações, nota-se a importância da acessibilidade enquanto fator indispensável na inclusão do aluno com deficiência/PC. Percebe-se que a escola em questão, ainda tem muito o que melhorar quando se refere a acessibilidade, tanto na parte física como no acesso a meios tecnológicos.

A Tecnologia da Informação e Comunicação- TIC, contribui significativamente para inclusão do aluno com aluno com PC. Conforme citação: “se ele tivesse um computador para usar na sala de aula ajudaria bastante, porque ele escreve devagar. Então com um notebook, ele iria ter mais agilidade para acompanhar as atividades”. (Entrevista nº8- Ensino Regular, p. 78). A partir desse relato, nota-se que ausência de equipamentos tecnológicos na sala de aula, representa exclusão escolar, pois não são oferecidos os recursos necessários à aprendizagem do aluno.

Ao se falar em acessibilidade, não tem como esquecer as barreiras arquitetônicas, que também presentes no dia a dia de todas as pessoas e principalmente das pessoas que tem deficiências, seja de ordem motora ou visual. Uma barreira arquitetônica, está diretamente relacionada a exclusão social, onde é negado o direito a pessoa de ir e vir, observa-se também que há uma falta de conhecimento sobre esse tema, conforme citação: “não sei muita coisa sobre esse tema, acho que se refere as barreiras físicas”. (Entrevista nº 3 - Ensino Regular, p. 72).

Sobre a situação atual da escola observada no que se refere as barreiras arquitetônicas, em relação locomoção do aluno com PC cadeirante, compreende-se há uma certa acessibilidade física, conforme citação: “a escola é ela plana, eu nunca vi problemas de deslocamento, ela conseguia se movimentar bem na escola, ia lancha no pátio, voltava para a sala de aula, do pátio para a sala de aula era plano, ela ia e voltava tranquilo”. (Entrevista nº 2 -Ensino Regular, p. 82). O conceito de acessibilidade vai muito mais além do que somente as questões inerentes ao espaço físico, consiste facilitar o acesso em todos os aspectos a quem tem deficiência

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

ou dificuldades de locomoção, porém nem todos os espaços desta escola são acessíveis, conforme citação: “sem falar de quadra que é totalmente inacessível para esses alunos que tem deficiência e NEE, por vários aspectos, o trajeto não é acessível, a passagem é de terra, esburacada, não dá a eles a opção de ir”. (Entrevista nº 10 Ensino Regular, p. 86).

Mediante essas colocações dos entrevistados, conclui-se que nesta escola, acessibilidade ainda acontece de forma parcial, que existem barreiras arquitetônicas, que impedem a presença do aluno com PC em alguns ambientes, comprometendo a sua participação em atividades, como é o caso das atividades esportivas.

5.3.10- Relação família/escola

A escola deve ser considerada como um dos ambientes mais importantes para a vida de uma criança, quer tenha deficiência ou não. Uma boa relação entre a família/escola, contribui para o sucesso educacional da criança.

Quadro 12

Análise do papel da escola em relação a família do aluno com deficiência/PC segundo os professores do ensino regular.

Dar livre acesso à família	O papel da escola é abrir as portas para a família. A família dessa pessoa tem que ter acesso livre para vim deixar, vim pegar, andar pelos corredores, conversar com os professores, primeiramente abrir as portas, ter acesso livre, se as outras pessoas têm acesso, imagine essas pessoas que tem deficiência, que por sinal a pessoa que tem deficiência é muito mais dependente da ajuda da família. (Entrevista nº 2 Ensino Regular, p. 70)
Acompanhar a família.	Mas o papel da escola é de acompanhar, fazer um dossiê da família toda, ver as possibilidades, as potencialidades do aluno. (Entrevista nº 4 -Ensino Regular, p. 64)
Ouvir a família.	A gente cobra muito da família está próximo do aluno, da família acompanhar, e muitas vezes a gente não quer está próximo da família, não só em reuniões, mas no dia a dia, a família está ali sempre próxima, inclusive eu já vi professores reclamarem, a mãe de aluno tal está na porta, mas acredito que existe toda essa questão da necessidade de se conhecer e procurar saber do que está precisando para melhorar o estudo dele, (Entrevista nº 3 - Ensino Regular, p. 60)
Apoiar a família nas suas necessidades pedagógicas.	A escola tem dado um apoio excelente, a preocupação demonstrada pela equipe de Educação Especial Inclusiva, se mostra de maneira singular e dá para perceber isso na maneira como o próprio aluno, a mãe se reportam a esse apoio que recebe da profissional do AEE (Entrevista nº 10 Ensino Regular, p. 68)

A escola tem sempre que apoiar os alunos através das suas famílias. O espírito de cultura das relações com a família, boa coordenação com os elementos da comunidade escolar: família, docentes, pais, e instituições que intervêm na vida escolar, contribui para inclusão escolar em todos os aspectos. Perguntou-se qual seria o papel da escola em relação a família do aluno com deficiência/PC? A partir do quadro 12, percebe-se que o apoio da família é fundamental.

A partir das respostas que foram dadas pelos entrevistados no quadro 12, percebe-se que o que apoio da escola à família é fundamental, na inclusão do aluno com PC, que a escola não pode ficar indiferente à família. Quando a escola está aberta a família, ela consegue mesmo diante das dificuldades fazer um bom trabalho, onde todos saem ganhando, sendo o maior beneficiado o aluno. A figura 7, apresenta as principais opiniões apresentadas pelos entrevistados sobre a importância da presença da família na escola.

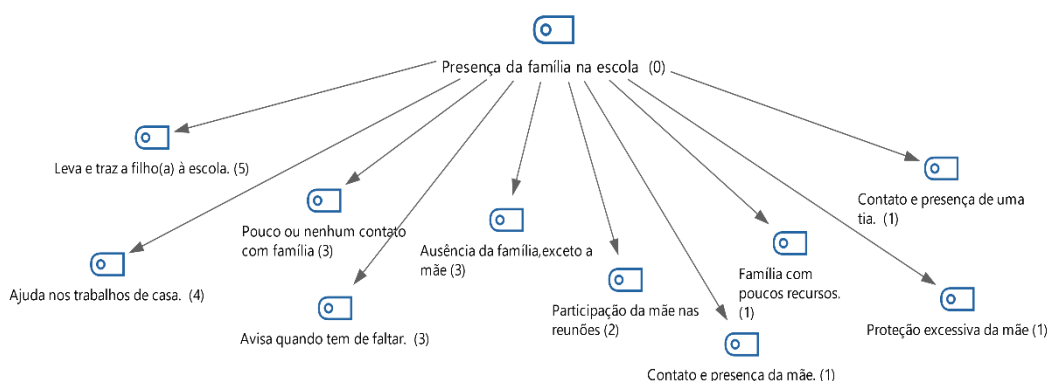


Figura 7 – A importância da presença da família do aluno com PC segundo os professores entrevistados do ensino regular.

Fonte: elaborado pelo autor com o MAXQDA 2020 (VERBI Software, 2019).

Observando a figura 7 nota-se que a família está sempre presente na escola e que procura colaborar com o trabalho da escola: que ajuda nos trabalhos de casa, participa das reuniões, sendo a mãe a pessoa mais presente, conforme citação: “eu só conheço a mãe, nunca vi outra pessoa da família dele não”. (Entrevista nº 4 -Ensino Regular, p. 58). Sobre a estrutura social familiar, constata-se que são famílias pobres, de baixa renda, com poucos recursos. O pouco contato do professor com família, pode ser justificado pela carga horária de trabalho do mesmo. Veja a seguinte citação: “sempre vejo a mãe vim deixá-lo na escola, mas não tenho muito conhecimento com família, por conta também que só entro na sala dele uma vez por semana”. (Entrevista nº 5- Ensino Regular, p. 56).

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

O envolvimento da família com a escola, assegura uma satisfação para ambas as partes, na medida em que constrói uma relação de confiança e credibilidade. Conforme a seguinte citação:

Eu nunca tive dificuldade com a família desse aluno, eles sempre eram presentes, sempre participavam, pareciam até que já eram pessoas conhecidas de longas datas, era muito boa a participação da família com a escola, principalmente a mãe era muito presente, o pai era mais ausente, porque trabalhava viajando. (Entrevista nº8- Ensino Regular, p. 64).

A escola como fonte de inclusão, que almeja o sucesso dos seus alunos quer tenham deficiência ou não, trabalha sempre com a possibilidade ver o crescimento pessoal e profissional. Questionou-se aos entrevistados quais expectativas tinham em relação ao aluno com PC e se esta deficiência ia impedir a sua vida de estudante, profissional e social? As respostas estão nas citações no quadro 13.

Quadro 13

Expectativas em relação ao aluno com PC segundo os professores entrevistados do ensino regular.

Expectativas positivas/ aluno com força de vontade.	As minhas expectativas em relação esse aluno são as melhores possíveis, eu quero no mínimo que ele seja um acadêmico, penso nisso e acho que vai chegar lá, porque ele é muito esforçado e família também ajuda. E sempre que a gente fizer a estimativa que entre 10 alunos que tem uma dificuldade se 2,3 alunos fossem galgando degraus mais altos para mim já seria uma grande vitória e para esse aluno, acredito que vai chegar longe, porque ele tem uma grande força de vontade dele dentro e isso conta muito. (Entrevista nº8- Ensino Regular, p. 100).
Expectativa positiva/investimento na capacidade artística.	Por mais que seja dependente de outra pessoa ou de outras pessoas, mas que esteja atuando de alguma forma, por exemplo, geralmente no shopping tem aqueles digamos artistas famosos, com os quadros expondo e tal, o pessoal passa ver aquele trabalho e ninguém nunca pensou numa situação de pegar um autor, com essa uma autora de trabalhos de desenhos, pintora e colocar para expor num ambiente social como o shopping, seria um projeto legal? (Entrevista nº 1-Ensino Regular, p. 84)
Expectativa positiva em relação a deficiência.	A Paralisia Cerebral dele não vai impedir a vida dele, ele consegue se sair muito bem em relação a deficiência dele, é um aluno aplicado, procura melhorar a cada dia nos seus estudos, e eu tenho bastante expectativas positivas que ele vai conseguir, ele vai ser futuramente aquele aluno, aquele profissional, basta ele querer. A situação dele, não vai atrapalhar nada, ele sabe lidar muito bem com isso. Minha perspectiva é que ele vai conseguir sim, crescer como pessoa e vai conseguir ser um profissional, ter uma profissão, ele tem toda capacidade para isso. (Entrevista nº 6- Ensino Regular, p. 88)

Considerando as citações acima, percebe-se que a PC não é motivo nenhum impedimento para o crescimento pessoal e profissional, mas sabe-se que tudo isso cumpre se o aluno com PC tiver os apoios necessário e também pela sua força de vontade, conforme citação: “considerando o meu aluno, acho que a Paralisia dele, não vai impedi-lo ser quem ele quiser ser, vai depender dos apoios que ele venha ter na sua vida e também da força de vontade dele”. (Entrevista nº 5- Ensino Regular, p. 92). Entre esses apoios, família e escola, são as principais fontes de inclusão, participação e realização do aluno com PC.

5.4– Professores de Educação Especial

5.4.1. Características sociodemográficas

As participantes desse grupo são do gênero feminino e a são de carreira base professoras, conforme o quadro 14, verifica-se que se encontram nesses cargos com idades de 41, 52 anos, sendo que a antiguidade na escola entre 5 e 10 anos e na profissão entre 10 e 11 anos, o que significa que, ambas possuem uma carreira longa no exercício da docência como professoras de educação especial, sendo para o exercício dessa função exige-se licenciatura e especialização.

Quadro 14

Síntese das características sociodemográficas dos entrevistados com a função de professor de educação especial.

Idade	Estado Civil	Residência	Habilitações Literárias	Antiguidade	
				Escola	Profissão
41	Casada	Dentro Município	Especialização	10	11
52	Casada	Fora do Município	Licenciatura	5	10

Para ocupar as funções de professor de educação especial da escola, deve se ter experiência no trabalho com alunos com deficiência. Interessa-se nesse momento conhecer as funções dessas duas participantes. “Trabalho somente com Educação Especial, sou professora do AEE”. (Entrevista nº12- Educação Especial, p.25). As palavras da entrevistada, sou professora de AEE, são ratificadas pela outra entrevistada, conforme citação:

Sou professora do Atendimento Educacional Especializado- AEE, trabalho numa sala que é chamada de sala de recursos multifuncionais, com alunos com várias deficiências, se chegar aluno surdo, eu tenho que atender, se chegar com baixa visão tenho que atender, com deficiência intelectual, tenho que atender, então essas são as minhas funções na escola, além de também ser articuladora com toda a equipe escolar, para promover a inclusão na escola. (Entrevista nº11 -Educação Especial, p. 23).

Sobre as funções do professor de AEE, revela-se que um trabalho feito com vários alunos com diferentes deficiências e apoio aos professores do ensino regular, sendo um trabalho variado e complexo.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

A seleção dessas duas entrevistadas justifica-se pelo fato de terem conhecimento mais alargado sobre os alunos com deficiência da escola, os alunos com PC, pois ambas acompanham diretamente esses alunos no AEE, conhecendo as suas limitações e potencialidades.

5.4.2- Caracterização das turmas/Apoio do professor de AEE

O quadro 15, apresenta as características das turmas, que recebem o apoio do professor de Educação Especial. Sobre a dimensão das turmas onde tem alunos com PC incluídos, são compostas em média por 40/35 alunos. Essas turmas são do ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e também ao Programa Travessia. As idades dos alunos com PC que são acompanhados variam entre 11 e 34 anos. O professor de educação especial, atende o aluno no horário oposto da aula, na sala de AEE, cada aluno tem o seu horário marcado, dependendo da necessidade do aluno, o atendimento pode acontecer de forma individual ou em grupo.

Quadro 15

Características das turmas com alunos com PC, que recebem apoio dos professores entrevistados de Educação Especial.

Dimensão das turmas	Turma que está incluído	Idade dos alunos com PC
40 alunos	7º ano – Ensino Fundamental II	13
35 alunos	Programa Travessia	34

Esse atendimento contempla todos os alunos com deficiência da escola, exigindo desse profissional um amplo conhecimento sobre todas as deficiências, também dá apoio ao professor do ensino regular, orientando como trabalhar com aluno que tem deficiência. Conforme citação: “ atendo 15 alunos, a maioria são todos com deficiência intelectual- DI. Mas tenho também aluno com PC, tenho também aluno dislexia, só. (Entrevista nº11- Educação Especial. 35). Essa afirmação confirma, a complexidade do trabalho do professor de educação especial, que além dessas todas essas funções, ainda ajuda em outras atividades na escola. Conforme citação:

Na escola em que trabalho em Petrolina, como não tem Psicopedagoga, também fico ajudando, colaborando com os colegas, no sentido de estar dando informações sobre os transtornos de aprendizagem como dislexia, discalculia. Mas o nosso público da Educação Especial- AEE, é específico, é aluno com deficiência, aluno com TEA e com Superlotação ou Altas Habilidades. Ao todo dou apoio a 23 alunos com deficiência e NEE. (Entrevista nº12- Educação Especial, p. 35).

5.4.3- Conceito de inclusão segundo os professores entrevistados de educação especial.

Para incluir aluno com deficiência na escola regular, a escola precisa estar preparada, não basta receber o aluno tem PC, é preciso oferecer as condições adequadas ao professor, ambiente adaptado, acessibilidade e conhecimento da deficiência do aluno, ou seja, é necessário compreender o que significa inclusão. A figura 7, seguinte apresenta as principais opiniões apresentadas pelos entrevistados sobre o conceito de inclusão do aluno com PC.

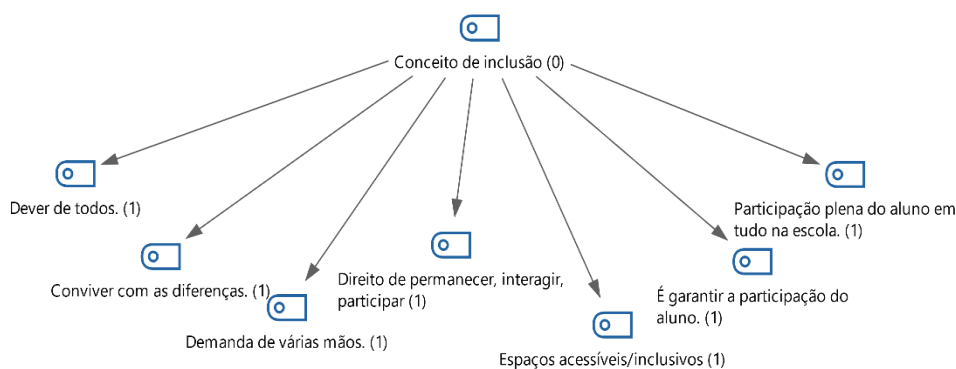


Figura 8– Conceitos de inclusão apresentados pelos professores entrevistados de educação especial.

Fonte: elaborado pelo autor com o MAXQDA 2020 (VERBI Software, 2019).

Observando a figura 8, percebe-se as dimensões do conceito de inclusão, enquanto algo que demanda do querer de várias pessoas, começando pela escola que precisa ser acessível em todos os seus ambientes. Quando se fala da inclusão do aluno com PC, exige-se que seja feito um trabalho em equipe entre a escola, professor e a família, é um trabalho de muitas mãos, onde a partir do respeito as diferenças, seja garantido a participação do aluno com PC em todas as atividades da escola, onde seja bem aceito por todos, conforme citação: “sim, ela é bem integrada na escola, desde da gestão até as pessoas que trabalham na cozinha, limpeza, os alunos, professores, porteiros, todos gostam muito dela. É muito bem aceita por todos”. (Entrevista nº11 -Educação Especial, p. 71). Para que a inclusão aconteça na prática, é necessário o envolvimento de toda a comunidade escolar.

5.4.4- O AEE/A sala de aula regular e a inclusão do aluno com PC.

AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o professor da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante. Mas nem sempre as intervenções feitas pelo professor de educação especial são aceitas, conforme citação:

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Quando você trabalha com vários professores, cada um tem a sua forma de trabalho, você orienta como trabalhar com aluna, como desenvolver as suas habilidades, que caminho dever ser seguido, mas muitos não gostam, não acreditam, não colaboram, não querem que a inclusão aconteça, porque você sabe, que a inclusão parte de cada um, você não pode até não querer, mas existe e é lei, porém incluir é de cada um, é uma questão de atitude. (Entrevista nº12- Educação Especial, p. 43).

A partir desse relato, observa-se a resistência à inclusão, por parte dos professores do ensino regular. Também se percebe que o professor de educação especial, na maioria das vezes não é muito bem visto por alguns professores da escola, quando foi questionado se professores aceitavam a sua colaboração, a resposta foi: “em parte, porque há colegas que já tem essa visão mais aberta para a inclusão e aceitam em procuram quando precisam de ajuda, há também aqueles que entra no ouvido e sai pelo outro”. (Entrevista nº11 -Educação Especial, p. 67).

No que se refere a inclusão do aluno com PC na sala regular, verifica-se que as seguintes dificuldades: a falta de formação do professor, medo do desconhecido, falta de recursos tecnológicos, em alguns casos há ausência do profissional de apoio. Também não há diferenciação pedagógica, conforme citação: “praticamente o trabalho é igual, apesar da orientação que passamos para os professores, observa-se que quase nada é diferenciado para ela”. (Entrevista nº11 -Educação Especial, p. 45)

5.4.5-Acessibilidade/Tecnologia Assistiva.

Na inclusão escolar de alunos com PC, alguns fatores podem dificultar ou facilitar o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos. A acessibilidade precisa estar presente em todos os espaços físicos da escola. Conforme citação:

A nossa escola é uma escola acessível para um aluno tem Paralisia Cerebral, que faz uso de cadeira de rodas, porque nós não temos escadas, é uma escola de fácil acesso, na área interna, na área externa não. Nossa escola na área externa, quando chove é difícil, só consegue entrar com facilidade, quem entra de carro, não é uma área calçada na frente, feito asfalto, é de terra mesmo, e aí quando chove fica aquele lamaçal e aí para quem vem usando uma cadeira de rodas, fica muito difícil o acesso, mas área interna é bem acessível. (Entrevista nº11 - Educação Especial, p. 73).

A partir da citação, observa-se que há acessibilidade física na área interna da referida escola, porém o que não acontece com área externa. Sobre acessibilidade como um meio que visa facilitar a aprendizagem dos alunos com PC, nesta escola na sala de AEE, existem alguns recursos que podem facilitar a aprendizagem destes alunos. Conforme figura 9.

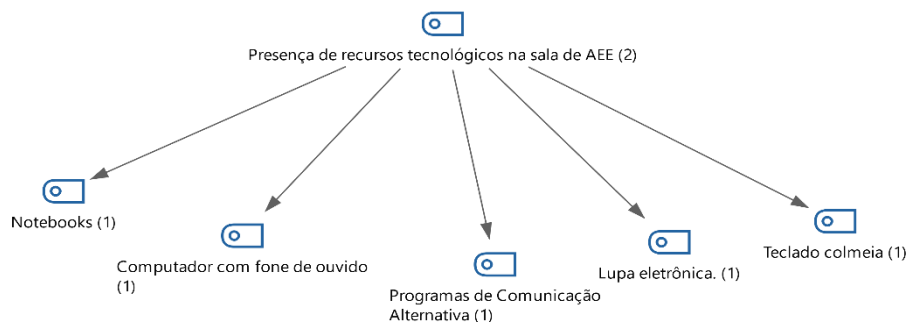


Figura 9– Presença de recursos tecnológicos na sala de AEE

Fonte: elaborado pelo autor com o MAXQDA 2020 (VERBI Software, 2019).

Observando a figura 9, percebe-se a presença de recursos tecnológicos na sala de AEE, sendo estes meios de grande utilidade na inclusão do aluno com PC, como: notebooks, computador com fone de ouvido, softwares com programas de comunicação alternativa, lupa eletrônica e teclado colmeia. Esses recursos são uso exclusivo da sala de AEE, o professor do regular não conta com o apoio desses recursos. “Em relação aos meios tecnológicos, na sala regular não tem, o computador que ela usa é dela, particular dela, ela traz de casa, traz e leva”. (Entrevista nº11-Educação Especial. 85). Percebe-se que esses recursos insuficientes diante das necessidades dos alunos com PC, e alguns recursos são adaptados pelo professor conforme citação: “não temos a ponteira de cabeça, que pode ser usada com aluno que tem prejuízo motor. A parte de tecnologia assistiva, os eletrônicos são limitados. Alguns recursos podemos fazer adaptações, mas outros não”. (Entrevista nº12- Educação Especial, p. 83)

5.4.6-Relação família/escola

Na inclusão do aluno com deficiência, a família deve estar sempre próxima da escola, para que haja uma colaboração efetiva no processo de ensino e aprendizagem. Família e escola se complementam em seus papéis, por esse motivo, a presença da família deve ser sempre valorizada. Nota-se que entrevistada conhece bem a família do aluno com PC, quando revela as seguintes informações:

É uma família pobre, o pai já falecido e a mãe é idosa, com pouco escolaridade. Observa-se que ela tem um notebook, conseguiram comprar para ela, que muito ajuda a fazer as atividades, ela não tem coordenação motora fina, só consegue escrever utilizando o notebook, o computador, porém se ela tivesse outros meios, outros recursos, com certeza seria melhor para ela, iria desenvolver se muito mais. (Entrevista nº11 -Educação Especial, p. 75)

Conhecer a realidade de família do aluno com o qual se trabalha faz toda a diferença, para se poder fazer a intervenções necessárias. Como a escola deve apoiar a família? A figura 10 seguinte, apresenta as principais opiniões das entrevistadas sobre apoio à família.

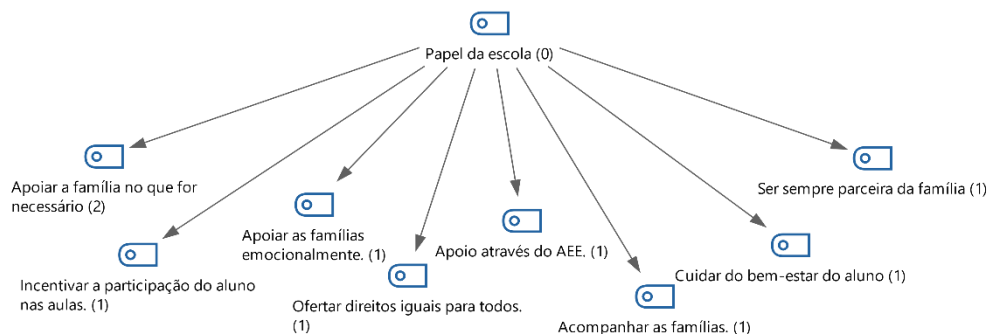


Figura 10– Opiniões sobre o apoio da escola à família do aluno com PC.

Fonte: elaborado pelo autor com o MAXQDA 2020 (VERBI Software, 2019).

A figura 10 revela a importância do acompanhamento à família do aluno com PC, no sentido de a família perceber que não está só, mas que escola mesmo diante das suas limitações, apoia a família nas suas necessidades mais urgentes, oferecendo apoio pedagógico, emocional e material. Conforme citação:

A escola deve de todas as formas, fazer com que esse aluno se sinta bem na escola, seja bem incluído, e na medida do possível dá todo apoio a família, no que a família precisar. Certa vez, quando ela estava sem o computador, a escola conseguiu um computador para ela usar em casa, então assim, acredito que é muito importante essa parceria família/escola para que o aluno avance e desenvolva cada vez mais. (Entrevista nº11 -Educação Especial, p. 79-80)

5.4.7- Expectativas em relação ao aluno com PC segundo os professores entrevistados da Educação Especial.

O professor de educação especial, é o principal articulador de práticas inclusivas na escola, o seu trabalho de acompanhar os alunos com deficiência, de apoiar os professores e as famílias, contribui expressivamente para a inclusão escolar. Perguntou-se as entrevistadas quais expectativas tinham em relação ao aluno com PC e se esta deficiência ia impedir a sua vida de estudante, profissional e social? As respostas foram as seguintes: “não vejo algo impeditivo, eu acho que são as oportunidades que fazem com que as pessoas possam alcançar lugares melhores na sua vida. Eu acredito que minha aluna vai sim chegar a universidade”. (Entrevista nº11-Educação Especial, p.95), nesta afirmação percebe-se que PC, não impeditiva quando se tem oportunidade, apoios necessários. Concomitante, outra professora de educação especial entrevistada, também acredita que PC não vai impeditiva em nada. “Procuró sempre estimular as minhas alunas com PC, para que tenham autonomia então

jamais uma paralisia vai impedir de ser feliz, de ter sua independência, ter a sua profissão, jamais vai ser barreira (Entrevista nº12- Educação Especial, p. 95).

5.5- Família/Pais

5.5.1- Características sociodemográficas

As participantes desse grupo são do gênero feminino e são mães de alunos com PC, conforme o quadro 16, verifica-se que se encontram com idades entre 31 e 61 anos, ambas são donas de casa, residem dentro município, uma é casada e a outra é viúva. Sobre escolaridade uma tem apenas o ensino fundamental I, já a outra tem ensino médio.

Para conhecer a realidade familiar e social do aluno com PC, interessa-se nesse momento inteirar-se sobre a sua história de vida, a partir de dados que são relevantes para esse estudo como: idade das mães entrevistadas, sua escolaridade, profissão, quantidade de irmãos e quantidade de pessoas que vivem casa. O interesse nesses dados se justifica, porque interferem diretamente na inclusão do aluno com PC.

Quadro 16

Síntese das características sociodemográficas das mães entrevistadas dos alunos com PC.

Idade	Estado Civil	Residência	Escolaridade	Profissão	Quant. de filhos.	Quant. de pessoas que vivem em casa.
31	Casada	Dentro do Município	Ensino Médio	Dona de casa	02	04
61	Viúva	Dentro do Município	Ensino Fundamental I	Dona de casa	03	04

Em ambos os casos de PC apresentados, observa-se as mães são as responsáveis por todos os cuidados, conforme citação: “Tudo para resolver em casa sou eu mesma, para correr atrás de médico, escola, praticamente tudo, mas sempre estamos juntos. Um dos meus filhos tem deficiência, Paralisia Cerebral”. (Entrevista nº 13 p. 24). Quase sempre é mãe que assume a missão de cuidar do filho com deficiência. Essa afirmação também se confirma na fala da outra entrevistada, “meu marido faleceu há cinco anos, praticamente somente eu cuido da minha filha que é deficiente, levo para escola, para o posto de saúde, para tudo sou eu”. (Entrevista nº 14 p. 24).

5.5.2- Caracterização dos alunos com PC.

A partir das entrevistas com as mães, apresenta-se as características dos alunos com PC deste estudo. Os alunos com PC investigados estão incluídos no ensino regular são gênero masculino e feminino, com idades entre 13 e 34 anos, sendo que ambos a causa da PC foi anoxia perinatal, apresentam tetraplegia e hemiplegia, sendo o grau de severidade moderado e leve. Sobre a estrutura social, ambas as famílias são de baixa renda, com poucos recursos,

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

onde os cuidados ficam exclusivamente a cargo das mães. Um faz uso de cadeiras, e não tem acesso a terapias, o outro não faz uso de cadeiras de rodas, mas tem acesso a terapias, a fonte de renda principal para ambos é o benefício do governo federal BCP no valor de um salário mínimo. São alunos bem assistidos pela família (mãe). Os quadros 17 e 18 apresentam de forma resumida as características dos alunos com PC dos 2 casos, as informações foram fornecidas pelas mães.

Quanto ao impacto da PC na família, no caso 1, foi de tristeza, de pena, lamentação, no caso 2, reação de surpresa por parte da família, para a mãe já era esperado, reação normal, aceitação. Em relação as limitações, apresentam problemas de motricidade e dificuldades de comunicação, sendo que o caso 1, as limitações são mais acentuadas, aluna apresenta problemas de visão e hipertonia, também apresenta total dependência de terceiros para as AVD's. Sobre as potencialidades, ambos alunos, possuem boa capacidade cognitiva, são participativos, atenciosos e esforçados.

Quadro 17

O quadro baixo apresenta o resumo com as características do aluno com PC do caso 1.

Características do aluno com PC incluído no Programa Travessia	
Causas da PC	Caracterização da Família
- Anoxia no parto (tetraplegia espástica- CID 10 - G82.4), severidade moderada. Problemas de visão, dificuldades de comunicação, apresenta hipertonia.	-Família composta com 4 membros; -Família pobre, possuem poucos recursos materiais e culturais; -Pai: agricultor (falecido); - Mãe: dona de casa.
Meios	Atitude da família perante a deficiência
- Cadeira de rodas obtida com apoios sociais e também recursos próprios; - Tem computador próprio (doação). -Ambiciona ter uma habitação adaptada à deficiência, e melhores condições econômicas para fazer acompanhamentos necessários. -Sobrevive com ajuda o BPC que recebe do governo federal, no valor de um salário mínimo. Problema mais grave, a pobreza. - É bem assistida pela família (mãe)	-Quando soube fiquei muito triste, chorei, sem poder fazer nada. Foi Deus que me ajudou para ter forças e para poder cuidar dela (Entrevista nº 14- Pais, p. 32). -A reação da família foi de ficar com pena, porque ela nasceu assim. (Entrevista nº 14- Pais, p. 34).
Limitações	Potencialidades
-Desloca-se em cadeiras de rodas - Total dependência de terceiros para realização das atividades da vida diária- AVDs. - Não tem motricidade fina. -Não consegue escrever com lápis, caneta. -Dificuldade de comunicação oral.	- Aluna inteligente e esforçada; -Não possui problemas cognitivos; -Muito participativa nas atividades da sala de aula; -Muito atenciosa e comprometida; -Gosta de fazer amizades; - Persistente; - Capacidade manual; -Escreve no computador, sabe mexer no celular, desenha, pinta, mexe nas coisas, consegue ligar a televisão (Entrevista nº 14-pais, p. 44)

Quadro 18

O quadro baixo apresenta o resumo com as características do aluno com PC do caso 2.

Características do aluno com PC incluído no Ensino Fundamental II.	
Causas da PC	Caracterização da Família
Causa: Anoxia no parto (hemiplegia espástica à direita) - CID 10 - G81, severidade leve. Apresenta dificuldades de aprendizagem, (lentidão para aprender), e com atraso de fala e dificuldade motora.	-Família composta com 4 membros; -Família de baixa renda, com poucos recursos materiais e culturais. -Pai: Motorista -Mãe: dona de casa
Meios	Atitude da família perante a deficiência
-Não faz uso de cadeira de rodas; -Tem computador próprio em casa; -Tem acesso as seguintes terapias: fonoaudiólogo, fisioterapia (pelo SUS); -Prática de esportes: natação e judô. -Tem como fonte de renda principal o BPC, que recebe do governo federal, no valor de um salário mínimo. -É bem assistido pela família (mãe)	-Não tive muita surpresa, porque já vinha acompanhando, ele demorou muito para andar. Aceitei meu filho do jeito que ele veio, desde quando ele nasceu. Reagir normal, já sabia que tinha essa possibilidade. (Entrevista nº 13- Pais, p. 34) -Ficaram surpresos, principalmente por parte da minha família, que a gente nunca teve esse convívio com pessoas com deficiência, mas nunca houve rejeição em nenhuma das partes. (Entrevista nº 13- Pais, p. 36)
Limitações	Potencialidades
Apresenta dificuldade na coordenação motora, principalmente do lado direito, por conta da PC. - Problemas de motricidades (Escreve devagar/ com a mão esquerda); -Dificuldades de comunicação oral -Tem dificuldade é calçar tênis com cadarço.	-O aluno inteligente e esforçado; -Participativo; -Boa capacidade cognitiva; -Boa desenvoltura nas atividades; -Gosto em aprender; -Atencioso; -Gosto em acompanhar a turma; - Meu filho é muito ativo, inteligente, sabe ler bem, nunca reprovou na escola, tem 13 anos e está no 8º ano do Ensino Fundamental II. (Entrevista nº 13- pais, p. 46)

5.5.3- Apoios recebidos

Sobre os apoios, verifica-se que a família que tem um filho com deficiência/PC precisa contar com apoio familiar, social e escolar. O principal apoio social recebido por essas famílias é BPC, conforme citação: “Sim. O BPC (Benefício de Prestação Continuada), que é num valor de um salário mínimo”. (Entrevista nº 13 p. 62). Sobre essa ajuda que é dada pelo governo federal, observa-se que é insuficiente para atender as necessidades da família, veja a seguinte citação: “ela não usa nenhum equipamento para ajudar na comunicação. Às vezes ela fala a gente entende, às não, peço para ela repetir, ela fica nervosa, agitada, e assim a gente vai vivendo”. (Entrevista nº 14 p. 62). A família não tem condições de investir em

equipamentos para ajudar na comunicação, porque a prioridade é adquirir os equipamentos que são essenciais como a cadeira de rodas de banho e o computador, conforme citação:

Tudo foi comprado, a última cadeira de rodas que comprei foi R\$1.600,00 (hum mil e seiscentos reais), comprei parcelada, para pagar aos poucos, é uma cadeira manual. Ela também tem a cadeira de banho, para facilitar na hora do banho, o computador o primeiro que ela teve foi à escola que conseguiu, esse que ela tem agora foi comprado. É assim, o dinheiro dela, uso para comprar as coisas dela. Tudo dela foi comprado, nunca ganhei nada do governo. (Entrevista nº 14, p. 60).

Nota-se as dificuldades da família, para oferecer o mínimo necessário ao filho com PC, diante da falta de apoio do governo.

Em relação ao apoio oferecido pela escola, sabe-se que este é fundamental aos todos aos alunos, em especial aos que tem deficiência. Quando questionadas sobre o apoio da escola, ambas citaram como principal apoio o AEE, “o principal apoio que a escola dá é o atendimento na sala de AEE. (Entrevista nº 13 p. 94). Observa-se o reconhecimento do trabalho que é feito pelo professor de educação especial, visto que é esse profissional que acompanha esses alunos. As mães também disseram que são muito bem acolhidas pela escola no que se refere a gestão, que tem livre acesso. “A escola sempre me acolheu muito bem, praticamente sou quase funcionária da escola, tenho acesso livre a gestão da escola, coordenação, professora do AEE, etc.”. (Entrevista nº 13 p. 96). “As portas da escola estão sempre abertas para mim, tenho acesso livre a tudo. Esse é o apoio que a escola me dá”. (Entrevista nº 14 p. 94).

5.5.4- Como a escola inclui o aluno com PC.

A educação inclusiva parte do pressuposto de que a escola precisa fazer adaptações necessárias, para garantir o acesso, permanência e aprendizagem de todos os alunos, independentemente da sua deficiência, LBI (2015). No Brasil, uma dessas adaptações que a escola precisa fazer para garantir a inclusão é oferecer o AEE. Ao fazer esse questionamento as mães se considera que esta escola onde seu filho estuda é inclusiva, se promove a inclusão, responderam da seguinte forma:

Principalmente quando se refere ao AEE, que inclui bem os alunos que tem deficiência, tudo o que tem envolve eles, não deixa eles de lado. As professoras do AEE, fazem um excelente trabalho, se tiver algum problema, caso direção não resolva as professoras do AEE resolvem. (Entrevista nº 13- Pais, p. 82). Agradeço muito a esta escola, por acolher minha filha tão bem, foi lá que ela aprendeu a ler a escrever. Tem o AEE, que trabalha muito bem com os alunos que tem deficiência. (Entrevista nº 14 p. 80).

A partir desses relatos, verifica-se a importância e credibilidade dada ao trabalho do AEE, sendo a primeira fonte de inclusão na escola. A inclusão escolar é um trabalho coletivo de toda escola,

mesmo as mães estando satisfeitas com trabalho feito no AEE, sendo bem acolhidas pela escola (gestão escolar), esta síntese revela que há ainda muita coisa a ser feita, para que escola atenda as expectativas da família de forma integral. A figura 11 seguinte, apresenta as principais dificuldades de inclusão da escola, segundo as opiniões das entrevistadas.

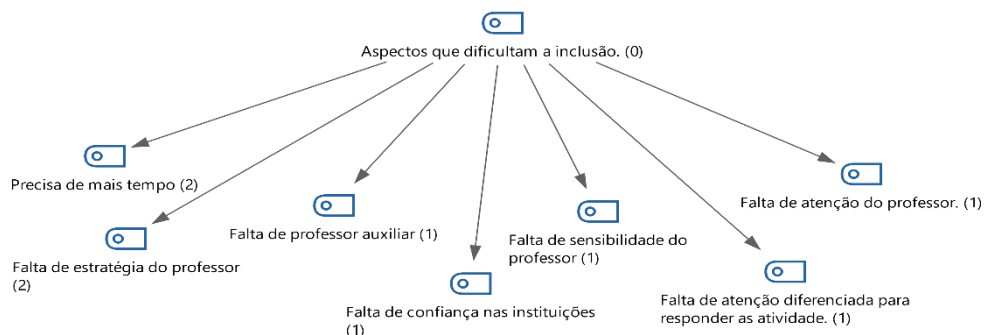


Figura 11– Dificuldades de inclusão da escola de acordo com a opinião das mães.

Fonte: elaborado pelo autor com o MAXQDA 2020 (VERBI Software, 2019).

A figura 11 revela as dificuldades enfrentadas pelo aluno que tem PC, que está incluído na sala regular, observa que praticamente todos os aspectos citados, referem-se as questões da sala de aula, envolvendo diretamente a prática pedagógica do professor como: a falta de estratégia do professor, falta de atenção diferenciada, para responder as atividades. O aluno com PC, na maioria das vezes, precisa de mais tempo, mesmo não tendo problemas cognitivos, mas a dificuldade motora, o impede de ter a mesma agilidade dos demais alunos e o professor, precisa estar sensível a essa necessidade.

O código, da falta do professor auxiliar, que é uma questão que não depende da escola, conforme citação: “ como já disse o que faltou foi o professor auxiliar, mas escola depende da GRE- Gerência Regional de Ensino, para contratar esse professor, a culpa não é da escola”. (Entrevista nº 14 p. 80). Em relação a falta de confiança nas instituições, esse código refere-se ao medo que a mãe tinha de colocar a filha com PC em uma escola regular, imaginava que fosse sofrer com preconceito, bullying, etc.

Tinha receio de colocar ela para estudar em colégio, porque sabia que os alunos iam ficar rindo dela, mas conseguir matricular aqui numa escola perto de casa, aí quando foi com um ano, ela estava alfabetizada, sabendo ler e escrever, uma surpresa para todos da escola, para a professora e para nós da família. ((Entrevista nº 14 p. 64).

Observa-se que o sentimento do medo, foi ocupado pela satisfação do trabalho que foi em prol da sua filha, que foi alfabetizada no período de um ano.

Relação com os professores e com turma.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Sobre relação com os professores e com a turma, que também faz parte da inclusão escolar, essa se mostra satisfatória, na medida que o aluno com PC, sente-se bem acolhido, “até agora a relação sempre foi boa, os professores gostam muito dela, não tenho queixa nenhuma. Ela sempre teve uma relação muito boa com os professores e colegas da turma”. (Entrevista nº 14, p. 68).

Alunos que convivem com crianças que tem PC, são mais propensos à inclusão, esta afirmação se confirma na fala dessa mãe: “ele sempre contou muito com ajuda dos colegas, para escrever, para o lanche, e eu pensando que ele ia ter problemas, porque sempre tem aqueles colegas que são preconceituosos, mas com ele não”. (Entrevista nº13, p. 66).

5.5.5- Dificuldades da família em acompanhar o aluno.

O acompanhamento da família é fundamental no desenvolvimento escolar de uma criança e quando se tem deficiência, se torna algo imprescindível. A presença da família em todo o processo educativo é decisiva para o sucesso escolar. Quando questionadas sobre as principais dificuldades sentidas no desenvolvimento escolar dos seus filhos com PC, as mães apresentaram as seguintes dificuldades, que estão presentes no quadro 19.

Quadro 19

Análise das dificuldades da família em acompanhar o aluno nas atividades da escola.

Falta de competência técnica dos pais	Não conseguir mais ajudá-lo como antes, porque a cada dia os assuntos vão ficando mais complicados para ele, fica para mim, porque faz tempo que estudei também. (Entrevista nº 13- Pais, p. 98). Também de alguém para ajudá-la nas atividades em casa, porque estudei pouco e tenho não sei ensinar para ela. (Entrevista nº 14 p. 96)
Acompanhamento dos pais	De certa forma estou estudando com ele, só não estou na sala de aula no horário da aula, mas fora da escola, atividade que ele leva para casa, nós estudamos juntos. (Entrevista nº 13 p. 98)
Preocupação do filho ao ver dificuldades dos pais	Sinto que ele fica preocupado, porque cada vez mais os conteúdos, vão ficando mais difíceis, e às vezes ele tem dificuldade para acompanhar. (Entrevista nº 13 p. 98-99)

A partir das citações acima, conclui-se que mesmo a família sendo presente na vida escolar do aluno, apoiando-o de todas as formas, esta sente-se incompetente para acompanhá-lo à medida que este vão avançando na caminhada estudantil, chegando até se tornar uma preocupação para o próprio aluno. Ou seja, a falta de escolaridade dos pais, interfere no crescimento intelectual do aluno.

5.5.6- Expectativas em relação ao aluno com PC segundo as suas mães.

Quando família apoio/ acredita nas potencialidades da pessoa que tem deficiência, as possibilidades de realização pessoal e profissional serão ainda maiores. Ao se perguntar sobre as expectativas em relação aos alunos com PC, ambas as mães são otimistas, conforme citação: “ele tem capacidade de aprender, de trabalhar, tudo isso, se ele quiser ele pode fazer, pode viver a vida dele, como qualquer outra pessoa, basta ele querer, e também tem que ter os apoios, principalmente o meu”. (Entrevista nº 13 p. 113-114). Nesse relato é importante destacar, a consciência da mãe em sempre apoiar o filho. Concomitantemente, a outra mãe também tem boas expectativas em relação a sua filha, quando revela que: “credito que ela pode estudar mais, ela gosta muito de estudar, conseguiu aprender a ler dentro de um ano, pode até trabalhar, já que gosta muito de computador, celular”. (Entrevista nº 14 p. 112).

Percebe-se que as expectativas em relação ao aluno com PC, são positivas por parte da família, mas há consciência de que os apoios são fundamentais, para que estes se realizem pessoal e profissionalmente.

CAPÍTULO VI
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

CAPÍTULO VI – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

Neste capítulo serão apresentados os resultados mais importantes referentes a cada grupo de entrevistados desse estudo, com base na pesquisa qualitativa de análise do conteúdo. Considera-se importante fazer inferência sobre a inclusão do aluno com PC no ensino regular, identificando o papel da escola, a partir da gestão, professores do ensino regular e de educação especial e da família, refletindo sobre como pensam e agem diante desse tema.

6.1-Gestão da escola.

A partir dados sociodemográficos apresentados, verifica-se as entrevistadas são do gênero feminino, com idades entre 53 e 55 anos, com tempo de serviço na gestão da escola entre 3 e 6 anos, representado no quadro 5. Esses dados revelam carreira longa e experiência para o cargo. Sobre as dificuldades apresentadas para exercício do cargo de gestor e coordenador, ambas se referiram a questão da equipe gestora ser reduzida com apenas 2 coordenadoras pedagógicas, para se trabalha com um universo de 1.200 alunos. A coordenação se sente sobrecarregada, e lamenta a ausência da gestão diante de alguns problemas da escola.

No que se refere aos problemas da escola, encontra-se situada num contexto social vulnerável com uma estrutura familiar e social frágil, dificultando assim o processo educativo, onde muitas vezes, o que seria essencial como o trabalho de articulação com a família e desenvolvimento do aluno é deixado para trás, em função de trabalhos administrativos. Apesar do pouco contato com os pais, estes confiam no trabalho feito pela escola, (gestão) sendo que na maioria das vezes que esse contato é feito apenas com os professores em reuniões ou entrega de notas bimestralmente.

Sobre a inclusão dos alunos com NEE/PC, enquanto gestão da escola destacam-se os seguintes fatores que contribuem para a inclusão destes alunos, como a presença da família na escola/eventos escolares, sala de AEE que auxilia na inclusão do aluno para a sala de aula regular e no caso do aluno com PC dependendo do grau de severidade, este tem direito a um professor auxiliar. Já os desafios para a inclusão, segundo a equipe gestora são: a falta de competência técnica dos pais para ajudar seus filhos nas atividades escolares, a escassez de recursos materiais e humanos, para trabalhar com alunos com deficiência, além da falta de formação do professor e sua grande carga de trabalho. Verifica-se a partir da análise dos dados da gestão, que a principal fonte de inclusão desta escola, está na abertura para a

diferença e sensibilidade, para incluir qualquer aluno independentemente de ter deficiência ou não.

6.2-Professores do Ensino Regular

Logo no início da apresentação dos resultados, verificou-se que há um equilíbrio entre os gêneros masculino e feminino dos professores entrevistados. Ambos se situam em faixas etárias de idades diferentes entre 26 e 53 anos, todos têm nível superior e a maioria residem no mesmo município da escola, representado no quadro 6. Quanto à antiguidade na escola 9 professores entrevistados, tem entre 2 e 8 anos e na profissão há uma grande disparidade entre 4 e 27 anos. A antiguidade dos professores representado no quadro 7, mostra que os professores entrevistados conhecem bem a escola e estes poderão colaborar melhor com a inclusão.

No que se refere à função docente, representado na figura 2, percebe-se que as atividades comuns da sala de aula executadas pela maioria dos professores continuam sendo as mesmas. Mas que alguns professores, assumem a sua profissão como uma missão, contribuindo para o desenvolvimento educacional e social.

A inclusão do aluno com deficiência NEE/PC continua sendo um desafio para a escola. No Brasil, a LBI (2015), garante a inclusão desses alunos na sala regular, mas os professores na sua grande maioria, não tem nenhuma preparação para receber esse aluno na sala de aula. É importante perceber as dificuldades do professor para trabalhar com alunos com PC, representadas na figura 3, apresenta a multiplicidade dessas dificuldades como: turmas grandes, sobrecarga de trabalho, falta de recursos, medo do desconhecido, falta de formação (não saber avaliar o aluno, dificuldade de comunicação). Alguns professores entrevistados consideram que deveria haver formação específica para cada tipo de deficiência, também relatam a necessidade de se ter mais recursos materiais e humanos, para atender melhor às necessidades desses alunos. Não basta incluir o aluno com deficiência na turma, é preciso garantir a sua permanência.

Sobre a caracterização das turmas, apresentadas pelos professores entrevistados, salienta-se que são turmas heterogêneas, com alunos com diferentes idades, essas turmas estão presentes no quadro 8. As duas turmas onde tem alunos com PC incluídos, trabalham com dinâmica pedagógica singular, uma é do Programa Travessia, dedica-se ao ensino de adultos, realiza-se à noite e tem objetivo computar o ensino que os alunos abandonaram precocemente à escola, trabalha por projeto, é estruturado a partir de módulos, com 2

professores, um de humanas e outro de exatas. A outra turma é do ensino fundamental II, (colocar nota de rodapé explicando os níveis de ensino no Brasil). Nesta turma foram entrevistados 8 professores e de acordo com as entrevistas, percebe-se um novo olhar para inclusão, os professores já procuram ter uma maior abertura para esse tema, compreendem que a escola tem que está preparada para receber o aluno com PC. A figura 4 especifica as limitações apresentadas por esses alunos, indicando que quase sempre as limitações da PC são de ordem motora e não cognitiva. Por isso, o professor não deve apenas considerar as limitações, mas as potencialidades. A figura 5 revela que os alunos com PC, tem boa capacidade de aprendizagem, assim como os demais alunos e que escola precisa saber aproveitar todo esse potencial, através de um trabalho voltado para a diversidade e valorização das diferenças.

Quando a escola se propõe a trabalhar numa perspectiva inclusiva, as somas de todas as ações desenvolvidas são refletidas em todo corpo docente e discentes, ou seja, todos acabam ganhando com a inclusão. No Brasil a implantação das salas de AEE (2008), trouxe uma grande contribuição para os alunos com deficiência. O quadro 10 apresenta, os tipos de deficiências que são atendidas no AEE, sendo este um dos apoios mais importantes à inclusão que esta escola tem. Mas escola para ser inclusiva precisa oferecer ao aluno com deficiência acessibilidade. A figura 6 revela as dificuldades relacionadas acessibilidade tanto em termos físicos, como também a falta de acesso a recursos tecnológicos. A acessibilidade aos diferentes espaços e atividades do contexto escolar é uma das grandes dificuldades identificadas, podendo prejudicar a inclusão do aluno com PC. É interessante compreender que acessibilidade, torna-se relevante por ser um direito ao exercício da cidadania.

Sendo o tema principal desse estudo, a inclusão do aluno com PC, na sala regular, quando questionado aos professores sobre o impacto de ter um aluno com PC na turma, representado no quadro 11, verifica-se que o impacto maior se dá pela falta de conhecimento da deficiência, ou seja, pela falta de familiarização com a deficiência. Já sobre a presença da família na escola, praticamente houve unanimidade nas respostas. O quadro 12, mostra a opinião dos entrevistados, quando afirmam que escola deve estar aberta a família do aluno com deficiência, apoiando-os através das suas famílias. E que no caso dessa realidade que está apresentada, as famílias são presentes, principalmente as mães, que normalmente assumem sozinhas todos os cuidados com os filhos. A figura 7 apresenta todas essas

considerações e também revela que são famílias pobres, de baixa renda, com poucos recursos.

Analisando o quadro 13, percebe-se que a PC não é motivo nenhum impedimento para o crescimento pessoal e profissional. Os professores acreditam que estes alunos poderão ter um papel ativo na sociedade, mas sabe-se que tudo isso cumpre se o aluno tiver os apoios necessários e também pela sua própria força de vontade. É através das atitudes positivas, da família e da escola, ou seja, de todos os envolvidos no percurso educativo, que esses alunos serão autônomos, independentes e terão sucesso na vida.

6.3-Professores de Educação Especial.

A partir da análise das entrevistas dos professores de educação especial, verificou-se no quadro 14, que estas participantes são do gênero feminino, com idades entre 41 e 52 anos, com tempo de serviço de 5 a 10 anos na escola e com 11 a 10 de exercício da profissão na área de educação especial. Estas informações revelam a experiência de ambas com a educação especial, conhecimento amplo do ambiente onde trabalham, possibilitando uma maior desenvoltura para lidar com os problemas escolares e também como apoio a todo o trabalho de inclusão feito pela escola.

Conforme análise, a função de professor de educação especial, é variada é complexa, pois trabalha com diferentes deficiências e dá apoio ao professor do ensino regular e a toda escola, com o objetivo de promover cada vez mais a inclusão. São professores versáteis, que desempenham diversas funções. Tudo isso exige desse professor, um vasto conhecimento sobre a sua área de atuação, pois muitas vezes na escola, tudo o que é voltado para inclusão, parti das ações desse profissional. Como especialista no assunto, é importante que esse professor tenha seu conceito de inclusão definido, a figura 8 expressa a opinião das professoras entrevistadas sobre o que seja inclusão. A partir das colocações apresentadas, observa-se uma compreensão ampla sobre o que seja inclusão e os meios necessários para ela se transforme em realidade.

No Brasil o professor de educação especial na sua grande maioria trabalha como professor de AEE, na sala de recursos multifuncionais, a figura 9 apresenta, os recursos tecnológicos que as entrevistadas possuem para trabalhar com aluno com PC. Mesmo sendo uma sala equipada com materiais para uso do aluno com deficiência, esses equipamentos ainda são insuficientes para atender esses alunos com qualidade, em alguns casos o professor faz adaptações de materiais. Sem falar que o único recurso que professor do regular conta

na sala de aula, na maioria das vezes é com quadro branco e o pincel, isso mostra a falta de investimento tecnológico. Ressalta-se que MEC, não disponibiliza muitos recursos para a escola, impedindo que o educando avance.

Em relação ao apoio da escola a família do aluno com PC, a figura 10, descreve algumas ações já praticadas pela escola no apoio à família, revelando que esse apoio vem sendo feito ainda que forma tímida, considerando a realidade onde a escola está inserida apresenta muitas dificuldades, mas escola está procurando fazer a sua parte.

Sobre as expectativas das professoras de educação especial, em relação aos seus alunos com PC, são melhores possíveis, que mediante aos apoios recebidos, eles conseguirão concluir seus estudos, trabalhar, ter independência e terão sucesso.

6.4 - Família/Pais.

As informações sociodemográficas sobre a família encontram-se no quadro 16, foram entrevistadas duas mães, com idades entre 31 e 61 anos, ambas são donas de casa, uma é casada e a outra é viúva, residem na localidade onde se encontra a escola, ambas têm pouca escolaridade. Através do estudo de caso, constatou-se que as mães são as responsáveis diretas pelos cuidados com os filhos com PC, sendo que abdicaram das suas atividades pessoais e profissionais para se dedicar exclusivamente à família. Os quadros 17 e 18, apresentam uma síntese dos dois casos estudados, relevando as singularidades de cada caso.

Os alunos com PC, que fazem parte dessa investigação são do gênero masculino e feminino, com idades entre 13 e 34 anos, a causa da PC em ambos os casos foi anoxia perinatal, sendo os graus PC pode ser classificado em leve e moderado, quanto à estrutura social, ambas as famílias são de baixa renda, possuem poucos recursos. Quanto ao impacto da PC na família, no caso 1, foi de tristeza, no caso 2, reação de surpresa por parte da família, para a mãe já era esperado, aceitou com facilidade.

A única fonte de renda é o Benefício de Prestação Continuada- BPC do governo federal no valor de um salário mínimo. Os alunos com PC, desse estudo apresentam como limitações: o uso de cadeira de rodas, problemas de motricidade fina, falta de coordenação motora, dificuldades de comunicação oral. Sendo que o caso 1, as limitações são mais graves do que no caso 2, porque a aluna faz uso de cadeira de rodas e tem problemas visuais. Sobre as potencialidades, ambos os alunos, possuem cognitivo preservado, são alunos esforçados e participativos.

Quanto aos apoios recebidos, as mães destacaram que principal apoio que recebem da escola é o AEE, também o livre acesso que tem à escola. Queixaram-se dos poucos apoios sociais que recebem, quando se refere à compra de equipamentos para seus filhos. Desse modo, sentem-se impossibilitados de oferecer uma melhor qualidade de vida aos mesmos.

Quanto à dificuldade de inclusão dos seus filhos apresentadas pela escola, estão apresentadas na figura 11, revela a maioria são de natureza pedagógica como: a falta de estratégias sala de aula por parte de professor, para trabalhar com estes alunos, também a falta do professor auxiliar, a ausência desse profissional na escola, tem como consequência a não frequência do aluno com PC à escola. Segundo as mães, a relação com os professores e com a turma é boa, os professores são acolhedores e os colegas de turma são colaborativos.

Em relação às dificuldades em acompanhar nas atividades escolares, representadas no quadro 19, as principais referem-se à falta de competência técnica dos pais para acompanhar seus filhos, e a preocupação dos filhos por não ter auxílio em casa na realização das atividades.

Sobre as expectativas das mães entrevistadas em relação ao futuro dos seus filhos são positivas, porém existe que consciência de que o apoio da família é fundamental, e nesses dois casos observam-se que as mães são bem presentes, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no dia a dia, elas estão sempre prontas para ajudar seus filhos no que for necessário, o que contribui imensamente para a evolução e sucesso desses alunos.

Conclusões

O presente estudo sobre a inclusão do aluno com PC no ensino regular, propôs investigar o papel da escola, seus desafios e construções. Através desta pesquisa, é possível perceber a importância e a responsabilidade da escola em incluir pessoas com deficiência. É na escola que se aprende a conviver, a valorizar as diferenças e a diversidade humana, (Ainscow 2018).

No Brasil o tema educação inclusiva já vem sendo discutido há muito tempo, a legislação brasileira, trata do tema inclusão da seguinte forma: a Constituição Federal do Brasil de 1988 aborda, que em seus respectivos artigos art. 208, que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, já o art. 206, apresenta que o ensino será ministrado com base em vários princípios sendo que o primeiro, refere-se a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; o art. 208, ressalta o dever do Estado com a Educação, que será efetivado mediante a garantia, ressaltando a importância atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no capítulo V discorre sobre a Educação Especial, o seu art. 58 define educação especial da seguinte forma: entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. No seu §1º (parágrafo 1) assegura que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial, o §2º (parágrafo 2) garante que atendimento educacional especializado, será feito em classes, escolas ou serviços especializados- AEE sempre que, em função das condições específicas dos alunos. Por fim a Lei Brasileira de Inclusão 13.146 de 06 de julho de 2015- LBI, que é mais recente lei de inclusão do país, sendo considerada uma vitória para nossa legislação, pois trouxe vários avanços, garantindo que os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados.

Mas será que a unidade escolar em estudo, reflete o que está na legislação brasileira? Apesar da legislação apresentar um modelo de inclusão muito bem elaborado, percebe-se que ainda há deficiência no processo de inclusão do aluno com NEE/PC. O acesso é garantido, porém, a permanência mediante a uma qualidade de ensino e aprendizagem torna-

se fundamental na efetivação da inclusão de alunos com deficiência. (Rodrigues & Lima, 2017).

Após análise e discussão dos resultados, conclui-se que a coordenação da escola, ainda não consegue desenvolver um trabalho inclusivo, isso se justifica pelos desafios diários como: a escola está inserida em um contexto vulnerável e o contexto familiar não contribui muito para o ensino/aprendizagem. Os pais são ausentes do percurso educativo dos seus filhos, há pouco contato com os mesmos. A gestão/coordenação, se sente sobrecarregada para dar conta de várias atividades, muitas vezes ficando presa apenas à parte burocrática. Em relação ao trabalho a inclusão dos alunos com NEE/PC, há a falta de recursos materiais e humanos, também a falta de formação dos professores. Percebe-se que principal fonte e inclusão dos alunos com PC, está na abertura para a diferença e sensibilidade do professor.

Em relação aos professores do ensino regular, realizam um trabalho complexo, visto que a escola está inserida numa realidade que apresenta muitas dificuldades. Existem uma diversidade de problemas que o professor precisa aprender a lidar como: turmas muito grandes, acima de 40 alunos, falta de acessibilidade dentro da sala de aula, que por conta do grande número de alunos, o professor tem dificuldades até para se movimentar dentro da turma, imagine um aluno cadeirante? Também a sobrecarga de trabalho para o professor, chegando a dar aulas até em 23 turmas e por fim o pouco contato com família. Sobre as dificuldades de como desenvolver um trabalho inclusivo, diante de uma realidade dessa, são várias: a falta de formação do professor, no caso dos alunos com PC, falta de um professor de apoio na turma, (que geralmente demora para chegar) os recursos materiais e tecnológicos são poucos, inexistência de um trabalho em equipe gestão, coordenação e professores.

Mesmo diante de tantas adversidades, que é contribui para inclusão nesta escola? O AEE, sendo assim considerado como a primeira fonte de inclusão. O professor de educação especial, desenvolve um trabalho variado e complexo na sala de recursos multifuncionais-SRM, em horários específicos e no contraturno que aluno estuda, faz atendimentos aos alunos com os mais variados tipos de deficiências, dar apoio ao professor da sala regular, orienta a família, o seu trabalho se devolve junto a toda comunidade escolar, visando a fomentar a inclusão na escola. Algo interessante já conquistado nesta escola é a convivência dos alunos que tem deficiência/PC com demais colegas da turma. Mas o professor de EE, tem limitações no seu trabalho, como a resistência de alguns professores do ensino regular, que insistem em trabalhar de forma homogênea, sem fazer diferenciação pedagógica, quando

isso acontece o aluno tem deficiência fica em desvantagem. É preciso considerar as diferenças, “através de uma pedagogia diferenciada, onde todos os alunos tenham acesso ao conhecimento e dele se apropriem”. (Perrenoud,2000). Também a escassez de recursos materiais e tecnológicos comuns a todos os professores, muitas vezes existe o recurso na sala de SRM, mas não há sala regular, e isso dificulta a continuidade do trabalho de inclusão.

No que se refere as famílias que participaram desse estudo, podem ser caracterizadas como família tradicional nuclear e unipessoal, ambas são de baixa renda, com pouca escolaridade, mas que investem nos filhos, estão sempre presentes na escola, participam das atividades extraclasse como: visitas, passeios, teatros, etc. Revelam satisfação no trabalho que vem sendo feito pelo AEE, porém queixam-se apenas dos professores do regular, da falta de atenção, de estratégias e sensibilidade, claro que isso não é atribuído a todos os professores. É necessário compreender que na sala de aula precisa ser um espaço diversificado, segundo Marchesi (2001, p.96), “os alunos não são iguais, a atenção às diferenças individuais é parte também de todas as estratégias educativas”. Compreende-se, que sala de aula precisa ser um espaço diversificado, heterogêneo.

Já escola, se apresenta como parceira destas famílias, elas têm livre acesso à escola em tudo o que precisar, relataram que não existe dificuldades no relacionamento escola/família.

Com estas reflexões, conclui-se que os objetivos foram alcançados, que as hipóteses foram respondidas, uma vez que conseguiu verificar como se processa a inclusão dos alunos com PC na escola regular, bem como compreender as dificuldades sentidas pela escola/família no processo de inclusão. Algumas limitações foram apresentadas ao longo do processo de investigação como a pandemia mundial do COVID 19, que limitou algumas ações planejadas para este estudo, no caso das entrevistas que foram feitas de forma online, almejava-se fazer no formato presencial, onde a coleta de dados seria mais precisa, uma vez que pode observar na íntegra as reações dos entrevistados, a orientação a distância, uma vez que a pesquisadora gostaria muito de estar mais próxima da orientadora, presencialmente, também, são consideradas as diferenças culturais, de horários e mesmo em termos acadêmicos de dificuldade em conseguir elementos comuns em termos de literatura. Mas mesmo diante destas limitações, procurou-se apresentar o melhor que podia ser feito no momento.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Esta pesquisa tem como objetivo dar apenas uma pequena contribuição para uma temática tão importante, que é inclusão do aluno com PC, almejando que esse tema esteja cada vez mais conhecido no cenário educacional.

A inclusão do aluno com PC precisa ser um trabalho de equipe toda a comunidade escolar, gestão, coordenação, professores, pais e alunos. Somente por meio do envolvimento de toda a escola, se alcançará o sucesso destes alunos.

Referências

- Aicardi, J. (1992). *Diseases of the nervous system in childhood*. London: Mac Keith Press.
- Ainscow, M., & Booth, T. (2002/Dez). *Índice para a inclusão desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola*. Portugal: CIES.
- Ainscow, M. (2018). Passos para a inclusão escolar. Recuperado em 07 de agosto de 2018 de <https://www.eduforics.com>
- Alimović, S. (2012). *Deficiência visual em crianças com paralisia cerebral*. Revisão de Pesquisa de Reabilitação. v. 48, n. 1, p. 96-103.
- Almeida, J. M., & Pinto, J. M. (1990). *A investigação nas ciências sociais*. 4ed. Lisboa: Editorial Presença.
- Almeida, T.C.S., Ruedell A.M., (Eds). (2015). Paralisia cerebral: impacto no cotidiano familiar. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*. Vol.19 nº 3.p. 171-178. doi: 10.4034/RBCS.2015.19.03.01.
- American Psychiatric Association. (2014) D.S.M. V–*Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, 5ª. Porto Alegre: Artmed,
- American Psychological Association- A.P.A. (2012). Regras essenciais do texto da APA. *American Psychological Association*. 6ª edição. Porto Alegre: Penso.
- Anderson, S. W. (Eds). (1999). Comprometimento do comportamento social e moral relacionados com danos precoces no córtex pré-frontal humano. *Revista Natureza Neurociência*, Nova Iorque, v. 2, n. 11, p. 1032-1037
- Andrade, M.B., Vieira, S.S., & Dupas, G. (2011, Jan/Mar). Paralisia cerebral: estudo sobre o enfrentamento familiar. *Reme, Rev. Min. Enferm*. Vol 15(1). p.86-96.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas-A.B.N.T.(2004). -Norma Brasileira Regulamentadora 9050 define os aspectos relacionados às condições de acessibilidade no meio urbano.
- Barbosa, A.M., Balieiro, M.M.F., & Pettengil, M.A.M. (2012, Abril). Cuidado centrado na família no contexto da criança com deficiência e sua família: uma análise reflexiva. *Texto em contexto enferm*. Vol.21, nº 1 p. 194-9. doi.org/10.1590/0104-4060.44688
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Basil, C. (2004). Os alunos com paralisia cerebral e outras alterações motoras. In C.César.M.Álvaro & P.Jesús.(Eds), *Desenvolvimento psicológico e educação – vol*

3. *Transtorno do desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais*. Porto Alegre: Artmed. (p.15).Porto Alegre: Artmed.

Bautista, R. (1997). *Necessidades Educativas Especiais*, Coleção Saber mais, 4ed. Lisboa: Edição Dinalivro.

Bax, M. (2005). *Proposed definition and classification of cerebral palsy*. Development Medicine and Child Neurology. 47, p. 571-576.

Bobath, K. & Bobath, B. (1989). *O desenvolvimento motor nos diferentes tipos de paralisia cerebral*. São Paulo. Manole

Brasil, (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico.

Brasil, (1993). Lei nº 8742, de 07 de dezembro. Dispõe sobre a organização da assistência social.

Brasil, (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

Brasil, (2009). *Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília, 2009.

Brasil, (2012). *Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência* Secretaria e Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD.

Brasil, (2013). *Diretrizes de atenção à pessoa com paralisia cerebral*. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Comunicação e Educação em Saúde. Brasília

Brasil, (2004). *Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais*. Orientações gerais e marcos legais. Brasília.

Brasil, (2007). *Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Física*. Brasília: MEC/SEESP/ SEED.

Brasil, (2008). *Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP.

Brasil. (2010). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP.

- Brossard-Racine, M. (2016, maio/junho). *Problemas comportamentais na escola crianças em idade com paralisia cerebral*. *Jornal de Pediatria*, v. 92, pp. 35-41.
- Camalhão, I.P.M.F. (2018). *Estratégias de Ensino/aprendizagem dos docentes do Ensino Regular e educação especial de alunos com paralisia cerebral*. (Tese apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de Ciências Sociais Educação e Administração FCSEA Instituto de Educação) Lisboa-Portugal.
- Camargo, S. (1999). *Manual de ajuda para pais de crianças com paralisia cerebral*. São Paulo. Editora: Pensamento.
- Cândido, R. (2015). *Tecnologias assistivas e inclusão escolar: o uso do software GRID2 no Atendimento Educacional Especializado a estudante com autismo em escola pública do Distrito Federal*. Brasília.
- Cardoso, M. (2013). *Paralisia cerebral: possibilidades na aprendizagem escolar*. Atendimento educacional especializado. <https://aeensg2012.blogspot.com>. Acesso em 25/05/21.
- Carvalho, R. E. (2004). *Educação Inclusiva: com os Pingos nos "Is"*. Porto Alegre: Mediação.
- Censo, E. (2018). *Notas estatísticas: censo escolar*. Brasília.Portal.Inep.gov.br
- Chappell, T. (2009), *Ethics and Experience – Life Beyond Moral Theory*, Great Britain, Durham, Acumen Publishing.
- Correia,L.M.(2010).Educação inclusive ou educação apropriada. In R.David. (Ed), *Educação e diferença valores e práticas para uma educação inclusiva*. (pp.125-140). Porto: Porto Editora.
- Correia, L.M. (2010). *Educação especial e inclusão quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no perfeito juízo*. 2ed. Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora.
- Cowan, N.S. (2007). Vida Familiar e auto-estima. In G.Eliane. (Ed). *Crianças com Paralisia Cerebral: Guia para Pais e Educadores*. (p.122). 2ed. Porto Alegre Artmed.
- Creswell, J.W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto*.3ed. Porto Alegre: Artmed.
- Cunha, E. (2019). *Educação na família e na escola: tecnologias, inclusão e ensino*. Rio de Janeiro: Wak Editora.
- Dalagasparina, T. M. (2001). *Concepção dos professores da rede municipal de cascavel sobre a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais*. Trabalho de conclusão de

curso (Pós-Graduação em Fundamentos da Educação) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

Diament, A. (1996). *Encefalopatia crônica na infância*. In Diament, A., & Cypel, A. (Eds). Neurologia Infantil. 3 ed. São Paulo: Atheneu.

Duque, E., & Vazquez, J.F Durán. (2020 jan/mar). O novo paradigma da educação na promoção de uma sociedade mais inclusiva. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. vol 15,nº 1.p.27-49, doi.org/10.21723/riaee.v15il.12632

Echieta, G. (2018). *Para uma inclusão educativa: diversidade, variedade, escolha*. Recuperado em 07 de agosto de 2018 de <https://www.eduforics.com>

Fazzi, E. (2012). Distúrbios neurofarmacológicos na paralisia cerebral: aspectos oftalmológicos, oculomotores e visuais. *Medicina do Desenvolvimento e Neurologia Infantil*, v. 54, n. 8, p. 730-736.

Ferreira, A.B.H (2010). Dicionário Aurélio. Editora positivo.

Fierro, A. (2004). Os alunos com deficiência mental. In C.César.,M.Álvaro & P.Jesús (Eds), *Desenvolvimento psicológico e educação – vol 3.Transtorno do desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais*. (p. 210) Porto Alegre: Artmed.

Figueiredo, R.V. (2011). A formação dos professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In M.T. Maria. (Ed), *O desafio das diferenças nas escolas*. (pp.141-142). Rio de Janeiro: Vozes.

Fonseca, L. F. et al. (2011). Encefalopatia crônica (paralisia cerebral). In: Fonseca, L. F., Xavier, C. & C., Pianetti, G. (Eds) *Compêndio de neurologia infantil*. (pp.669-679) 2 ed. Rio de Janeiro: Medbook.

Fortin, M. (1999). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Loures: Décire Editeur.

França R. (2000). *A dinâmica da relação na fratria da criança com Paralisia Cerebral*, Quarteto, Coimbra.

Freire, P. (1999). *A educação na cidade*. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora

Galvão, T. A.F (2009). Conceituação e estudo de normas. In. Brasil Tecnologia Assistiva (Ed). Brasília, p.13-39.

Galvão, T. A.F (2016). Deficiência intelectual e tecnologias no contexto da escola inclusiva. In .G, Cristina (Ed). *Discriminação e racismo nas Américas: um problema de justiça, equidade e direitos humanos*. (p.305-321). Curitiba.

- Gardner, H. (1995). *Inteligências Múltiplas: a Teoria na Prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Geralis, E. (Ed) (2007). *Crianças com Paralisia Cerebral: Guia para Pais e Educadores*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed.
- Gersh, E. (2007). O que é paralisia cerebral? In G. Eliane. (Ed). *Crianças com Paralisia Cerebral: Guia para Pais e Educadores*. (pp.16-26) 2 ed. Porto Alegre Artmed.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2019). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6 ed. São Paulo: Atlas.
- Glat, R., Pletsch, M. D. & Fontes, R. de S. (2007). Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. In: *Revista em Educação. Santa Maria*, v. 32, n. 2, p. 343-356. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/2007/a5.htm>. Acesso em 20 de maio de 2021
- Glat, R., & Duque, M. A. (2003). *Convivendo com filhos especiais: O olhar paterno*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- Guerra, I. C. (2014). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo- sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia.
- Hare, N., Durham S., Green, E. (2000). Paralisias cerebrais e distúrbios de aprendizado motor. In: Stokes, M. *Neurologia para Fisioterapeutas*. (pp.255-269) São Paulo: Editora Premier.
- Hegarty, S. (2001). O apoio centrado na escola: novas oportunidades e novos desafios. In R. David. (Ed), *Educação e diferença valores e práticas para uma educação inclusiva*. (pp.81-90). Porto: Porto Editora.
- Hidecker, M. J. C (2011). *Desenvolvendo e validando sistema de classificação de funções de comunicação para indivíduos com paralisia cerebral*, v.53, nº 8, p.701-704.
- Holanda, T. C. (2003). Escolas inclusivas. In: Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. *Uma escola para a inclusão social*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- Kronberg, R. (2010). A inclusão em escolas e classes regulares. In L. Correia (Ed.), *Educação especial. Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo*. (pp.42-56). Porto: Porto Editora.
- Lakatos, E. V., Marconi, M. A. (2010). *Fundamentos de metodologia científica: técnicas de pesquisa*. 7 ed São Paulo: Atlas.

- Lejeune, C. (2019). *Manual de análise qualitativa-analisar sem contar nem classificar*. Lisboa: Edições Piaget
- Lima, P. A. (2006). *Educação inclusiva e igualdade social*. São Paulo: Avercamp.
- Ludke, M., & André, M. (1986). *Pesquisa em educação-Abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Maluf, R.T. (2006). *Ética na pesquisa qualitativa: alguma coisa de particular?* Universidade Estadual de Campinas –UNICAMP- São Paulo.
- Mancini, (Eds). (2005). *Inventário de avaliação pediátrica de incapacidade (PEDI): manual da versão brasileira adaptada*. Belo Horizonte: UFMG.
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão escolar o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo. Summus Editorial.
- Mantoan, M. T. E. (Ed) (2011). *O desafio das diferenças nas escolas*. 4ed Rio de Janeiro:Vozes.
- Manual Merck, (2003). *Saúde para a família: coordenação de publicação*. Tradução: Dr. Fernando Gomes.
- Marchesi, A. (2001). A prática das escolas inclusivas. In R.David. (Ed), *Educação e diferença valores e práticas para uma educação inclusiva*. (pp.95-107). Porto: Porto Editora.
- Mattar, F. (1996). *Pesquisa de marketing*. Ed. Atlas.
- McIntyre,S & Morgan,C.(Eds).(2011). Avaliações. *Developmental Disabilities Research*. Vol.18. <https://doi.org/10.1002/ddrr.1106>.
- McWilliam.R.A.(Ed). (2012). *Trabalhar com as Famílias de Crianças com Necessidades Especiais*.Porto: Porto Editora.
- McWilliam.R.A., & Scott,S.(2001).*A support approach to early intervention:A three-part framework*.*Infants and Young Children*, 13(4), p.55-66.
- Miller, G. (2002). Paralisia cerebral uma visão geral. In G.Miller & G. Clark.(Eds.), *Paralisias cerebrais: causas, consequências e condutas*. (pp.1-41). São Paulo: Manole.
- Minayo, M. C. S. (Ed) (2020). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Moreira, A.F.B., & Candau,V.M. (2007) *Currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica.

- Morgado, J. (2010). Os desafios da educação inclusiva-fazer coisas certas ou fazer certas as coisas. In L.M. Correia. (Ed), *Educação especial e inclusão-quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo.* (pp.80-84). Porto: Porto Editora.
- Morgado, J.C. (2012). *O estudo de caso na investigação em educação.* De facto editores. Santo Tirso. Portugal
- Muñoz, J., L., G., Blasco, G., M., G., & Suarez, M. J., R. (1997). *Deficientes motores II: Paralisia Cerebral.* In R. Bautista, *Necessidades Educativas Especiais* (pp. 293- 315). Lisboa: Dinalivro.
- Nelson, C. A. (2004). *Paralisia Cerebral.* In: Umphred, D. A. *Reabilitação Neurológica.* pp. 272-299. 4ed. São Paulo: Manole .
- Oliveira, R.F.U., Silva R.N., & Junior, N.M. (2011). *As condições de acessibilidade e adequação, para pacientes em cadeiras de rodas, em clínicas de fisioterapia na cidade de Goiânia.* Disponível em: www.fisioweb.com.br.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. UNESCO, (2019). *Manual para garantir inclusão e equidade na educação.* Brasília. Disponível em <https://prceu.usp.br/repositorio/manual-para-garantir-inclusao>. Acesso em 27/05/2021.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO, (2015). *Declaração de Incheon educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos.* Brasília, DF: Unesco, 2015. Disponível em: Acesso em: 19 ago. 2016
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO, (2014). *O direito à educação: diretrizes de revisão de leis e políticas.* Paris.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO, (1994). *Declaração de Salamanca- Enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais.* Salamanca: UNESCO.
- Organização Mundial da Saúde-OMS (2011, 5 de janeiro). *Um relatório sobre saúde.* São Paulo-SP.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE(2008) *Education at a glance: OECD Indicators - 2006 Edition.* Acesso em 8 de outubro de 2020 em www.oecd.org/education/skills-beyondschool/37393599.pdf

- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE,(2011). *Education at a glance: OECD Indicators - 2011 Edition*. Acesso em 10/01/21 em www.oecd.org/edu/eag2011.
- Pereira, L.M.F., Caribé D., Pedro. G.Matsuda, D. (2011, abril/junho). Acessibilidade e crianças com paralisia cerebral: a visão do cuidador primário. *Revista Fisioter. Mov.*, Curitiba, v. 24, n. 2, p. 299-306.
- Perrenoud, P. (2000). *Pedagogia diferenciada- das intenções à ação*. Porto Alegre: Artmed.
- Perrenoud, P. (2001). *A pedagogia na escola das diferenças -fragmentos de uma sociologia do fracasso.2ed*. Porto Alegre: Artmed.
- Perrenoud, P. (2002). *As Competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artmed.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4 ed, Lisboa: Ed. Gradiva
- Quivy, R.,& Campenhoudt,L.V.(2017). *Manual de investigação em ciências sociais.7ed* Lisboa: Gradiva.
- Rodrigues,D. (2017). Educação inclusiva e seus desafios-entrevista. *Revista educação e pesquisa*.vol.43.285-295. doi.org/10.1590/S1517-97022017430100201
- Rodrigues, D. (2016). *Direitos humanos e inclusão*.1ª ed. Porto: Profedições.
- Rodrigues, D. (Ed). (2001). *Educação e diferença. Valores e práticas para uma educação inclusiva*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, D. (Ed.). (2006). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*.São Paulo.Summuns Editorial.
- Salmons, J.(2014). *Qualitative Online Interviews Strategies, Design, and Skills-Vision2Lead and Capella University school of Business*. Second edition. Los Angeles. SAGE Publications.
- Sant'anna, M. M. M. (2002, março/abril). Educação inclusiva e inclusão social: a clínica da terapia ocupacional. *Temas sobre Desenvolvimento*, v.11, nº61 p.10-5.
- Santos, R.M.,Giselle,M.,Willig.H.M.,Carnevale,B.L.,Berberian,A.P., Freire.M.H.S.,...& Carvalho.P.T.(2017,Nov/Dez).Crianças e adolescentes com paralisia cerebral na perspectiva de cuidadores familiares. *Revista Cefac*. vol 19(6),p.821-830. Recuperado em 06 de junho de 2021.doi: 10.1590/1982-021620171969817.

- Sartoretto, M. L., & Bersh, R. C. R. (2010). A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa – Brasília: MEC/SEE -Universidade Federal do Ceará, v.6. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). In S, Romeu. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*, Rio de Janeiro. WVA.
- Sasaki, R. K. (1997) *Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho*. São Paulo.
- Silva, S. S. C., & Pontes, F.A.R. (2016,Jan/Mar). Rotina de famílias de crianças com paralisia cerebral. *Educar em Revista*, vol.59, p.65-78. Recuperado em 04 de maio de 2021. doi.org/10.1590/0104-4060.44688.
- Software,V.(2019). *Manual Online MAXQDA 2020*.Berlim, Alemanha: VERBI Software. Disponível em maxqda.com.
- Sousa,M.J.&Baptista.C.S(2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor Edições.
- Stainback, S. Stainback, W. (1999). *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Stake, R.E. (2012). *A arte da investigação com estudos de casos*.3ed. Lisboa:Fundação Calouste Gulbenkian.
- Yin, R.K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5ed.Porto Alegre: Bookman.
- Zanini, G., Cemin, N. F., & Peralles, S. N. (2009, julho/setembro). Paralisia Cerebral: causas e prevalências. *Revista Fisioterapia em Movimento*, v. 22, n. 3, p. 375-381, [atividadeparaeducacaoespecial.com/Arquivo PDF](http://atividadeparaeducacaoespecial.com/ArquivoPDF). Acesso em 12/05/21.

Legislação Consultada

- Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto Nº. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008.
- Instrução Normativa 05/2014- Diário Oficial do dia 31-12-2014
- Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015- (Lei Brasileira de Inclusão- LBI).
- Lei N o 10.050, de 14 de novembro de 2000. (Lei que garante o BPC).

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Lei N o 10.098, de 19 de dezembro de 2000. (Lei de acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida).

WEBGRAFIA

<http://www.paralisiacerebral.org.br/saibamais05.php>

<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br>

<https://legado.educacaoeparticipacao.org.br/tematica/familia/> consultado em 29/04/21

<http://www.mj.gov.br/corde/comite.asp> Acesso em: 16 mar. 2020.

<https://dadoscoronavirus.dasa.com.br/Acesso> (03/05/21)

https://www.galvaofilho.net/livro-tecnologia-assistiva_CAT.pdf).

https://www.galvãoofilho.net/DI_tecnologias.htm.

[https://www.processoedecisao.com.br/ART-ACAD-Etica_Pesq_Quali_17. ...](https://www.processoedecisao.com.br/ART-ACAD-Etica_Pesq_Quali_17...)

ANEXOS



Escola Superior de Educação João de Deus
Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade de
Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor.

Cleoneide Vieira de Souza Mendes

Rua:10 n°230 –Jd. São Paulo

56314-400- Petrolina-PE

Tel: 87-98828-9518

e-mail:cleoneideclara@gmail.com

Exmª.Senhora Gestora da Escola Eneide Paixão Cavalcanti

Jussiclécia Pereira de Alencar.

Assunto: Pedido de Autorização para entrevistar os membros da gestão, professores do Ensino Regular, Educação Especial Inclusiva, que acompanham os Alunos com Paralisia Cerebral na escola.

Exma. Senhora Gestora:

Cleoneide Vieira de Souza Mendes é Mestranda em Educação Especial, na Escola Superior de Educação João de Deus em Lisboa Portugal, com a Dissertação de Mestrado intitulada “**A Inclusão do Aluno com Paralisia Cerebral: O Papel da Escola, Desafios e Construções**”, sob a orientação da Professora Doutora Maria Isabel Mota Palmeira Ferreira Camalhão, Professora da Escola Superior de Educação João de Deus.

O objetivo desta investigação procura saber como ocorre o processo de inclusão do aluno com Paralisia Cerebral, na escola regular, como um todo. Inclui as relações destes alunos com seus pares, docentes, famílias e todos os seus profissionais. O centro deste estudo está na referência às metodologias e recursos utilizados pela escola/docentes, utilizadas na aprendizagem desses discentes.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Esta dissertação segue as garantias éticas do anonimato e proteção dos participantes assim como da imagem escola, obtendo-se apenas dados para os fins a que se destinam. Sendo utilizados apenas para fins acadêmicos, e tratados eticamente, retirando-se toda a identificação dos participantes assim como a omissão ou paráfrase de aspectos mais sensíveis socialmente que possam prejudicar os participantes e terceiros.

Venho por este meio solicitar a V.Ex^a. autorização para entrevistar os membros da gestão, professores do Ensino Regular e da Educação Especial Inclusiva, que acompanham os Alunos com Paralisia Cerebral na escola, com vista à elaboração de um estudo de Campo, que é imprescindível à fundamentação da sua Dissertação de Mestrado em preparação.

Desde já agradeço a vossa colaboração.

Com os melhores cumprimentos.

Petrolina, de 05 de agosto de 2020.

Cleoneide Vieira de S. Mendes.

Cleoneide Vieira de Souza Mendes

Investigadora.



Escola Superior de Educação João de Deus
Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade de
Educação Especial: Domínio Cognitivo e Motor.

**Declaração de Consentimento Informado- Membros da
Gestão/Coordenação e Professores.**

AO PARTICIPANTE:

Por favor, leia com atenção todo o conteúdo deste documento.

Não hesite em solicitar mais informações se não estiver completamente esclarecido.

Caro Gestor (a) Coordenador (a) /Professor (a),

No âmbito do Mestrado em Educação Especial na Escola Superior de Educação João de Deus a investigadora **Cleoneide Vieira de Souza Mendes**, pretende realizar um Trabalho de investigação com o tema **“A Inclusão do Aluno com Paralisia Cerebral: O Papel da Escola, Desafios e Construções”**. Este trabalho de investigação realiza-se no âmbito da Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação na Especialidade em Domínio Cognitivo- Motor, sob a orientação da Professora Doutora Maria Isabel Palmeira Mota Ferreira Camalhão.

O objetivo desta investigação procura saber como ocorre o processo de inclusão do aluno com Paralisia Cerebral, na escola regular, como um todo. Inclui as relações destes alunos com seus pares, docentes, famílias e todos os seus profissionais. O centro deste estudo está na referência às metodologias e recursos utilizados pela escola/docentes, utilizadas na aprendizagem desses discentes. A qual poderá beneficiar todos os seus participantes assim como a comunidade escola com os conhecimentos adquiridos.

A evolução dos conhecimentos científicos, nos mais diversos domínios, tem sido possível graças ao contributo da investigação, por isso reveste-se de elevada importância a sua colaboração através da sua participação.

Asseguro que neste Trabalho de investigação serão mantidos o anonimato e a confidencialidade dos dados, pois os investigadores consagram como obrigação e dever, o sigilo.

Declaração de participante:

- Declaro ter compreendido os objetivos, riscos e benefícios do trabalho, explicados pela investigadora que assina este documento;
- Declaro ter-me sido assegurado que toda a informação obtida neste trabalho será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada.
- Declaro ter-me sido garantido que posso desistir de participar a qualquer momento;

Assim, depois de devidamente informado (a) e esclarecido (a) **autorizo a minha participação** nesta pesquisa:

Petrolina, 07 de agosto de 2020.

Assinatura do Participante

Declaro que prestei a informação adequada e me certifiquei que a mesma foi entendida, ficando o participante informado e esclarecido:

Nome da investigadora.

Cleoneide Vieira de S. Mendes.

Cleoneide Vieira de Souza Mendes

Condução de uma Entrevista/Gestão/Coordenação da Escola

Data:

Hora:

Duração:

Local: Em casa

Gênero: Feminino

Profissão:

E: Boa tarde. O meu nome é Cleoneide e sou aluna da Escola Superior de Educação João de Deus em Lisboa do curso de Mestrado em Ciências da Educação na modalidade de Educação Especial Domínio Cognitivo e Motor. Estou a fazer a minha Dissertação de Mestrado sobre a inclusão do aluno com Paralisia Cerebral em ambiente escolar. Estou a solicitar a vossa colaboração neste meu trabalho académico, participando nesta entrevista, respondendo a algumas perguntas. Garantimos o anonimato e confidencialidade das suas respostas, eliminando todos os elementos que a possam identificar, os dados serão utilizados para fins científicos. Se por qualquer motivo desejar que algum aspecto da entrevista seja retirado, basta solicitar. Com a sua participação, ajudará à melhor compreensão da inclusão escolar do aluno com Paralisia Cerebral, poderá ajudar na formação de técnicos e professores assim como ajudar estes alunos e as suas famílias. Vou-lhe fazer algumas perguntas as primeiras são usuais neste tipo de trabalhos.

E: Que idade tem?

E: Estado Civil?

E: Localidade ou cidade de residência?

E: Quais são as suas habilitações literárias?

E: Há quantos anos trabalha como gestora/coordenadora?

E: E à quantos anos trabalha nesta escola?

E: Vamos falar do seu trabalho como coordenadora nesta escola. Quais são as suas funções neste estabelecimento de ensino?

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

E: Quais são as modalidades de ensino que são ofertadas por esta escola?

E: Qual é a formação dos professores desta escola?

E: Como é que caracteriza o corpo docente desta escola?

E: O que é mais gratificante e que dificuldades encontrou nessa atividade?

E: Como é a relação com gestão/ coordenação da escola?

E: Como é a relação dos pais com coordenação da escola?

E: Há alunos com deficiência e NEE na escola?

E: Há alunos com Paralisia Cerebral?

E: Como a escola está organizada para receber os alunos com deficiência e NEE/PC?

E: Sabemos que os alunos com PC estão incluídos na turma regular. Que meios e apoios necessitam na sua aprendizagem?

E: É importante ter formação para trabalhar com alunos que tem deficiência e neste caso da Paralisia Cerebral para incluir estes alunos? Que formação seria necessária?

E: Como acontece a formação e o acompanhamento aos professores em relação a inclusão escolar dos alunos com deficiência? Há formações específicas voltadas para a Paralisia Cerebral?

E: Na organização da sala de aula e estratégias de ensino tem em conta a inclusão do aluno com Paralisia Cerebral?

E: Falemos agora das famílias do (a) aluno (a). O que é que sabe destas famílias?

E: Como a escola lida com as famílias dos alunos com PC?

E: Estas famílias ajudam e colaboram no desenvolvimento escolar do aluno?

E: Qual é o papel da escola no apoio à família do aluno (a) com deficiência, do aluno com Paralisia Cerebral?

E: Falemos agora de inclusão Escolar. O significa para si a inclusão escolar tendo em conta os alunos com deficiência desta escola.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

E: Os professores e técnicos estão preparados para lidar com essa deficiência?

E: Na escola há profissionais de Educação Especial para dá apoio aos alunos com Paralisia Cerebral?

E: Qual a importância do trabalho do AEE, para o aluno com deficiência e NEE nesta escola?

E: A nível da escola, o aluno (a) com Paralisia Cerebral participa nas atividades da escola?

E: Sabemos que tratados internacionais e legislação brasileira protegem as crianças com deficiência, garantindo o direito à igualdade na educação. Que meios e medidas a escola adota para uma garantia efetiva desses direitos?

E: Falemos de acessibilidades. Quais são os meios materiais e tecnológicos que escola disponibiliza para um aluno com Paralisia Cerebral e outras deficiências semelhantes?

E: Vamos falar agora de barreiras arquitetônicas. O que sabe sobre o tema?

E: Qual é a situação desta escola, face a estas barreiras, tendo em conta uma aluna que faz uso de cadeira de rodas?

E: O aluno com Paralisia Cerebral que faz uso de cadeira de rodas tem acesso a todos os espaços da escola?

E: O que poderia ser melhorado nesta escola para facilitar acessibilidade dos alunos com Paralisia Cerebral?

E: O que são barreiras atitudinais? De que forma a escola pode contribuir para minimizar essas barreiras?

E: Vamos falar de outras barreiras, as sociais. Como coordenadora o que é sente e pensa perante a esses alunos e a suas famílias?

E: Partindo, da sua experiência como coordenadora, o que poderia melhorar a qualidade de vida dos alunos com Paralisia Cerebral e o ensino que lhes é ministrado?

E: Agora para terminarmos gostaria que me dissesse quais expectativas tem em relação aos alunos que tem PC? Considera que Paralisia Cerebral vai impedir a sua vida estudante, profissional e social?

E: Gostaria muito de lhe agradecer pela sua contribuição à minha pesquisa. Obrigada!

Condução de uma Entrevista/ Professores do Ensino Regular.

Data:

Hora:

Duração:

Local:

Gênero:

Profissão:

E: Boa tarde. O meu nome é Cleoneide e sou aluna da Escola Superior de Educação João de Deus em Lisboa do curso de Mestrado em Ciências da Educação na modalidade de Educação Especial Domínio Cognitivo e Motor. Estou a fazer a minha Dissertação de Mestrado sobre a inclusão do aluno com Paralisia Cerebral em ambiente escolar. Estou a solicitar a vossa colaboração neste meu trabalho académico, participando nesta entrevista, respondendo a algumas perguntas. Garantimos o anonimato e confidencialidade das suas respostas, eliminando todos os elementos que a possam identificar, os dados serão utilizados para fins científicos. Se por qualquer motivo desejar que algum aspecto da entrevista seja retirado, basta solicitar. Com a sua participação, ajudará à melhor compreensão da inclusão escolar do aluno com Paralisia Cerebral, poderá ajudar na formação de técnicos e professores assim como ajudar estes alunos e as suas famílias. Vou-lhe fazer algumas perguntas as primeiras são usuais neste tipo de trabalhos.

E: Que idade tem?

E: Estado Civil

E: Localidade ou cidade de residência?

E: Quais são as suas habilitações literárias

E: Há quantos anos é professora?

E: E à quantos anos trabalha nesta escola?

E: Vamos falar de um professor nesta escola. Quais são as suas funções neste estabelecimento de ensino?

E: Tem mais algumas funções na escola além de ensinar?

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

E: Como é que caracteriza as turmas que lecciona?

E: Sei que nas suas turmas tem alunos com deficiência e Necessidades Educativas Especiais. Pode descrevê-los?

E: A minha dissertação é sobre alunos com Paralisia Cerebral. Sei que (ou disse há que) tem um (a) aluno (a) com Paralisia Cerebral. Como é que a (o) caracteriza como aluno (a)?

E: Como é que é este (a) aluno (a) está incluído na turma? (Se não perceber). Quais são as suas dificuldades e potencialidades na sala de aula?

E: Que estratégias específicas utiliza perante as dificuldades e potencialidades desta (e) aluno (a)?

E: O(A) aluno(a) está bem incluído na turma? Fale-me sua relação com seus colegas.

E: Na organização da sala de aula e estratégias de ensino tem em conta a inclusão do seu aluno com Paralisia Cerebral?

E: Porque utiliza (ou não utiliza) estratégias para incluir o aluno com Paralisia Cerebral, na Sala de Aula?

E: Ao longo da sua carreira já teve alunos com Paralisia Cerebral?

E: Sim.

E: Fale-me, da sua experiência?

E: Não

E: Como é que tem aprendido?

e: [Formação]

E: É importante ter formação para a deficiência e neste caso da Paralisia Cerebral para incluir estes alunos? Que formação seria necessária?

E: Vamos falar da organização do trabalho comum entre professores, em relação a este (a) aluno (a). Existe algum planeamento ou estratégia comum em relação ao ensino deste aluno com Paralisia Cerebral?

E: [Sim] Como é feita? [Não] Porquê?

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

E: A nível da escola. O aluno (a) com Paralisia Cerebral participa nas atividades da escola?

E: [Sim] Como é feita?

E: O que é que facilita e dificulta?

E: [Não] Porquê?

E: Falemos agora da família do (a) aluno (a). O que é que sabe desta família?

E: Que meios materiais, tecnológicos e culturais possuem?

E: Ajudam e colaboram no desenvolvimento escolar do aluno?

E: (Sim) como?

E: (Não) Porquê?

E: Que dificuldades existem na colaboração com a escola?

E: Qual é o papel da escola no apoio à família do aluno (a)?

E: Falemos agora de inclusão Escolar. O que significa para si a inclusão escolar em conta o seu aluno?

E: Sabemos que tratados internacionais e legislação brasileira protegem as crianças com deficiência, garantindo o direito à igualdade na educação. Que meios e medidas conhece para uma inclusão efetiva destes alunos?

E: O seu aluno tem acesso a estes meios? Que problemas, meios e medidas existem ao seu dispor?

E: Falemos de acessibilidades. Como docente tem na sala de aula e na escola os meios técnicos para um aluno com Paralisia Cerebral, e outras deficiências semelhantes?

E: Que meios tem ao seu dispor?

E: Que meios técnicos necessita o seu aluno com PC?

E: Como referiu anteriormente tem um aluno que não comunica. Que meios o aluno tem para comunicar?

E: Teve ou sabe utilizar estes equipamentos?

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

E: Na ausência destes meios, que estratégias de ensino utiliza?

E: Vamos falar agora de barreiras arquitetônicas. O que sabe sobre o tema?

E: Qual é a situação desta escola, face a estas barreiras, tendo em conta um aluno que se desloque de cadeira de rodas?

E: Vamos falar de outras barreiras, as sociais. Como professor o que é sente e pensa perante o seu aluno e a sua família?

E: Qual é o impacto de um aluno com Paralisia Cerebral no funcionamento de uma turma?

E: Os professores e técnicos estão preparados para lidar com a deficiência?

E: Quais são as suas principais dificuldades?

E: Agora para terminarmos gostaria que me dissesse quais são as expectativas que tem em relação aos alunos com PC. Considera que a PC é impeditiva de fazer uma vida normal?

E: Gostaria muito de lhe agradecer pela sua contribuição à minha pesquisa. Obrigada!

Condução de uma Entrevista – Educação Especial

Data:

Hora:

Duração:

Local:

Gênero:

Profissão:

E: Boa tarde. O meu nome é Cleoneide e sou aluna da Escola Superior de Educação João de Deus em Lisboa do curso de Mestrado em Ciências da Educação na modalidade de Educação Especial Domínio Cognitivo e Motor. Estou a fazer a minha Dissertação de Mestrado sobre a inclusão do aluno com Paralisia Cerebral em ambiente escolar. Estou a solicitar a vossa colaboração neste meu trabalho académico, participando nesta entrevista, respondendo a algumas perguntas. Garantimos o anonimato e confidencialidade das suas respostas, eliminando todos os elementos que a possam identificar, os dados serão utilizados para fins científicos. Se por qualquer motivo desejar que algum aspecto entrevista seja retirado, basta solicitar. Com a sua participação, ajudará à melhor compreensão da inclusão escolar do aluno com Paralisia Cerebral, poderá ajudar na formação de técnicos e professores assim como ajudar estes alunos e as suas famílias. Vou-lhe fazer algumas perguntas as primeiras são usuais neste tipo de trabalhos.

E: Que idade tem?

E: Estado Civil

E: Localidade ou cidade de residência?

E: Quais são as suas habilitações literárias?

E: Há quantos anos é docente da Educação Especial?

E: E à quantos anos trabalha nesta escola?

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

E: Vamos falar do trabalho de um docente da Educação Especial nesta escola. Quais são as suas funções neste estabelecimento de ensino?

E: Que outras funções ou atividades além das associadas à Educação Especial?

E: Com quantos professores do Ensino Regular e turmas trabalha? Como estas turmas?

E: O trabalho de um docente de Educação Especial é com alunos com NEE. Quantos alunos tem e quais são as suas problemáticas?

E: Pelo que me disse e eu soube tem um aluno com PC. Como é que a (o) caracteriza como aluno (a)?

E: Daquilo que se apercebe como é este (a) aluno (a) está incluído na turma?

E: Os docentes da turma fazem um trabalho diferenciado com estes alunos? Que estratégias lhe chegaram ao conhecimento?

E: O (a) aluno (a) está bem incluído na turma? Fale-me sua relação com seus colegas.

E: Voltemos ao seu trabalho com estes alunos. Que estratégias de ensino têm para o seu aluno?

E: Estão articuladas com o docente do Ensino Regular? (Sim). Como? (Não) Por quê?

E: Ao longo da sua carreira já teve alunos com PC?

E: (Sim) Fale-me, da sua experiência?

E: (Não). Como é que tem aprendido?

E: É importante ter formação para a deficiência e neste caso da PC para trabalhar com estes alunos? Que formação seria necessária, e precisaria?

E: Vamos falar da organização do trabalho comum entre professores, em relação a este (a) aluno (a). Existe algum planeamento ou estratégia comum em relação ao ensino deste aluno com PC?

E: [Sim] Como é feita? [Não] Porquê?

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

E: A nível da escola. O (a) aluno (a) com PC participa nas atividades da escola?

E: [Sim] Como é feita?

E: O que é que facilita e dificulta?

E: [Não] Porquê?

E: Falemos agora da família do (a) aluno (a). O que é que sabe desta família?

E: Que meios materiais, tecnológicos e culturais possuem?

E: Ajudam e colaboram no desenvolvimento escolar do aluno?

E: (Sim). Como?

E: (Não) Porquê?

E: Que dificuldades existem na colaboração com a escola? Como a Caracteriza?

E: Qual é o papel da escola no apoio à família do aluno (a)?

E: Falemos agora de inclusão Escolar. O significa para si a inclusão escolar em conta o seu aluno?

E: Como docente da Educação Especial aplica a legislação que defende os direitos destes alunos. Que medidas são mais necessárias para o seu aluno e outros com Paralisia cerebral?

E: O seu aluno tem acesso a estes meios? Que problemas, meios e medidas existem ao seu dispor?

E: Falemos de acessibilidades. Como docente tem na sala de aula e na escola os meios técnicos para um aluno com PC, e outras deficiências semelhantes?

E: Que meios tem ao seu dispor?

E: Que meios técnicos necessita o seu aluno com PC?

E: Que meios o aluno tem para comunicar?

E: Teve ou sabe utilizar estes equipamentos?

E: Na ausência destes meios, que estratégias de ensino utiliza?

E: Vamos fala agora de barreiras arquitetônicas. O que sabe sobre o tema?

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

E: Qual é a situação desta escola, face a estas barreiras, tendo em conta um aluno que se desloque de cadeira de rodas?

E: Vamos falar de outras barreiras, as sociais. Como professor o que é sente e pensa perante o seu aluno e a sua família?

E: Qual é o impacto de um aluno com PC no funcionamento de uma turma?

E: Os professores e técnicos estão preparados para lidar com a deficiência?

E: Quais são as suas principais dificuldades?

E: Agora para terminarmos gostaria que me dissesse quais são as expectativas que tem em relação aos alunos com PC. Considera que a PC é impeditiva de fazer uma vida normal?

E: Gostaria muito de lhe agradecer pela sua contribuição à minha pesquisa. Obrigada!

Condução de uma Entrevista- Pais

Entrevista nº

Data:

Hora:

Duração:

Local:

Gênero:

Parentesco:

Profissão:

E: Boa tarde. O meu nome é Cleoneide e sou aluna da Escola Superior de Educação João de Deus em Lisboa do curso de Mestrado em Ciências da Educação na modalidade de Educação Especial Domínio Cognitivo e Motor. Estou a fazer a minha Dissertação de Mestrado sobre a inclusão do aluno com Paralisia Cerebral em ambiente escolar. Estou a solicitar a vossa colaboração neste meu trabalho académico, participando nesta entrevista, respondendo a algumas perguntas. Garantimos o anonimato e confidencialidade das suas respostas, eliminando todos os elementos que a possam identificar, os dados serão utilizados para fins científicos. Se por qualquer motivo desejar que algum aspecto da entrevista seja retirado, basta solicitar. Com a sua participação, ajudará à melhor compreensão da inclusão escolar do aluno, como mãe de aluno (a) que tem Paralisia Cerebral, poderá ajudar na formação de técnicos e professores assim como ajudar estes alunos e as suas famílias. Vou-lhe fazer algumas perguntas as primeiras são usuais neste tipo de trabalhos.

E: Que idade tem?

E: Estado Civil?

E: Localidade ou cidade de residência?

E: Qual é a sua escolaridade?

E: Quantidade de filhos?

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

E: Quantas pessoas vivem na casa?

E: Fale-me um pouco sobre a sua família.

E: Como é composta a família?

E: Existem mais pessoas com deficiência na família?

E: Fale-me do seu filho (a) com Paralisia Cerebral

E: Conte-me sua experiência como mãe de um/a filho (a) com Paralisia Cerebral. Quais foram as suas dificuldades?

E: Como reagiu quando soube que filho (a), tinha PC?

E: Qual foi o impacto da notícia na vida familiar?

E: Sentiu-se apoiado (a) e assistido (a) pela família e também pela equipe de saúde? Quem a tem ajudado?

E: Tiveram que fazer adaptações na rotina familiar? Teve que deixar de trabalhar fora?

E: Quais foram as causas da Paralisia Cerebral?

E: Como mãe quais são as potencialidades e as dificuldades da sua filha com Paralisia Cerebral?

E: Qual a severidade da PC? Possui perturbação do comportamento?

E: Tem algum problema de alimentação?

E: Toma alguma medicação?

E: Que acompanhamentos tem tido, e que tem dificuldades tem para consegui-los?

E: Em relação à saúde do seu filho (a), considera que tem o acompanhamento necessário?

E: Que apoios sociais tem?

E: Que equipamentos seu/sua filho (a) tem e precisa?

E: E como os conseguiu?

E: E porque não os tem?

E: O seu filho (a), faz uso de cadeira de rodas?

E: Como é que obteve a cadeira de rodas?

E: Sei sua filha necessita de equipamentos para se comunicar? Que equipamentos é que tem para se comunicar com sua filha e como ela se comunicar com as outras pessoas?

E: Há quanto tempo os tem?

E: Estão em bom estado? Como os adquiriu?

E: Fale-me da vida escolar do seu/sua filho (a). Como tem sido a sua trajetória escolar ao longo da sua vida?

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

E: Que problemas teve?

E: Sempre bem foi acolhida na escola?

E: Como é a relação com os professores, com os alunos?

E: E a escola onde sua está hoje, qual a sua impressão desta escola?

E: A escola tem atendido as suas expectativas em relação a aprendizagem do seu filho (a)?

E: Qual é a relação do seu filho com a escola? O que dizem os docentes, auxiliares sobre o progresso escolar do seu/sua filho (a)?

E: Que equipamentos que tem a escola para acompanhar a seu/sua filho (a), são suficientes, estão atualizados?

E: Considera que esta escola onde sua filha estuda é inclusiva? Esta escola promove a inclusão?

E: (Sim) Como?

E: (Não) Porquê? (O que falta)?

E: O que é sabe sobre a turma da sua filha? Os professores adaptam o material para a seu/sua filho (a)?

E: O que seu filho (a) lhe diz que gosta mais de fazer na escola?

E: O seu filho (a) se sentem incluída (o) na escola?

E: Qual é relação dos professores com seu filho (a)?

E: Que atividades é que sua filha participa na escola?

E: Quais os apoios que tem na escola? .

E: Que apoios é que a escola lhe oferece enquanto mãe de um aluno (a) que PC?

E: Como mãe quais são as principais dificuldades sentidas no desenvolvimento escolar do seu filho (a)?

E: Falemos de acessibilidades. Como é que o seu filho (a) se desloca para a escola?

E: Os transportes são acessíveis?

E: E na escola como é que é? Considera que está acessível está para a seu filho (a)

E: Alguma vez sentiu que seu filho (a) foi discriminado (a) na escola por motivo da sua deficiência?

E: Quais são os problemas que o seu filho (a) tem enfrentado no dia a dia na escola e fora dela?

E: Todos nós temos direitos e deveres a serem cumpridos. Tem conhecimento dos direitos do seu filho (a), perante a legislação brasileira?

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

E: Tomando o exemplo do seu/sua filho (a) quais são as maiores dificuldades da pessoa com Paralisia Cerebral?

E: Quais expectativas tem em relação ao futuro do seu/sua filho (a)? E outras pessoas como ele (a)? Considera que PC dificulta o seu crescimento pessoal e profissional?

E-Gostaria muito de lhe agradecer pela sua contribuição à minha pesquisa. Obrigada!

PROJETO DE INCLUSÃO ESCOLAR

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar significa a garantia do direito de todos de aprender por meio do acesso à escola, independente, de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. A Educação Inclusiva, enquanto conceito e proposta institucional, teve avanços significativos ao longo dos anos 90 do século XX, provocados por dois movimentos importantes, a saber: a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, Tailândia, em 1990 e a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em 1994, em Salamanca, Espanha, de onde se originou o documento “Declaração de Salamanca”.

Assim, o princípio de inclusão parte dos direitos de todos à Educação, independentemente das diferenças individuais – inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), na Lei Estadual 15.487/2015, regulamentada pelo DECRETO Nº 46.540, de 28 de setembro de 2018, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no Estado de Pernambuco, como também a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de 2008. Assim, considerando o estabelece a LDB, no seu artigo 59:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Respalhada nos amparos legais, cada vez mais a escola vem abrindo suas portas às crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, na perspectiva de garantir o que determina o artigo 208 da Constituição Federal a respeito do dever do Estado que deve ofertar "atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino". Esse direito dos estudantes, muitas vezes, esbarra em alguns percalços da educação que é a necessidade de um quadro de profissionais qualificados para o atendimento a essa demanda, considerando que a legislação também obriga as escolas a terem professores de ensino regular preparados para o trabalho de integração desses alunos com necessidades

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

especiais às classes regulares. Além disso, observa-se que nem todos os estudantes que manifestam algum tipo de deficiência ou dificuldade comportamental e/ou de aprendizado apresentam diagnóstico ou um laudo médico. Essa realidade nos convida a repensar as práticas pedagógicas e de acolhida aos estudantes.

Conscientes de que a escola não dispõe de uma equipe multidisciplinar, é preciso desenvolver junto à comunidade escolar ações de confiabilidade e de inclusão escolar a partir da acolhida e do redimensionamento de práticas pedagógicas que busquem orientar a família a providenciar junto aos Crás e aos Postos de Saúde, um diagnóstico a fim de respaldar as práticas pedagógicas e o atendimento educacional especializado, quando necessário. Porém, a ausência de um diagnóstico não pode nem deve impedir o atendimento a esses jovens que apresentam alguma necessidade educacional. Esse olhar parte de uma ação pedagógica que busca compreender o todo e as partes, perspectivando oportunizar a todos a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades cognitivas. Frente a esse trabalho que busca incluir todos no processo de aprendizagem, a orientação à família cabe à coordenação pedagógica e gestão escolar que deve(m) buscar parceria junto à família, solicitando dos responsáveis, quando não houver, um diagnóstico ou avaliação multidisciplinar ou neuropsicológica do (a) aluno (a) a fim de que a escola possa contribuir, de forma mais significativa, com a formação integral desses estudantes.

O fortalecimento desse trabalho educativo de inclusão vai se aprimorando gradativamente, na medida em que a comunidade educativa, no processo, vai avaliando as ações, identificando as falhas e ajustando as rotinas, adequando as ações à realidade do contexto escolar, contemplando, assim, toda a diversidade e as peculiaridades de cada um(a), na perspectiva de garantir o acesso à escola e o direito de todos à aprendizagem com qualidade social.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Fortalecer o processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, matriculados na [REDACTED]

Objetivos específicos

- ❖ Oferecer oportunidades e condições que estimulem a percepção de si e do outro;
- ❖ Refletir sobre a importância do respeito mútuo nos diversos contextos vivenciados pelos alunos;
- ❖ Favorecer o relacionamento interpessoal, com ações e atitudes positivas;
- ❖ Oportunizar a participação de todos os estudantes nos jogos interclasses, na gincana cultural, nos projetos pedagógicos e nas atividades educativas em geral;
- ❖ Exibir filmes, documentários e vídeos que oportunizem a reflexão e o debate sobre a inclusão, e temas, tais como, *bullying* e diversidade.

PÚBLICO ALVO

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Nosso público alvo é formado pelos alunos da nossa escola, pois compreendemos que cada um carrega consigo suas necessidades, limitações e potencialidades. Nesse sentido, vale destacar que a maioria dos nossos estudantes reside no próprio [REDACTED]. Os pais, na sua maioria, são trabalhadores rurais, com pouca instrução educacional, incluindo as mães que trabalham na colheita da manga e da uva, com renda média de um salário mínimo ao mês. Nesse contexto, os menores ficam sós em casa, ou na companhia de outros parentes, o que compromete o acompanhamento da vida escolar e o projeto de vida e o processo de inclusão escolar. Muitas vezes são criados somente pela mãe, que assume todas as responsabilidades. Os estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais com ou sem diagnóstico são encaminhados para o atendimento na sala do AEE, no contraturno, mas, normalmente, são crianças e jovens que interagem e participam das atividades educativas, dos projetos pedagógicos. Para atender a toda a diversidade de gêneros, cultura e saberes, nosso foco do processo ensino-aprendizagem está no desenvolvimento pleno do ser, por meio dos quatro pilares: aprender a SER, aprender a CONHECER, aprender a FAZER e aprender a CONVIVER, valorizando a potencialidade de cada um e respeitando os limites e os ritmos dessa aprendizagem.

Assim, destacamos algumas ações prioritárias de acolhimento:

- Apresentação dos espaços escolares, no início do ano letivo, para os novos estudantes, em especial, os alunos do 6º ano;
- Acolhida aos estudantes com a palavra da gestão escolar sobre os valores, o respeito e o espaço de inclusão escolar;
- Planejamento das duas primeiras semanas de aula dedicadas ao conhecimento e diagnóstico dos alunos para futuras intervenções pedagógicas;
- Entrevistas com alunos que manifestam alguma necessidade educacional especial e, se necessário, entrevista com pais/responsáveis para orientações necessárias;
- Fortalecimento da parceria escola/família a partir de reuniões, plantões pedagógicos e diálogos entre coordenação pedagógica e família.

Na perspectiva, de melhor atender a demanda de alunos com necessidades educacionais especiais, a Gerência de Políticas Educacionais em Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Cidadania- GEIDH especifica o público-alvo da educação especial: aqueles com deficiência física, intelectual ou sensorial; aqueles com Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação, ressaltando, porém, que o conceito de inclusão deve ser compreendido como o acolhimento de todas as pessoas, independente de suas especificidades, aos espaços e serviços que quiserem ou necessitarem.

Deficiência Auditiva/surdez

Surdo – as pessoas que têm surdez severa ou profunda.

Surdocego – uma definição funcional refere a uma perda substancial da visão e da audição.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Deficientes Auditivos—apresentam perda auditiva leve à moderada, que não se consideram totalmente surda.

As pessoas surdas ou deficientes auditivas preferencialmente, comunicam-se utilizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Deficiência visual/Cegueira ou Baixa visão.

Cegueira se caracteriza quando a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão se caracteriza quando a acuidade visual se situa entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Deficiência Física

Deficiência física caracteriza-se pela alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Altas Habilidades/ Superdotação

Altas Habilidades/Superdotação são aqueles que apresentam habilidade superior em diferentes áreas. Formam um grupo heterogêneo, com características diferentes e habilidades diversificadas; diferem uns dos outros também por seus interesses, estilos de aprendizagem, níveis de motivação e de autoconceito, características de personalidade e principalmente por suas necessidades educacionais. (MEC, 2007)

Os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação podem apresentar grande facilidade de aprendizagem, levando-os a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. A Superdotação é o resultado da interação de três fatores: habilidade acima da média, envolvimento com a tarefa e criatividade.

Transtorno Global do Desenvolvimento/ TGD

Transtornos Globais do Desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo os estudantes com Autismo Clássico, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtornos Desintegrativo da Infância/Psicose Infantil e Transtornos sem outras especificações.

Deficiência Intelectual- DI

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS-SRM

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais disponibiliza equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas e a oferta do atendimento educacional especializado - AEE. As salas são tipo I e de tipo II.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

A [REDACTED] possui uma sala de Recurso Multifuncional tipo I, que de acordo os equipamentos, mobiliários e materiais didático /pedagógico, está incompleta, visto que não se tem para trabalhar os materiais que são específicos da sala tipo I. Mas a sala de é ampla e climatizada, onde os professores encaminhados pela GRE realizam o atendimento educacional especializado (AEE), favorecendo a inclusão escolar e contribuindo para o desenvolvimento das habilidades sócio-cognitivas e afetivas dos nossos estudantes. Neste ambiente, os estudantes dispõem de 02 mesas, cadeiras, 02 computadores, 01 impressora, embora sem funcionalidade pela falta de toner, 04 armários, 01 armário para arquivo. Quanto ao material pedagógico, os estudantes dispõem de jogos (dominó da alfabetização e da matemática, dominó em Braille, jogo da memória em libras), material dourado, material em libras, ábaco, lupa eletrônica, teclado colmeia. Além disso, a sala possui uma ambiência que favorece a aprendizagem, a saber: mural de produções e o cantinho da leitura. Assim, as salas multifuncionais complementam ou suplementam a aprendizagem dos nossos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, um espaço pedagógico tocado pelo calor humano e pelo afeto e dedicação nas nossas educadoras do AEE que acolhem com humanidade e ensinam com a sabedoria de grandes mestres.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

PESSOAL HABILITADO

No artigo 59, inciso III, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional determina o seguinte perfil para os docentes:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Nesse sentido, o quadro de professores [REDACTED] é formado por professores efetivos e contratos temporários, habilitados nas diversas áreas do conhecimento, graduados e, a grande maioria, com pós-graduação.

Na sala de AEE, duas professores fazem o atendimento aos nossos estudantes, uma no turno da manhã e outra no turno da tarde. Quanto à formação acadêmica, uma é graduada em Letras Português/Inglês, possui duas pós-graduações, uma em Psicopedagogia e outra em Educação Especial e Inclusiva; a outra, graduada em Pedagogia e também possui duas pós-graduações em Gestão de Recursos Humanos, Psicopedagoga Institucional [REDACTED]

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

██████████. Ambas profissionais possuem uma vasta experiência no trabalho com a Educação Inclusiva.

Dessa forma, acreditamos que os professores possuem qualificação profissional para desenvolverem a política de inclusão escolar, com capacidade pedagógica para realizarem a inclusão dos nossos estudantes nas classes regulares.

PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS E METODOLÓGICOS

A ██████████ compreende que a inclusão não se restringe ao aluno com deficiência ou aquelas com necessidades educacionais especiais, mas atinge todos os alunos, em sua diversidade de habilidades e dificuldades, pois a diversidade humana requer intervenções educacionais individualizadas. Sendo assim, as adaptações pedagógicas constituem direitos do aluno com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento sempre que se fazem necessárias, e estas adaptações se tornam obrigatórias, principalmente, por meio da igualdade de oportunidades preconizadas na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que tem a equivalência de Emenda Constitucional.

A Convenção em questão garante ao aluno com deficiência e ou transtornos globais do desenvolvimento o pleno acesso a educação em sistemas inclusivos e em todas as etapas do ensino, e para que o acesso seja efetivado, sempre que necessário às adaptações pedagógicas devem ser realizadas, seja para o dia a dia da escola, para os trabalhos de casa e para as avaliações, o que pode incluir, inclusive, recursos como o da prova oral e outras formas de avaliação.

Nesse sentido, é necessário manter um currículo escolar flexível e adequá-lo, sempre que necessário, a fim de atender às necessidades de aprendizagem dos nossos estudantes, propiciando, quando possível, materiais adaptados, jogos pedagógicos, uso de imagens e fotos, esquemas, signos visuais e redimensionamento das práticas pedagógicas, na perspectiva de incluir todos no processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, destacamos algumas estratégias pedagógicas que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades dos alunos com necessidades educacionais especiais:

- Teoria e prática, priorizando a demonstração do conteúdo na prática;
- Uso de recursos midiáticos, imagens, fotos e aulas práticas ;
- Realização de atividades que exijam respostas curtas;
- Flexibilizar o tempo pedagógico;
- Utilização de uma linguagem mais acessível;
- Utilização de atividades pedagógicas de acordo com os diversos níveis e padrões de aprendizagens;
- Utilizar, sempre que possível, o desenho, a imagem nas explicações dos conteúdos;
- Não se estender muito nas explicações orais;
- Escrever resumos explicativos, sempre que possível;

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

- Nos trabalhos em grupo, incluir os estudantes com necessidades especiais em equipes que possam respeitar a participação deles e os ritmos;
- Solicitar, sempre que possível, a participação nas aulas e nas atividades dos alunos com necessidades especiais, fracionando as perguntas, de modo que sejam capazes de responder e se sintam capazes.

CRITÉRIOS AVALIATIVOS

Assim como o processo pedagógico deve ser flexibilizado e adaptado a fim de atender melhor às necessidades educacionais dos nossos estudantes, as avaliações também como fazem parte desse processo pedagógico devem considerar a deficiência apresentada pelo aluno, evitando generalizações por deficiência (por exemplo, nem todos os cegos utilizam Braille e nem todos os surdos usam Libras), considerando, sobretudo, o que determina a LDB:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

Deste modo, conforme o que estabelece a lei, cada estudante é único, com suas especificidades e necessidades. Portanto, nossa escola foca em algumas estratégias que buscam minimizar as barreiras no processo de ensino e aprendizagem, incorporando-as, na medida do possível, ao dia a dia das atividades escolares e não somente na data de aplicação de provas ou testes:

- Leitura dos testes para os alunos;
- Explicações diretas de várias maneiras;
- Tempo extra para realização das provas;
- Intervalos nas sessões das provas;
- Auxílio ou equipamento adaptativo;
- Orientação para o aluno por meio de sinalização;
- Respostas ditadas para um assistente;
- Realização da prova em um local tranquilo;
- Realização da prova em vários dias.

Opções para facilitar o acesso dos alunos à aprendizagem:

- Usar “dicas” variadas;
- Aplicar provas orais / verbais e escritos;
- Usar a demonstração prática;
- Usar gravuras;
- Fazer atividades que exijam respostas curtas;
- Realizar atividades com respostas de múltipla escolha;
- Estender a duração do tempo pedagógico;
- Flexibilizar o tempo pedagógico;
- Dar as instruções em passos separados (escritas/sinalizadas/verbais);
- Usar apoio escrito para as instruções orais;
- Baixar o nível de dificuldade;
- Reduzir as instruções;

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

- Reduzir as tarefas com lápis e papel;
- Ler as instruções para os alunos;
- Dar sugestões ou “dicas” extras;
- Dar sugestões ou “dicas” extras;
- Adaptar as folhas de teste.
- Adaptar as avaliações de acordo com a deficiência do aluno (a).

Além disso, orientamos aos professores de salas regulares que possuem alunos inclusos que apresentem deficiência intelectual (sem generalização, pois entendemos que cada caso necessita de um parecer diferenciado) ou com autismo, que as avaliações desses estudantes devem ter material de apoio, tais como, imagens e esquemas próprios, pois podem facilitar a construção de conceitos, conscientizando-os também que a avaliação deve ser acompanhada pelo professor da turma ou da sala de AEE, considerando a necessidade do educando e o seu desempenho.

Ressaltamos, ainda, que os professores podem lançar mão da utilização de recursos de baixa e de alta tecnologia para ampliar ou substituir a possibilidade da escrita na resolução das questões das provas, com alunos com deficiência física e outras deficiências ou transtornos, tais como:

- Uso de computador;
- Uso de auxiliar (pessoa que fará as anotações escritas para o aluno);
- Uso de opções de múltipla-escolha;
- Uso de letras móveis, palavras e frases, numerais, símbolos ou sinais previamente recortados para colagem em lacunas.

Nesse contexto, compreendemos que avaliar os alunos com necessidades educacionais especiais ainda é um desafio a ser superado pelos professores, considerando que cada estudante apresenta uma necessidade específica e as turmas apresentam uma grande diversidade de ritmos e de aprendizagens. Por esse motivo, buscamos cada vez mais entender, acolher e avaliar nossos alunos de forma a atender cada aluno (a) incluso na sua especificidade na perspectiva de oportunizar o crescimento intelectual e o desenvolvimento das habilidades sócio-cognitivas e afetivas. Para isso, as professoras de AEE subsidiam com relatórios das dificuldades de cada aluno (a) e esclarecendo a melhor maneira de avaliá-los a fim de incluí-los no processo de aprendizagem com responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito de aprender começa a partir do acesso à escola e a permanência implica sucesso na qualidade da aprendizagem o que significa oportunizar, independentemente, das individualidades, necessidades e ritmos as condições de aprender. Isso leva o professor a refletir nas suas práticas de ensino e ficar atento à gama de diversidade em sala de aula o que lhe convida a criar novas estratégias que possibilitem incluir todos no processo da aprendizagem.

Nesse sentido, não podemos negar que todos são capazes de aprender, porém esse processo é individual e o professor deve estar atento para as necessidades dos alunos. Assim, estudantes com deficiência

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

visual e auditiva desenvolvem a linguagem e pensamento conceitual. Alunos com deficiência intelectual podem enfrentar mais dificuldade no processo de alfabetização, mas são capazes de desenvolver a oralidade e reconhecer sinais gráficos. É importante valorizar a diversidade e estimular esses estudantes a apresentar seu melhor desempenho, sem se preocupar com comparações e oportunizar formas, ritmos e critérios diversificados. E assim, acreditamos que estaremos caminhando em busca de uma inclusão escolar cada vez mais comprometida com as pessoas, considerando suas limitações e potencialidades.

O principal foco não deve ser a deficiência, mas sim desenvolvimento da autonomia e potencialidades do aluno. E assim, se constrói um caminho rumo a uma inclusão escolar cada vez mais comprometida com as pessoas, considerando suas limitações e capacidades. Deste modo, o importante é perceber que cada aluno é único, com suas especificidades e necessidades. E que a escola deve ser compreendida como um ambiente de acolhimento para todas as pessoas, independentemente de suas particularidades, onde as diferenças não sejam motivo de exclusão, mas sim de inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica. Secretaria de Educação Especial. MEC, 2001.

Governo do Estado de Pernambuco. Decreto Estadual nº 46.540/2018.

_____, GERÊNCIA DE POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. Disponível no site: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=179>>, acessado em Abr. 2019.

_____, Lei Estadual nº 15. 487/2015.

_____, Resolução CEE/PE nº 03/2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 15 abr. 2019.

ALGUNS DESTAQUES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE PESQUISADA.

1 – INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico da [REDACTED] contempla em sua reconstrução uma característica marcante. Destina-se a ser a primeira apresentação fotográfica dos pressupostos filosóficos da Unidade Escolar, esclarecendo os direcionamentos nas leis nacionais voltadas para formação dos estudantes no que diz respeito à concepção de ser humano, da sociedade e da compreensão de Educação.

Assim, partindo de um diagnóstico pedagógico e administrativo, este documento contém os primeiros dados que visam nortear toda a prática pedagógica e ação educativa da escola. Foi elaborado com a participação dos professores, servidores, representantes dos pais e/responsáveis, Conselho Escolar e com um número de informações coletadas na comunidade e em consonância com o Regimento e o Plano de Gestão. Contém principalmente posicionamentos e reflexões atuais, com relação ao que queremos construir, traçando os possíveis caminhos para concretização de sua meta principal, numa transformação do espaço para a construção do conhecimento científico e dos valores humanos; sendo que o grande desafio deste projeto é a educação de uma comunidade heterogênea que busca à escola como meio de ascensão social e cultural. A [REDACTED] procura inserir em seu currículo a participação democrática tendo em vista finalmente um ambiente que integre família e escola para uma formação cidadã.

Neste contexto, esta instituição de ensino almeja formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade. Busca eleger como objeto de ensino todo conteúdo que, em consonância com as questões sociais marcantes em cada momento histórico, considera aprendizagem e assimilação essenciais para os alunos poderem exercer seus direitos e deveres. Assim, reconhece-se que a escola tem a função de intervir efetivamente para promover o desenvolvimento e a socialização de seus alunos na perspectiva de contribuir com o enfrentamento e solução de grandes desafios; através do seu Projeto Político Pedagógico para o ano de 2020.

3 – EIXOS NORTEADORES DA ESCOLA

A [REDACTED], inserida numa sociedade que se transforma e evolui com base na informação, leva o educando a ter consciência do processo social em que está inserido, desafiando-o a assumir uma postura política – na qual, ao mesmo tempo em que se percebem as injustiças sociais, propõem-se alternativas baseadas na valorização do conhecimento e da formação de habilidades e atitudes favoráveis ao cidadão ético, equilibrado e produtivo. Assim, tem como eixo principal formar este cidadão participativo, privilegiando-se o espaço democrático dentro da sociedade contemporânea. Objetiva discutir suas questões, possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico, trazer as informações e contextualizá-las, oferecer caminhos para o aluno buscar mais conhecimento, além de ser um espaço de sociabilidade dos jovens e adolescentes para a difusão sócio-cultural.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Norteador por esta visão, este Projeto Político Pedagógico propõe uma escola estruturada na liberdade de pensamento, que trabalhe e respeite a individualidade do aluno, para que possa ele, efetivamente, construir sua autonomia e que saiba agir com a responsabilidade necessária ao convívio social.

Tendo em vista essa ampla responsabilidade da escola, no atual contexto social, econômico-cultural, científico, tecnológico e de desenvolvimento do conhecimento sobre o processo educativo, a escola redireciona seus conceitos no que se refere ao conhecimento, buscando novos caminhos para a formação da cidadania do estudante.

Ressalta-se, ainda, que o conhecimento humano adquire diferentes formas como: senso comum, científico e tecnológico, pressupondo diferentes concepções, muitas vezes antagônicas que o indivíduo tem sobre si, sobre o mundo e sobre o conhecimento.

O conhecimento pressupõe as concepções de homem, de mundo e das condições sociais que o geram configurando as dinâmicas histórias que representam as necessidades do homem a cada momento, implicando necessariamente nova forma de ver a realidade, novo modo de atuação para obtenção do conhecimento, mudando portanto a forma de interferir na realidade.

Desta forma, o conhecimento escolar torna-se dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos alunos. Assim, o ato de conhecer representa um caminho privilegiado para a compreensão da realidade; o conhecimento sozinho não transforma a realidade. O que transforma a realidade é a conversão do conhecimento em ação.

Nesta perspectiva, o ensino da [REDACTED] procura discutir e sistematizar o processo de organização das condições para uma significativa aprendizagem, apoia-se na teoria de aprendizagem Vigotskiana, na qual o aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida do ser humano.

Para Vigotsky, há entre esses dois processos (aprendizagem e desenvolvimento) uma unidade, mas não uma coincidência. Ele afirma que o processo de desenvolvimento progride de forma mais lenta e atrás do processo de aprendizagem. No momento de assimilação ou domínio do conhecimento, o desenvolvimento é considerado como uma consequência da aprendizagem com que o sujeito é confrontado. Seu estudo passa necessariamente, pela análise de situações sociais que favorecem ao sujeito construir seu meio físico pois, numa abordagem sócio-construtivista, o desenvolvimento cognitivo envolve as interações sujeito-objeto-contexto social.

Assim, o funcionamento cognitivo superior considerado por Vigotsky está ligado às relações sociais pelas transformações do processo interpessoal para o intrapessoal. Nessa teoria, o desenvolvimento resulta na zona de desenvolvimento proximal (ZDP).

ZDP compreende a diferença entre o desenvolvimento efetivo e o desenvolvimento potencial. No desenvolvimento efetivo, o sujeito consegue resolver problemas sozinho, sem qualquer auxílio de outra pessoa ou mediadores externos. No desenvolvimento potencial, o sujeito torna-se capaz de resolver problemas, mas

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

com o auxílio de outras pessoas ou instrumentos mediadores externos tais como um professor, pais, colegas etc.

Conforme Vigotsky, a função da mediação social nas relações entre indivíduo e o seu meio ocorre através de ferramenta (mediação ferramenta), e na atividade física intrapessoal é feita através de sinais (mediação sinais) (Oliveira, 1993).

A atividade humana deve ser socialmente mediatizada considerando a atividade exterior que envolve as relações do homem com a natureza, ou de atividade interior que trata da atividade física. Essas atividades são socialmente mediatizadas ou instrumentadas e transformadas por ferramentas socialmente elaboradas.

De acordo com Vigostky, o homem não age direto sobre a natureza. Ele faz uso de dois tipos de instrumentos em função do tipo de atividade que o torna possível, considerando o mais simples instrumento de mediação por “ferramenta” que são elaboradas por gerações anteriores. Elas atuam sobre o estímulo, modificando-o.

Outro tipo de instrumento mediador são os “sinais” ou símbolos, que medeiam as ações do sujeito. O sistema de sinais mais comum é a linguagem falada. O sinal modifica o sujeito que dele faz uso como mediador. O sinal atua sobre a interação do sujeito com o seu meio, assim ele muda o sujeito e o sujeito muda o objeto.

Neste contexto, o professor tem como função orientar de forma ativa e servir de guia para o aluno, de forma a oferecer apoio cognitivo, devendo ser capaz de ajudá-lo a entender um determinado assunto e, ao mesmo tempo, relacioná-lo ao conteúdo com experiências pessoais e o contexto no qual o conhecimento será aplicado. Ele deve também interferir na zona de desenvolvimento proximal de cada estudante, provocando avanços não ocorridos espontaneamente este aluno.

A intervenção por parte do professor é de suma relevância para o desenvolvimento do discente, através de diversas atividades. Ele deve intervir, questionando as respostas do aluno, para observar como a interferência de outro sujeito atinge no seu desenvolvimento e observar os processos psicológicos em transformação e não apenas os resultados do desempenho do aluno.

É neste sentido que o Projeto Político Pedagógico da [REDACTED] direciona sua prática pedagógica, tendo seu aluno como construtor de seu aprendizado, de seu conhecimento, sujeito ativo, e o professor como seu mediador, respeitando as diversidades, interesses e necessidades da sua clientela.

MARCO REFERENCIAL

O marco referencial firma-se em princípios educacionais focados em viabilizar ao educando o ensino público de qualidade, garantindo o acesso e a permanência por meio de uma educação inclusiva e de resgate social e cultural.

A visão de mundo pauta-se nos aspectos positivos da globalização e dos avanços tecnológicos. A visão de conhecimento fundamenta uma educação com qualidade na preparação para o mercado de trabalho e transformadora. A visão social idealiza uma sociedade solidária, justa e inclusiva.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

A visão de escola autônoma, dinâmica e participativa encara também os aspectos negativos a enfrentar e superar como a violência e o desemprego, a desvalorização profissional, o analfabetismo, a desvalorização dos valores éticos e morais, além do grande número de alunos com distorção idade-série. **Pontua-se o diálogo sobre valores envolvendo os atores do processo ensino-aprendizagem:**

Valores	Escola	Professor	Aluno
1 – Inclusiva	Reconhecer na diferença humana a sua maior riqueza	Receber e acompanhar os alunos, respeitando suas diferenças	Incluir-se nas séries mediante o raciocínio lógico; respeitando – se suas dificuldades
2 – Interveniente e Solidária	Atentar à sua comunidade e ao mundo, intervindo-se ativamente para um mundo melhor	Interagir com a realidade social da comunidade escolar, fazendo uma inter – relação de conteúdos ou problemas que surjam numa perspectiva de intervenção salutar	“Vestir” a camisa da escola e estar socialmente inter – relacionado ajudando para melhorar a escola
3-Cidadã	Capaz de se organizar pelos valores do diálogo, da tolerância, da democracia, liberdade, justiça, ética e cidadania	Formar cidadãos capazes de mostrar respeito pelo seu próximo através do diálogo, da justiça, da tolerância, do ato democrático e dos valores éticos.	Estar aberto ao diálogo e participação para que sejam formados estes valores indispensáveis ao seu desenvolvimento social.
4 – Uma Escola para a mudança	Acreditando no futuro, aceitar a si e aos outros como são, e face a diversidade procura atingir uma comunidade otimista, confiante, alegre, competente.	Estar voltado não tão somente para medir, classificar, mas para uma mudança de comportamento.	Demonstrar sua mudança através de posturas íntegras e solidárias.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

5 – Escola Afetiva	Os laços afetivos, atento ao próximo, em que cada um se sinta relevante e valorizado naquilo que pode ser útil.	Demonstrar perante funcionários, afetividade e respeito mútuo a alunos.	Sentir-se aconchegado na escola, demonstrando perante colegas, funcionários e professores, respeito e valorização.
---------------------------	---	---	--

– DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA ESCOLA

Numa visão pedagógica, esta escola se pauta numa escolarização de qualidade, dando oportunidade de acesso e permanência aos alunos; e apesar das dificuldades, acredita e trabalha para a formação de cidadãos críticos, responsáveis e participativos na sociedade. Fundamenta-se nos seguintes pressupostos:

TECNOLOGIA

A escola possui um Laboratório de Informática com 18 computadores, usados principalmente em cursos dos Programas Mais Educação e, Escola Aberta; além de utilizado por alunos em pesquisas no contra turno. Possui também um laboratório de Ciências e Matemática, com uma gama enorme de equipamentos para aulas práticas e/ou experimentais.

BIBLIOTECA

Há um esforço da Equipe Gestora e Pedagógico-Administrativa para manter a Biblioteca em uso constante; apesar da lacuna de um profissional em biblioteconomia – o que não viabiliza o seu uso contínuo e otimizado. A Biblioteca possui um acervo de livros paradidáticos e de pesquisas, periódicos além de DVDs, CDs, mapas e cartazes, estimulando o hábito da leitura e orientando para a importância da pesquisa.

PROFESSOR

- Professores graduados e pós-graduados;
- Formação para os professores;
- Realização de Projetos Pedagógicos com temas atuais;

PARCERIA ESCOLA-FAMÍLIA

Busca-se manter a parceria escola-família, pois acreditamos que o sucesso escolar do nosso aluno dar-se-á através deste contexto. A escola possui um público de pais trabalhadores, mas que não se omitem; quando são convocados comparecem e participam.

OBJETIVO EDUCACIONAL GERAL

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

De acordo com o Art. 2º da LDB/9.394/96:

“A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

CONTEÚDOS

Os conteúdos de cada disciplina anos e/ou série são organizados de forma sequencial, através das OTM – Orientações Teórico-Metodológicas, BCC – Base Curricular Comum, e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, sendo estes, Conceituais, Procedimentais, Atitudinais e Factuais.

METODOLOGIA

A metodologia de trabalho consiste na vivência dos conteúdos, através de uma perspectiva de interdisciplinaridade e contextualização, tendo o aluno como participante na construção do conhecimento científico e dos valores humano.

PLANEJAMENTO

De forma sistemática e contínua, anual, mensal e semanal, realizando-se coletivamente, visando sempre às sequências didáticas. Diariamente, os profissionais da educação planejam suas ações, visando o alcance do objetivo comum.

ORIENTAÇÃO RELIGIOSA E EDUCAÇÃO FÍSICA

A Orientação Religiosa dar-se de acordo com as Matrizes Curriculares conforme a Lei Federal LDB Nº 9394/96, sendo que a Disciplina Ensino Religioso dar-se em forma de Seminários - fora do horário de aula; de oferta obrigatória para a escola e facultativa para o aluno. A Disciplina Educação Física é vivenciada fora do horário regular da aula, exceto para os alunos de Educação Especial e EJA (1º segmento)

CURRÍCULO

As propostas curriculares são voltadas para as relações com a comunidade local, regional e planetária, visando à interação entre a educação fundamental e a vida cidadã, através dos conhecimentos da Base Comum e da Parte Diversificada, fundamentada na proposta das Diretrizes de Educação Básica.

ADMINISTRAÇÃO

A [REDACTED] se pauta numa escolarização de QUALIDADE, buscando assegurar o ACESSO e a PERMANÊNCIA dos alunos. Apesar de muitos obstáculos, acredita e trabalha para a formação de cidadãos críticos, responsáveis e participativos na sociedade, assumindo a responsabilidade de administrar 56 funcionários, 1.200 alunos matriculados no ano de 2020; gerenciando:

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

- Matrículas de alunos em idade escolar e fora da faixa etária, assegurando a matrícula da criança com necessidades especiais;
- Implantação do EJA médio – para os alunos de 1º ao 3º Módulos.
- Inclusão de aluno portador de deficiência em salas regulares e acompanhamento itinerante;
- Merenda escolar em todos os turnos (Manhã, Tarde e Noite) e com qualidade;
- Realização da Progressão Parcial;
- Realização do Conselho de Classe bimestral e no final do ano letivo;
- Respeito aos valores culturais, religiosos, sociais e históricos dos discentes;
- Incentivo ao esporte e cultura;
- Utilização das verbas em materiais de expediente, didáticos, esportivos e permanentes;
- Visitas nas residências dos alunos faltosos;
- Divulgação do calendário escolar, dos conteúdos, das formas de aproveitamento de estudos e das formas de recuperação;
- Garantia dos 200 dias letivos;
- Formação para os professores;
- Realização de Projetos Pedagógicos com temas atuais;
- Reuniões de pais e mestres para divulgação de resultados e outros informes.
- Cadastro no SISCORT para informação do quantitativo dos alunos e posteriormente recebimento dos livros didáticos;
- Cadastro no SIEPE- Sistema de Informações da Educação do Estado de Pernambuco - para promover a participação, a interação e a colaboração entre educadores, alunos e familiares com as diversas comunidades educacionais conectadas pela Web.
- Recolhimento no final do ano letivo dos Livros Didáticos e distribuição dos mesmos no início do ano;
- Limpeza do ambiente escolar e orientação para a preservação e conservação do mesmo;
- Informações no Educacenso;
- Elaboração do Plano de Ação.

ALUNO

A maioria dos alunos reside no [REDACTED]. Os pais, na sua maioria, são trabalhadores rurais, com pouca instrução educacional, incluindo as mães que trabalham na colheita da manga e da uva, com renda média de um salário mínimo ao mês. Onde os menores ficam sós em casa, ou na companhia de outros parentes, com um acompanhamento escolar mínimo por parte dos responsáveis. Muitas vezes são criados somente pela mãe, que assume todas as responsabilidades sem a ajuda do pai. As adolescentes, em grande maioria, iniciam sua vida sexual aos 12 e 13 anos, sem nenhuma informação ou orientação segura - o que resulta numa gravidez precoce e evasão escolar. Mesmo diante dessas dificuldades, temos um grupo de alunos conscientes do seu papel, que interagem, participam e buscam viver de forma prazerosa; realizando as atividades propostas que lhes são oferecidas com sucesso, analisando-se também os resultados finais de aprendizagem dos alunos: que se elevam a cada ano.

Finalidades e objetivos do Ensino Fundamental

Tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (artigo 32)

Objetivos Gerais do Ensino Fundamental indicados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais sociais;
- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- Utilizar as diferentes linguagens - verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.
- **Finalidades e objetivos do Ensino de educação Especial**
- Garantir o acesso de todas as crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais ao sistema educacional público; Ofertar serviços de apoio especializado com atendimento educacional em classes especiais

Diário Oficial do dia 31-12-2014 – Página da Secretaria de Educação e Esportes

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2014

Fixa diretrizes e orienta procedimentos para a correção do fluxo escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental, no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino, através do Projeto Travessia.

O **SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**, através da Gerência Geral de Correção de Fluxo e parecer favorável da Gerência de Normatização do Ensino, considerando o Decreto nº 40.599/14, publicado no D.O.E/PE de 04/04/14 e o que estabelecem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96, o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, a Resolução nº 01/2000, Parecer CNE/CEB nº 04/2010, a Resolução CNE/CEB nº 02/2010, Parecer CNE/CEB nº 06/2010, a Resolução nº 03/2010, a Resolução CEE/CEB/PE nº 02/2004, o Parecer CNE/CEB nº 11/10 e a Resolução CNE/CEB nº 07/10.

RESOLVE:

Adotar a presente Instrução Normativa, que fixa diretrizes e orienta procedimentos para a correção do fluxo escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental, no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino, através do Projeto Travessia, na forma abaixo:

Art. 1º O Projeto Travessia do Ensino Fundamental – Anos Finais, destinado à aceleração de estudos, tem como objetivos:

I - disponibilizar metodologia adequada para estudantes com distorção idade-ano escolar de 02 (dois) anos ou mais, matriculados prioritariamente no 7º ano do Ensino Fundamental, em escolas estaduais em que as turmas estão sendo formadas;

II - corrigir o fluxo escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Art. 2º O Projeto Travessia do Ensino Fundamental – Anos Finais, de responsabilidade da Gerência dos Programas de Correção do Fluxo Escolar, está organizado da seguinte forma:

I – a Coordenação Geral é composta por uma equipe pedagógica multidisciplinar, da Secretaria de Educação e Esportes, e tem como atribuição a gestão operacional e pedagógica do Projeto;

II – a Coordenação Regional é composta por um (a) coordenador (a) que, junto à equipe pedagógica interdisciplinar, é responsável, na sua jurisdição, pela gestão operacional e pedagógica do Projeto, tendo como atribuições apoiar o trabalho dos supervisores, e mediante reuniões semanais, acompanhar o trabalho dos professores na sala de aula;

III – a Supervisão é composta por supervisores (as) locais que tem, como atribuições, apoiar os professores, através de reuniões pedagógicas semanais e visitas sistemáticas às salas de aula;

IV – equipe docente, composta por dois (duas) professores (as), por sala de aula, que atuarão como mediadores do conhecimento e facilitadores das aprendizagens, sendo um habilitado, na Área de Humanas, e outro, na Área de Exatas;

Art. 3º Para o ingresso no Projeto Travessia - Anos Finais do Ensino Fundamental, o (a) estudante deverá atender aos seguintes critérios:

I – estar devidamente matriculado (a) no 7º ano, do Ensino Fundamental, em escolas estaduais, em que as turmas estão sendo formadas.

II – apresentar distorção idade/ano de escolaridade, de dois ou mais anos, priorizando aqueles que apresentarem maior distorção idade/ano escolar;

PARÁGRAFO ÚNICO. Poderão participar do Projeto Travessia Ensino Fundamental – Anos Finais, estudantes do 6º ano ao 8º ano do Ensino Fundamental, com distorção idade/ano escolar de 2 (dois) anos ou mais, a partir de 15 (quinze) anos de idade, mediante autorização da Coordenação Regional do Projeto.

Art. 4º O estudante, ou seu responsável, no ato da efetivação da matrícula, poderá optar por participar do Projeto ou permanecer no Ensino Regular, informando essa opção no requerimento de matrícula.

PARÁGRAFO ÚNICO. No caso de estudantes, menores de 18 anos de idade, seu responsável deverá assinar um Termo de Adesão ao Projeto Travessia – Anos Finais do Ensino Fundamental.

Art. 5º As turmas, por Escola, deverão ser organizadas pelo Gestor (a) escolar, junto ao Gestor (a) Regional, de acordo com as orientações da Gerência dos Programas de Correção do Fluxo Escolar e da Coordenação do Projeto nas respectivas Gerências Regionais de Educação;

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Art. 6º As turmas deverão funcionar nas escolas, onde foram formadas, com o quantitativo compatível com a infraestrutura da Escola.

Art. 7º Na composição das turmas, o quantitativo não deverá exceder a 35 (trinta e cinco) estudantes.

Art. 8º A carga horária total do curso é de 1.600 (um mil, seiscentas) horas aulas letivas distribuídas entre os Componentes Curriculares das Áreas de Conhecimento.

§ 1º Para cumprimento da carga horária do Projeto, as aulas serão ministradas de acordo com os Componentes Curriculares estabelecidos para cada módulo.

§ 2º As horas aulas excedentes e as horas aulas atividades deverão ser utilizadas em atividades relacionadas ao Projeto, de acordo com orientações da Coordenação deste.

Art. 9º A Matriz Curricular do Projeto atenderá aos princípios e Diretrizes Curriculares da Educação Nacional e orientará o trabalho a ser desenvolvido de forma interdisciplinar entre as Áreas de Conhecimento - Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

Art. 10 O calendário escolar do Projeto Travessia do Ensino Fundamental – Anos Finais explicitará os dias letivos, as férias dos docentes e discentes e o recesso, de acordo com a carga horária e os componentes curriculares de cada módulo, observando o calendário oficial da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco.

Art. 11 O Projeto Travessia do Ensino Fundamental - Anos Finais está estruturado em 3 (três) módulos cuja identidade, de cada um, é garantida pelos seguintes eixos temáticos:

- I – o ser humano e sua expressão;
- II – o ser humano interagindo com o espaço; e
- III – o ser humano em ação.

Art. 12 Em cada um dos 3 (três) módulos, serão trabalhados 3 (três) ou 4 (quatro) componentes curriculares:

I – Módulo I:

- a) língua portuguesa, com carga horária de 200 horas aula;
- b) ciências, com carga horária de 140 horas aula; e
- c) arte, com carga horária de 40 horas aula.

II – Módulo II:

- a) língua portuguesa, com carga horária de 200 horas aula;
- b) matemática, com carga horária de 195 horas aula; e
- c) geografia, com carga horária de 100 horas aula.

III - Módulo III:

- a) matemática, com carga horária de 195 horas aula;
- b) história, com carga horária de 80 horas aula;
- c) educação física, com carga horária de 40 horas aula;
- d) inglês, com carga horária de 90 horas aula; e
- e) ensino religioso, com carga horária de 22 horas aula. (computada apenas para o estudante que optar).

§ 1º Na carga horária total, constante na Matriz Curricular, que é de 1.280 horas aula, serão acrescentadas 320 horas aula, com as atividades complementares, perfazendo um total de 1.600 horas aula, conforme abaixo relacionadas:

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

I - Período de Integração, com 50 horas aula, será vivenciado no Módulo I;

II - Projeto Qualifica, com 160 horas aula, será vivenciado no Módulo II, com 80h/a, e no Módulo III, com 80h/a; e

III - Projetos de Trabalho, com 110 horas aula, serão vivenciados 30h/a no Módulo I, 40h/a, no módulo II e 40h/a no módulo III.

§ 2º Os (As) estudantes matriculados (as), em 2014, no Projeto Travessia do Ensino Fundamental – Anos Finais, serão incluídos (as) no Projeto Qualifica e terão certificação de qualificação profissional, expedida pela Fundação Roberto Marinho, instituição parceira da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco nesses projetos.

Art. 13 Os componentes curriculares integrantes da Base Nacional Comum e/ou da Parte Diversificada compartilham objetos de estudo que deverão ser abordados de forma contextualizada.

§ 1º O componente curricular Educação Física será trabalhado, no Módulo III, do Projeto, e obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.793/03.

§ 2º O componente curricular Ensino Religioso (Art. 33 da Lei Federal nº 9.394/96, alterada pela Lei Federal Nº 9.475/97) será vivenciado, no Módulo III, ofertado pela Escola em forma de seminário, conforme Instrução Normativa nº 01/2012 SEE/SEDE/GENE;

§ 3º O componente curricular Ensino Religioso será de matrícula facultativa para o estudante e, aquele que optar, terá sua carga horária acrescida de 22 h/a no III módulo;

Art. 14 No início de cada módulo acontecerá o processo de formação dos educadores, que se dará de forma presencial.

Art. 15 O Projeto Travessia Ensino Fundamental - Anos Finais utilizará metodologia orientada por um fazer pedagógico que valorize os diferentes saberes, estimule o cotidiano produtivo, o diálogo e transforme o ensino em aprendizado.

Art. 16 A metodologia privilegiará a contextualização, a leitura de imagens, o desenvolvimento das linguagens oral e escrita e o ato criador do (a) estudante, de forma que ocorra:

I – a realização da maioria das atividades, em sala de aula, tais como: produção individual, trabalho em grupo, realização de projetos planejados pelo professor (a), pesquisas e atividades realizadas, em sala de aula, favoreça os trabalhos investigativos, cooperativos e a integração do grupo, possibilitando a construção do Memorial Descritivo ao longo do processo;

II – a valorização das potencialidades, do desenvolvimento da autoestima, da autocrítica e da autoavaliação do (a) estudante, concorrendo assim para que esse (a) tenha iniciativa, autonomia e organização.

Art. 17 A avaliação no Projeto Travessia Ensino Fundamental – Anos Finais será desenvolvida a partir da socialização das aprendizagens construídas e se dará através da:

I - avaliação diagnóstica;
II - avaliação formativa; e
III - avaliação somativa.

Art. 18 Para os estudantes, que não construírem as competências referentes a cada componente curricular, serão ofertadas Novas Oportunidades de Aprendizagens (NOAs).

PARÁGRAFO ÚNICO. As NOAs serão planejadas, pelo professor, e aplicadas, de forma paralela, durante cada unidade, vivenciada no Módulo.

Art. 19 O (a) estudante deverá apresentar a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária, de cada módulo, para efeito de aprovação.

Art. 20 A média, para aprovação, por componente curricular, será de, no mínimo, 6,0 (seis).

Art. 21 Os (as) estudantes que ao final de cada módulo, não construírem as competências exigidas para a sua conclusão, terão direito a fazê-lo novamente.

§ 1º. O (a) estudante, que repetir o módulo, não poderá ser reprovado nos componentes já concluídos com êxito.

§ 2º. O (a) estudante, reprovado no módulo, poderá cursar o módulo subsequente e, após conclusão, será matriculado no módulo que foi reprovado anteriormente.

A inclusão do aluno com Paralisia Cerebral: o papel da escola, desafios e construções.

Art. 22 O (a) estudante, transferido, no decorrer do ano letivo, para escolas que não ofereçam o Projeto Travessia Ensino Fundamental - Anos Finais, deverá ser matriculado no ano escolar de origem, sendo vetado o decesso;

Art. 23 A escola poderá reclassificar o (a) estudante, quando se tratar de transferência, entre estabelecimentos de ensino, situados no país e no exterior, tendo como base a organização curricular e a equivalência entre os componentes curriculares.

Art. 24 O (a) estudante, transferido para o ensino regular, no decorrer do Projeto Travessia Ensino Fundamental - Anos Finais deverá ser matriculado, no ano escolar de origem, e ter assegurado o aproveitamento de estudos cursados com êxito.

Art. 25 O (A) estudante poderá ser transferido (a) de um Projeto Travessia Ensino Fundamental - Anos Finais, para outro semelhante, do mesmo nível de ensino, desde que haja equivalência na Matriz Curricular.

Art. 26 A escrituração escolar, do (a) estudante do Projeto Travessia Ensino Fundamental - Anos Finais será efetivada, através do registro dos resultados da aprendizagem realizado, ao final de cada módulo.

Art. 27 São instrumentos, utilizados para escrituração escolar, no Projeto Travessia Ensino Fundamental – Anos Finais:

- I - diário de classe;
- II - ficha individual;
- III – histórico escolar;
- IV – ata de resultado final;
- V – ata de resultados especiais; e
- VI – certificado de conclusão de curso.

Art. 28 O registro da frequência escolar do (a) estudante será efetivado em diário de classe, específico para o Projeto Travessia.

Art. 29 Ao final do curso, deverá ser expedida a Ata de Resultados Finais.

Art. 30 O histórico escolar será expedido, conforme o ensino regular, transcrevendo-se todos os componentes curriculares trabalhados, em cada módulo, com sua respectiva carga horária, e resultado final da aprendizagem.

Parágrafo único. O (A) estudante, que optar por Ensino Religioso, deverá ter registrado no histórico escolar carga horária e nota no III módulo.

Art. 31 Esta Instrução Normativa entrará em vigor, na data de sua publicação, no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, revogando-se as disposições da Instrução Normativa nº 04/2012.

Recife, 29 de dezembro de 2014.

JOSÉ RICARDO WANDERLEY DANTAS DE OLIVEIRA
Secretário de Educação e Esportes

ANA COELHO VIEIRA SELVA
Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação

CLÁUDIA ROBERTA DE ARAÚJO GOMES
Gerência Geral dos Programas de Correção do Fluxo Escolar

VICENCIA BARBOSA DE ANDRADE TORRES
Gerência de Normatização do Ensino